



UNIUBE

Educação e Responsabilidade Social

UNIVERSIDADE DE UBERABA

PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E EXTENSÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO - MESTRADO

JOSÉ AUGUSTO DA SILVA QUEIROZ

**“Na época do Zé Thomaz...”: A Escola Estadual Marechal Humberto de Alencar
Castelo Branco (1970 A 1983) – Uberaba/MG**

UBERABA/MG

2024

**“Na época do Zé Thomaz...”: A Escola Estadual Marechal Humberto de Alencar
Castelo Branco (1970 A 1983) – Uberaba/MG**

Dissertação apresentada como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Uberaba - UNIUBE, sob a orientação da Profa. Dra. Giseli Cristina do Vale Gatti.

Linha de Pesquisa: Processos Educacionais e Seus Fundamentos

UBERABA/MG

2024

Catálogo elaborado pelo Setor de Referência da Biblioteca Central UNIUBE

Q32n Queiroz, José Augusto da Silva.
“Na época do Zé Thomaz...”: a escola estadual Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco (1970 a 1983) – Uberaba/MG / José Augusto da Silva Queiroz. – Uberaba, 2024.
156 f. : il., color.

Dissertação (Mestrado) – Universidade de Uberaba. Programa de Pós-Graduação em Educação. Linha de pesquisa: Processos Educacionais e seus Fundamentos.

Orientadora: Profa. Dra. Giseli Cristina do Vale Gatti.

1. Diretores escolares. 2. Educação. 3. Escolas – Organização e administração. I. Gatti, Giseli Cristina do Vale. II. Universidade de Uberaba. Programa de Pós-Graduação em Educação. III. Título.

CDD 370

**“NA ÉPOCA DO ZÉ THOMAZ...”: A ESCOLA ESTADUAL MARECHAL
HUMBERTO DE ALENCAR CASTELO BRANCO (1970 A 1983) – UBERABA/MG**

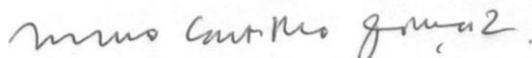
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade de Uberaba, como requisito final para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Aprovado em 02/08/2024.

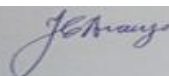
BANCA EXAMINADORA



Prof.^a Dr.^a Giseli Cristina do Vale Gatti (Orientadora)
Universidade de Uberaba.



Prof. Dr. Mauro Castilho Gonçalves
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo



Prof. Dr. José Carlos Souza Araújo
Universidade de Uberaba.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, direcionamos nossos agradecimentos a Deus e à Espiritualidade Maior – Exu, pela inspiração da comunicação e dos caminhos; Oxossi, pela perspicácia no objeto; e meu pai Oxalá, pelas inspirações de sabedoria – por todos encaminhamentos e conduções desafiadoras na vida.

À minha orientadora, Profa. Dra. Giseli Cristina do Valle Gatti, por todo suporte e direcionamento contínuos, pautados sempre pela paciência e sabedoria. Além das contribuições e dos desafios na construção desse estudo.

Aos professores da banca de qualificação Prof. Dr. José Carlos Souza Araújo e Prof. Dr. Gustavo Araújo Batista pelos apontamentos e consideração sobre o trabalho, pelas contribuições e elucidações na construção do estudo sobre a trajetória da Escola Normal e Ensino Secundário. E aos professores Prof. Dr. José Carlos Souza Araújo e Prof. Dr. Mauro Castilho Gonçalves pelas valorosas contribuições e indicações na banca de defesa

Aos meus pais, Delcino (*in memoriam*) e minha mãe Divina, por todos os esforços, materiais e emocionais para minha criação e formação.

À minha esposa amada e dedicada, Ana Paula, por tanto suporte, aconselhamento, diálogos, acolhida e caminhada ao meu lado.

Ao meu irmão Edson e ao meu sobrinho afilhado Pedro Henrique, por existirem na minha vida.

Aos meus padrinhos, Wilson, Zilma, Dalva e Antônio Carlos pela oportunidade da sabedoria nas palavras reconfortantes. E aos demais familiares, por tantas partilhas.

Por tantos professores e educadores que tive na minha vida, agradeço na pessoa da minha prima e minha professora da antiga 1ª série, na Escola Estadual São Francisco de Sales, Maria Aparecida, a carinhosa Tia Pitida.

Aos colegas e amigos das escolas, Escola Estadual Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco e Escola Estadual Presidente João Pinheiro, pelo apoio e colaborações contínuas.

Aos colegas da turma 21 e professores do PPGE Universidade de Uberaba. É indescritível a subida de degraus na formação acadêmica na instituição.

Às equipes da Superintendência de Arquivo Público de Uberaba, (Vânia, João Araújo e José Rezende), Museu Casa Chico Xavier (Eurípedes Higino) e Superintendência Regional de Ensino de Uberaba.

Principalmente ao Professor José Thomaz, por ter aceitado, ainda em vida, ser o coadjuvante do nosso trabalho, e, agora, a viúva, Dona Terezinha, as filhas Lídia, Márcia e Nice e a neta Marcela, por ter nos acompanhando nessa jornada e tão carinhosamente ter nos acolhido.

Aos meus queridos confrades José Antônio, Kelsen, Lauana, Francis, Marcelo, Iara, Juliana Reis, André, Rosangela, Aden e todos aqueles que de uma maneira ou de outra colaboração conosco.

Meu muito obrigado é infinitamente pequeno perto dos meus agradecimentos.

Trabalho desenvolvido com o apoio da SEE/MG, no âmbito do Projeto de Formação Continuada e Desenvolvimento Profissional dos Servidores da Educação do Estado de Minas Gerais, Trilhas de Futuro - Educadores, nos termos da Resolução SEE Nº 4.707, de 17 de fevereiro de 2022.

A história humana não se desenrola apenas nos campos de batalhas e nos gabinetes presidenciais. Ela se desenrola também nos quintais, entre plantas e galinhas, nas ruas de subúrbios, nas casas de jogos, nos prostíbulos, nos colégios, nas usinas, nos namoros de esquinas. Disso eu quis fazer a minha poesia. Dessa matéria humilde e humilhada, dessa vida obscura e injustiçada, porque o canto não pode ser uma traição à vida, e só é justo cantar se o nosso canto arrasta consigo as pessoas e as coisas que não tem voz.

Ferreira Gullar

RESUMO

Este estudo está inserido na Linha de Pesquisa Processos Educacionais e seus Fundamentos do Programa de Pós-Graduação - Mestrado em Educação da Universidade de Uberaba (UNIUBE). A presente investigação está vinculada ao projeto “O Ensino Secundário em Perspectiva Comparada: historiografia, legislação, instituições e práticas escolares no Brasil e em Portugal no Século XX”, sob a coordenação de minha orientadora professora Dra. Giseli Cristina do Vale Gatti. Esta investigação busca compreender o papel do diretor escolar, na figura do Professor José Thomaz da Silva Sobrinho frente à Escola Estadual Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, na cidade de Uberaba/MG, fazendo com que a escola voltasse a se projetar na sociedade uberabense. Nesse sentido, a questão norteadora desta pesquisa está ancorada na seguinte questão: Qual foi o papel do diretor escolar Professor José Thomaz da Silva Sobrinho no processo de consolidação da escola como referência na cidade de Uberaba – MG, no período de 1970 a 1983? O recorte proposto justifica-se por ser o período de sua gestão. Os objetivos específicos foram organizados da seguinte forma: contextualizar a trajetória da Escola Normal Oficial de Uberaba até a constituição da Escola Estadual Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco; apreender o contexto histórico da Escola Estadual Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco dentro do recorte temporal (1970 a 1983); perceber o papel do Professor José Thomaz da Silva Sobrinho, enquanto diretor escolar no recorte em tela. A investigação se desenvolve, sustentada nas pesquisas bibliográfica e documental, bem como na coleta de depoimentos a partir do recurso da história oral. Salientamos que este projeto passou pelo Comitê de Ética da Universidade de Uberaba, sendo aprovado por meio do Parecer 6.422.424. Com relação ao referencial teórico, destacam-se os seguintes autores, Mourão (1959), Pontes (1970), Sampaio (1971), Mendonça (1974), Sucupira (1996), Monarcha (1999), Tanuri (2000), Nosella e Buffa (2006), Riccioppo Filho (2007), Guimarães (2012), Saviani (2009), Bilharinho (2016), Saviani (2017), Araújo, Freitas, Lopes (2017), Sousa (2017), Oliveira (2018), Santos (2019) e Prado (2020). Como resultado, o estudo, indicou que o professor José Thomaz da Silva Sobrinho, contribuiu para que a escola se tornasse referência na cidade, algo que havia se perdido com a última gestão. Conclui-se assim que, pelo fato do referido diretor, objeto de nosso estudo, ter tido boas relações políticas na cidade e ser respeitado pela sociedade uberabense, foi possível implementar muitas ações no interior da escola e também no seu cotidiano, que contribuíram para que a procura por vagas na escola, aumentasse, em face da qualidade de ensino da escola, tornando a escola novamente, uma referência de boa educação.

Palavras chave: Diretor Escolar – Instituições Escolares – Escola Estadual Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco.

ABSTRACT

This study is part of the Research Line Educational Processes and their Foundations of the Postgraduate Program - Masters in Education at the University of Uberaba (UNIUBE). This investigation is linked to the project “Secondary Education in Comparative Perspective: historiography, legislation, institutions and school practices in Brazil and Portugal in the 20th Century”, under the coordination of my supervisor, professor Dr. Giseli Cristina do Vale Gatti. This investigation seeks to understand the role of the school director, in the figure of Professor José Thomaz da Silva Sobrinho, at the Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco State School, in the city of Uberaba/MG, making the school once again project itself into Uberaba society. In this sense, the guiding question of this research is anchored in the following question: What was the role of the school director Professor José Thomaz da Silva Sobrinho in the process of consolidating the school as a reference in the city of Uberaba – MG, in the period from 1970 to 1983? The proposed cut-off is justified because it is his management period. The specific objectives were organized as follows: contextualize the trajectory of the Official Normal School of Uberaba until the establishment of the Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco State School; understand the historical context of the Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco State School within the time frame (1970 to 1983); understand the role of Professor José Thomaz da Silva Sobrinho, as school director in the screen cut. The investigation is developed, supported by bibliographic and documentary research, as well as the collection of testimonies using oral history. We emphasize that this project went through the Ethics Committee of the University of Uberaba, being approved through Opinion 6,422,424. Regarding the theoretical framework, the following authors stand out, Mourão (1959), Pontes (1970), Sampaio (1971), Mendonça (1974), Sucupira (1996), Monarcha (1999), Tanuri (2000), Nosella and Buffa (2006), Riccioppo Filho (2007), Guimarães (2012), Saviani (2009), Bilharinho (2016), Saviani (2017), Araújo, Freitas, Lopes (2017), Sousa (2017), Oliveira (2018), Santos (2019) and Prado (2020). As a result, the study indicated that professor José Thomaz da Silva Sobrinho contributed to the school becoming a reference in the city, something that had been lost with the last administration. It is thus concluded that, due to the fact that the aforementioned director, the object of our study, had good political relations in the city and was respected by Uberaba society, it was possible to implement many actions within the school and also in his daily life, which contributed to the demand for places at school increased, given the quality of teaching at the school, making the school once again a reference for good education.

Keywords: School Director – School Institutions – Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco State School.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	- Praça da Matriz e o prédio da Escola Normal de Uberaba, no ano de 1890.	45
Figura 2	- Vista do Liceu de Artes e Ofícios, onde foi instalada a Escola Normal de Uberaba.	51
Figura 3	- Vista da rua Artur Machado a partir da Praça Rui Barbosa, centro de Uberaba/MG, década de 1930.	52
Figura 4	- Vista da Escola Normal de Uberaba agora no casarão de Luís Soares Pinheiro.	53
Figura 5	- Matéria no jornal <i>O Estado de São Paulo</i> , intitulada "Restauração da Escola Normal oficial de Uberaba".	56
Figura 6	- Fachada da Escola Normal Oficial de Uberaba – 1948-1959.	58
Figura 7	- Edifício da Escola Normal em obras, década de 1950	68
Figura 8	- Ofício de Odilon Behrens ao Diretor de Ensino Secundário Roberto Bandeira Acioli de 31 de dezembro de 1951.	69
Figura 9	- Croqui do então Ginásio Estadual de Uberaba, década de 1950.	70
Figura 10	- Prédio escolar inacabado, possivelmente final da década de 1950 ou início da década de 1960.	71
Figura 11	- Reportagem Jornal O Estado de Estado de São Paulo – Diplomas falsos de Madureza.	74
Figura 12	- Reportagem Jornal O Estado de Estado de São Paulo – Colégio expediu diplomas falsos.	75
Figura 13	- Notícia <i>Novo diretor da Escola Normal</i> , Jornal <i>Correio Católico</i> – 11 de março de 1970.	85
Figura 14	- Trecho da Ata de Reunião da Congregação de Professores de 13 de maio de 1970.	87
Figura 15	- Matéria Escolha de diretor da Escola Normal.	88
Figura 16	- Matéria Professor Geni Chaves na direção do Colégio Estadual de Uberaba.	89
Figura 17	- Matéria Toma posse o novo diretor da Escola Normal de Uberaba.	90
Figura 18	- Foto da Matéria Uberaba na recepção a Rondon Pacheco.	95
Figura 19	- Alunos matriculados nos anos de 1971 e 1972.	99
Figura 20	- Quadro com número de salas por turno e número de funcionários – Agosto/1972.	100
Figura 21	- Levantamento de Dados dos Estabelecimentos de Ensino de 2º Grau	100
Figura 22	- Projeto Levantamento do Prédio – Pavimento Térreo – Janeiro/1978.	104
Figura 23	- Figura 23: Projeto Levantamento do Prédio – Pavimento Superior - Janeiro/1978.	104
Figura 24	- Tabela I – Nível econômico dos pais da Escola Estadual Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco – em 1978 – Uberaba.	105
Figura 25	- Tabela II – Nível cultural dos pais da Escola Estadual Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco – em 1978 – Uberaba.	105
Figura 26	- Comprovantes mensalidade Caixa Escolar Colégio Estadual Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco	107
Figura 27	- Capa da autobiografia <i>Pedagogia Familiar</i> de José Thomaz da Silva Sobrinho.	111
Figura 28	- Título eleitor de José Thomaz da Silva Sobrinho.	122
Figura 29	- Matéria <i>Semana da Pátria</i> em Uberaba	127
Figura 30	- Excerto Jornal <i>Lavoura e Comércio</i> da edição de 08/09/1970.	129
Figura 31	- Excerto da primeira página do Jornal <i>Lavoura e Comércio</i> , de 08 de setembro de 1970, autoridades presentes no palanque.	129
Figura 32	- Excerto da primeira página do Jornal <i>Lavoura e Comércio</i> , de 08 de setembro de 1970, solenidade de abertura dos X Jogos Ginásio-Colegiais.	130

Figura 33	Excerto da Coluna Escutando e Divulgando, jornal <i>Lavoura e Comércio</i> , 08/09/1970.	130
Figura 34	Fanfarra do Colégio Estadual Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco na abertura dos X Jogos Ginásio Colegiais, de 07/07/1970.	132
Figura 35	Excerto Jornal Lavoura e Comércio, visita do governador Rondon Pacheco ao Colégio Estadual Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, de 12/10/1970.	136
Figura 36	Fotos da Inauguração do Altar da Pátria no Colégio Estadual Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco no mês de março de 1971.	136
Figura 37	Autoridades na Inauguração do Alta da Pátria do Colégio Estadual Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco.	137
Figura 38	Primeiras páginas do Jornal O Estadual, edições de Junho/1971 e de Maio/1973.	139
Figura 39	Baile de debutantes de alunas da Escola Estadual Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco no clube Sírio Libanês	140
Figura 40	Ofício à Inspeção do Colégio Estadual de Uberaba	141

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	- Escolas de curso normal criadas nas capitais provinciais no período imperial brasileiro.	31
Quadro 2	- Expansão das escolas normais de Minas Gerais de 1835 a 1884.	34

LISTA DE GRÁFICO

- Gráfico 1 - Números total de alunos da Escola Normal Oficial de Uberaba de 1948 a 1967. 17
- Gráfico 2 - Quantitativo de alunos – 1972 – Colégio Estadual Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco 19

LISTA DE SIGLAS

APU	Arquivo Público de Uberaba
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
EEMHACB	Escola Estadual Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco
MDB	Movimento Democrático Brasileiro

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
CAPÍTULO 1 – A ESCOLA NORMAL DE UBERABA: TRAJETÓRIA HISTÓRICA E SUAS TRANSIÇÕES	26
CONSIDERAÇÕES INICIAIS	27
1.1. ORIGENS DA ESCOLA NORMAL NO BRASIL	27
1.2. A PRIMEIRA ESCOLA NORMAL DE UBERABA: VESTÍGIOS HISTÓRICOS	39
1.3. A ESCOLA NORMAL OFICIAL DE UBERABA EM DOIS MOMENTOS	50
CAPÍTULO 2 – A ESCOLA ESTADUAL MARECHAL HUMBERTO DE ALENCAR CASTELO BRANCO: UMA NOVA FASE	79
CONSIDERAÇÕES INICIAIS	79
2.1. O CENÁRIO EDUCACIONAL NA DITADURA CIVIL-MILITAR	80
2.2. A ESCOLA NORMAL OFICIAL “PROFESSOR LEÔNCIO FERREIRA DO AMARAL” NA DÉCADA DE 1970	83
2.3. A ESCOLA ESTADUAL MARECHAL HUMBERTO DE ALENCAR CASTELO BRANCO: UM NOVO CONTEXTO (1970 – 1983)	97
CAPÍTULO 3 – A ESCOLA ESTADUAL MARECHAL HUMBERTO DE ALENCAR CASTELO BRANCO NA ÉPOCA DO ZÉ THOMAZ	109
CONSIDERAÇÕES INICIAIS	109
3.1. BIOGRAFIA DO PROFESSOR JOSÉ THOMAZ DA SILVA SOBRINHO	110
3.2. TRAJETÓRIA DO PROFESSOR JOSÉ THOMAZ DA SILVA SOBRINHO	114
3.3. A ESCOLA ESTADUAL MARECHAL HUMBERTO DE ALENCAR CASTELO BRANCO NO CENÁRIO UBERABENSE NA DIREÇÃO DO PROFESSOR JOSÉ THOMAZ	123
CONSIDERAÇÕES FINAIS	143
REFERÊNCIAS	146

ANEXOS

Anexo 1 – Carta de Francisco Candido Xavier ao Governador Israel Pinheiro 152

**Anexo 2 - Carta do Arcebispo Coadjutor de Uberaba para o Deputado Leão Borges
..... 156**

INTRODUÇÃO

A investigação proposta situa-se no campo da História da Educação e objeto de estudo o Professor uberabense José Thomaz da Silva Sobrinho, que atuou como diretor da Escola Estadual Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, sediada na cidade de Uberaba, estado de Minas Gerais, no período de 1970 a 1983.

A proposta desta investigação tem sua origem na experiência profissional deste pesquisador frente à direção da referida escola, posteriormente, aliada ao pertencimento do quadro de professores efetivos. Ainda, a pesquisa busca ressaltar a atenção ao legado na história da escola e na memória social deixados pelo Professor José Thomaz diante das ações escolares que possibilitaram a centralidade do período em tela, bem como as suas ações de sedimentação, de fortalecimento e de consolidação das atividades escolares desenvolvidas e a relação da escola com a comunidade no período de recorte cronológico de 1970 a 1983.

Este interesse foi ampliado quando o pesquisador em tela ingressou no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade de Uberaba, e sua orientadora apresentou-lhe as pesquisas desenvolvidas por ela, voltadas para a história da educação. Tendo como formação inicial o curso de história, tal investigador não teve dúvida: pensou na possibilidade de compreender o papel do Professor José Thomaz da Silva Sobrinho, enquanto diretor da Escola Estadual Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco por treze anos e que, durante a sua gestão, trouxe novamente o protagonismo da escola para a cidade de Uberaba.

A proposição da problemática desta investigação está vinculada ao papel exercido pelo diretor escolar Professor José Thomaz da Silva Sobrinho na Escola Estadual Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, no já citado período de investidura no cargo.

A instituição escolar em tela, em sua condição de primeira escola, surgiu ainda no período imperial brasileiro. Sua criação data de 22 de setembro de 1881, pela Lei Provincial Mineira nº 2.783, com o nome de Escola Normal de Uberaba, destinada à preparação para o exercício do magistério.

Sobrevivendo à transição do regime imperial ao republicano, funcionou durante vinte e três anos, tendo sido fechada em março de 1905, pelo chefe do poder executivo estadual, sob a alegação de contenção de despesas (Guimarães, 2016). Em uma segunda escola foi reinstalada por meio do Decreto nº 8.245, de 18 de fevereiro de 1928 e

funcionou por 10 anos, até ser fechada novamente, por força do Decreto-Lei nº 63, de 15 de janeiro de 1938, sob a alegação de crise financeira do estado e a necessidade de contenção dos gastos.

Na condição de terceira escola, o Decreto-Lei nº 63 foi revogado, possibilitando que a escola retomasse suas atividades, por meio, da Lei nº 284, publicada em 23 de novembro de 1948. No mês de maio de 1948 ocorreu a divulgação do edital para as inscrições do exame de admissão e o oferecimento dos cursos normal e ginásial a partir de 6 de junho. Desse restabelecimento, o funcionamento da escola alcançou a estabilização, mas funcionando em edificações distintas, sem sede própria, até meados da década de 1950. Somente em 22 de março de 1959, foi entregue a sede própria, em terreno situado no bairro Estados Unidos, na confluência das ruas Padre Zeferino, Padre Leandro e Quinze de novembro (Guimarães, 2016).

Os anos finais da década de 1960 e o ano de 1970 deixaram marcas na história da instituição de ensino. Em 1969, o então diretor, Professor Leôncio Ferreira do Amaral, foi afastado do cargo e, por fim, em 1970, demitido devido a processo administrativo, pautado em denúncias de irregularidades administrativas. Posteriormente, via ação judicial, ocorreu a anulação do ato administrativo e a consequente reintegração ao cargo público do qual havia sido demitido em 13 de maio de 1970 (Guimarães, 2016).

Nesse contexto, ainda no mês de maio de 1970, o professor da instituição de ensino, José Thomaz da Silva Sobrinho, assume o cargo de diretor escolar da Escola Normal Oficial “Professor Leôncio Ferreira do Amaral”, por meio da nomeação publicação no Diário Oficial de Minas Gerais, em 05 de maio de 1970, permanecendo no cargo até 20 de maio de 1983.

Assim, tendo o recorte cronológico de 1970, data em que o professor José Thomaz da Silva Sobrinho assume a direção, até 1983, data em que deixa o cargo de diretor escolar da instituição, busca-se compreender o seu papel, frente às ações e atividades escolares que foram desenvolvidas no período de sua administração da escola. Também se torna importante aqui situar a questão norteadora da investigação que consiste na seguinte pergunta: Qual foi o papel do diretor escolar Professor José Thomaz da Silva Sobrinho no processo de consolidação da escola como referência na cidade de Uberaba – MG, no período de 1970 a 1983?

Para o estudo recorreremos a pesquisa bibliográfica, buscando, monografias, dissertações, teses, livros e artigos que debruçassem sobre o tema, em bases de dados como SciELO, Domínio Público, Portal de Periódicos da CAPES e repositórios

institucionais. Importante salientar que para iniciar-se uma pesquisa científica, precisamos recorrer àquilo que já foi escrito, portanto a pesquisa bibliográfica é o primeiro passo para se fazer um levantamento daquilo que já foi escrito sobre determinado tema. De acordo com Antônio Joaquim Severino,

a pesquisa bibliográfica é aquela que se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses, etc. Utiliza-se de dados ou de categorias teóricas já trabalhados por outros pesquisadores e devidamente registrados. Os textos tornam-se fontes dos temas a serem pesquisados. O pesquisador trabalha a partir das contribuições dos autores dos estudos analíticos constantes dos textos. (Severino, 2007, p. 122).

Nessa perspectiva podemos afirmar que o conjunto de informações que estão disponibilizados nesses impressos, são fontes extremamente importantes para que se possa buscar o que já foi escrito na temática investigada, colaborando assim, para o desenvolvimento outras pesquisas.

Não menos importante, a pesquisa documental, também foi importante para a nossa pesquisa, pois recorremos as fontes documentais relativas à escola que estão disponíveis no arquivo da própria instituição em Uberaba/MG. O arquivo pessoal da família do professor José Thomaz foi importante, pois por meio dela, tivemos acesso a documentos restritos à família. O Arquivo Público de Uberaba, outro acervo riquíssimo, pudemos ter contato com jornais de época, a saber o Correio Católico e o Jornal Lavoura e Comércio, que nos permitiu perceber as boas relações políticas do professor José Thomaz, bem como os acervos do jornal O Estado de São Paulo e Jornal da Manhã. Além disso, também consultamos o acervo da Hemeroteca Nacional da Biblioteca Nacional, onde foi possível acessar outros jornais de época. De acordo com Carlos Henrique de Carvalho, José Carlos Souza Araújo e Wenceslau Gonçalves Neto, a imprensa se constitui a possibilidade de “[...] visualizar horizontes mais diversificados, como também múltiplas aproximações em relação a estas questões ligadas ao campo educacional” (Carvalho; Araújo. Gonçalves Neto, 2002, p. 74).

Nessa perspectiva, destacamos que a imprensa constituiu uma fonte imprescindível para o desenvolvimento do trabalho, dado que os registros em jornais nos permitiram conhecer um pouco mais sobre a figura do professor José Thomaz.

Outro procedimento metodológico utilizada para esta pesquisa, foi o recurso da história oral, sustentada em entrevistas semiestruturadas, com professores, ex-alunos e demais servidores que participaram da gestão do então diretor, no ambiente escolar, no

período maior que um ano, mediante disponibilidade, condições de participação e concordância com o Termo de Consentimento e Livre Esclarecido.

De acordo com José Carlos Sebe Bom Meihy, “valendo-se de diálogos gravados, as percepções da vida social são registradas de maneira a se constituir em fontes ou documentos que, contudo, devem ser considerados desde sua origem” (Meihy, 2015, p. 13).

O autor ainda ressalta que,

como procedimento específico, a entrevista em história oral é um a fórmula programada e responde à existência de projetos que a justificam. Convém lembrar que a palavra dita e gravada não existe com o fenômeno ou ação isolada. Muito do que é verbalizado o u integrado à oralidade, com o gesto, lágrima, riso, silêncios, pausas, interjeições ou mesmo as expressões faciais - que na maioria das vezes não têm registros verbais garantidos em gravações, pode integrar os discursos que devem ser trabalhados para dar dimensão física ao que foi expresso em u m a entrevista de história oral. (Meihy, 2015, p. 14)

A renovação na historiografia, proposta pela Escola dos *Annales*, juntamente com a Nova História Cultural e a Nova História Política, possibilitaram a ampliação das teias de reflexões e de análise dos sujeitos, das fontes históricas e da sociedade. Nessa perspectiva, foi eleito o diretor escolar Professor José Thomaz da Silva Sobrinho, figura de trajetória de destaque nos campos educacional e político da cidade de Uberaba, que muito contribuiu para que a Escola Estadual Marechal Humberto Castelo Branco, voltasse a ter a sua importância no cenário educacional da cidade.

Diante do exposto estruturamos o processo de investigação em três etapas. A primeira foi voltada à pesquisa bibliográfica e à revisão da literatura de trabalhos produzidos referentes ao tema.

No intuito de contemplarmos os vestígios históricos da Escola Normal de Uberaba, direcionamos nossos holofotes a bibliografia que deu suporte à discussão, destacamos as obras de historiadores memorialistas, que tratam da história de Uberaba, que são referenciais de suma importância, há aquelas publicadas na década de 1970, como Hildebrando Pontes, em *História de Uberaba e a civilização no Brasil Central*, de 1970, Antônio Borges Sampaio, em *Uberaba: história, fatos e homens*, de 1971, José Mendonça, em *História de Uberaba*, de 1974, e em produção dos últimos vinte anos, Guido Bilharinho, nos volumes I e II de *Uberaba: dois séculos de história (dos antecedentes a 1929)*, de 2010 e *Uberaba: dois séculos de história (de janeiro 1930 a dezembro 2007)*, de 2009, e um dos volumes da Trilogia sobre Uberaba, *Informações*

sobre Uberaba, de 2016. Nessas obras em que são expostos registros de imprescindíveis importâncias sobre a cidade de Uberaba, apontando vestígios, indícios e fontes históricas para a análise da instituição, em tela, voltada à instituição de formação de professores, objeto do nosso estudo.

Na obra *História de Uberaba e a civilização no Brasil Central*, de Hildebrando Pontes, do ano de 1970, destacamos os seguintes pontos:

- a) Relata que em “01-02-1894 – Matricula-se na Escola Normal de Uberaba. Enquanto cursa a Escola Normal trabalha na Casa Comercial de José Alexandrino Barbosa, serviço que abandona somente em 1898, em março, quando se formava” (Pontes, 1970, p.10).
- b) Ao tratar sobre empréstimos a ser aprovado pela Câmara Municipal, cita sobre a construção da escola normal, afirmando que: “Realizado este, ter-se-á, primeiro, que resgatar o empréstimo de 350;000\$000 de S. Paulo, encampar a luz elétrica e iniciar a construção do prédio da Escola Normal e em seguida os serviços de águas e esgotos” (Pontes, 1970, p. 160).
- c) Ao descrever os logradouros públicos de Uberaba, trata daqueles que seriam, futuramente, na década de 1950, o endereço da sede própria, na rua padre Leandro, entre as ruas quinze de novembro e padre Zeferino (Pontes, 1970, p. 285-287).
- d) No item “XVII – Ensino público e particular” –, em que trata do ensino em Uberaba, ao mencionar as escolas de ensino secundário, no ano de 1933, cita a “Escola Normal do 2º grau, estadual” de caráter pública, apresentando o número total de estudantes das diversas categorias e o quantitativo de concluintes em nossos estabelecimentos da cidade, nos ensinos primário, secundário e superior. Menciona ainda, nominalmente, alguns professores uberabenses formados em escolas normais em Uberaba e outras cidades mineiras no período de 1886 a 1933 (Pontes, 1970, p. 396-399).

Assim, essa obra, abrange aspectos sociais, econômicos, culturais, geográficos, da cidade e da região, questões políticas como pontos entre liberais e conservadores, apresentando parcas informações sobre a escola normal de Uberaba, o que consiste em lacuna na narrativa histórica sobre essa instituição nessa obra. Contudo, há outras informações relevantes para análise como atividades comerciais, administração pública executiva e legislativa, questões sociais e, sobre os meios de comunicação, a imprensa escrita.

Já na obra *Uberaba: história, fatos e homens*, de Antônio Borges Sampaio, do ano de 1971, na parte intitulada de “Apontamento sobre a escola normal da cidade de Uberaba”, o autor apresenta:

- a) a “Cópia da Lei Provincial mineira, que criou uma escola normal na cidade de Uberaba – Lei nº 2.783 – de 22 de setembro de 1881” (Sampaio, 1971, p. 381).
- b) “Circular da presidência de Minas” – a qual designa Uberaba como a sede da oitava Circunscrição Literária, abrangendo Uberaba, Bagagem Prata, Rio Dourados, Paranaíba, Passos e Muzambinho (Sampaio, 1971, p. 382).
- c) o “Extrato do regulamento nº 100 de 19 de junho de 1883, promulgado em virtude da lei mineira nº 2.892 de 6 de novembro de 1882” – o qual menciona as matérias constante no ensino trienal das escolas normais (Sampaio, 1971, p. 382-384).
- d) a “Ata de instalação da escola normal de Uberaba” – ata redigida em 21 de agosto de 1883 pelo então secretário Joaquim Rodrigues Cordeiro, tendo como diretor escolar Antônio Borges Sampaio, ou seja, o próprio autor (Sampaio, 1971, p. 384-385)
- e) “Palavras que proferiu o delegado da inspetoria geral da instrução pública da província de Minas Gerais na cidade de Uberaba, Antônio Borges Sampaio, por ocasião de instalar-se a escola normal na mesma cidade” –, datado de 15 de julho de 1882 (Sampaio, 1971, p. 385-386).
- f) “Pessoal da escola normal de Uberaba em 31 de agosto de 1883” – em que menciona os profissionais que atuavam na escola normal (Sampaio, 1971, p. 386-387).
- g) “Movimento da escola” – referente aos anos de 1882 e 1883, mencionando o quantitativo de matrículas, frequências e aprovações nos referidos anos (Sampaio, 1971, p. 387).

A obra de José Mendonça, em *História de Uberaba*, datada de 1974, merece destaque pela riqueza de informações sobre a Escola Normal de Uberaba, dividida pelo autor, em: a) “A Escola Normal; b) A segunda escola normal e, c) A terceira escola normal.

Guido Bilharinho, nos volumes I e II de *Uberaba: dois séculos de história (dos antecedentes a 1929)*, de 2010 e *Uberaba: dois séculos de história (de janeiro 1930 a dezembro 2007)*, de 2009, e um dos volumes da Trilogia sobre Uberaba, *Informações sobre Uberaba*, de 2016. Essas obras apontam e sugerem acontecimentos e fontes para ampliar as buscas, sendo de relevância para a sequência de fatos históricos e, citações de resultados eleitorais e referências bibliográficas.

No âmbito das produções acadêmicas, algumas pesquisas ganharam destaque por tratar da instituição e da formação de professores, como objeto de estudo, sendo a dissertação de mestrado de Plauto Riccioppo Filho, intitulado *Ensino Superior e formação de professores em Uberaba, MG (1881-1938): uma trajetória de avanços e*

retrocessos, no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Uberaba, no ano de 2007, a qual objetivou uma investigação e análise sobre os elementos de infraestrutura e de ideologia que permeavam as classes sociais do período e o aparecimento iniciais do ensino superior e formação de professores, da primeira escola normal à interrupção da segunda escola normal na cidade Uberaba, no período de 1881 a 1938. Trabalho denso, de fundamental importância para compreender os primeiros tempos da escola normal, na dita primeira e segunda escola normal de Uberaba.

A tese de doutorado de Rosângela Maria Castro Guimarães, intitulada *O percurso institucional da disciplina História da Educação em Minas Gerais e o seu ensino na Escola Normal Oficial de Uberaba (1928-1970)*, no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia, no ano de 2012 – ressaltamos que essa produção inspirou o livro, de mesma autoria, intitulado *O Ensino da História da Educação na Escola Normal: entre o prescrito e a realidade escolar (Uberaba, Minas Gerais, 1928-1970)*, integrando a coleção história, pensamento e educação, na série monografias, volume 4, da EDUFU – Editora da Universidade Federal de Uberlândia –, no ano de 2016, a qual analisa a disciplina história da educação e sua trajetória na escola normal de Uberaba, no período de 1928 a 1970.

A dissertação de mestrado de Gabriela Marques de Sousa, intitulada *Formação docente em Minas Gerais: Escola Normal Oficial de Uberaba, 1948 a 1959*, no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia, no ano de 2017, a qual buscou explicar a formação de professores no período recortado, da reabertura da escola, em 1948, à alteração de nome da instituição, em 1959.

A dissertação de mestrado de André Luís Oliveira, intitulada *A escola normal de Uberaba (1881-1905): memória e cotidiano*, no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia, no ano de 2018, a qual objetivou recuperar a memória e o cotidiano da escola normal e a compreensão dos elementos que fizeram Uberaba ser a primeira instituição normalista e de formação de professores na região triangulina.

A tese de doutorado de Mariana Silva Santos, intitulada *A Escola Normal de Uberaba, Minas Gerais: modernidade, civilidade e progresso (1881-1905)*, no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia, no ano de 2019, a qual almejou a investigação do desenvolvimento histórico e educacional relacionado a criação e implantação da escola normal em Uberaba pelo viés da modernidade, civilidade e progresso.

Essas duas últimas produções tratam do mesmo período temporal, com perspectivas distintas, de questões problematizadores, objetivos e metodologias adotadas.

Ademais, há o material produto educacional, de Cláudia Martins Carvalho Marques, intitulado *Documentários memórias históricas do curso normal: Brasil, Minas Gerais e Uberaba*, resultado da pesquisa de dissertação intitulada *Desafios e perspectivas para a formação de professores - das origens aos dias atuais: curso normal em nível médio pós-LDB/1996 em Uberaba/Minas Gerais*, no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação Tecnológica, curso de Mestrado Profissional em Educação Tecnológica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro – Campus Uberaba, que foi composto por participação de estudiosas na temática, abrangendo a história da formação de professores no Brasil, no estado de Minas Gerais e na cidade de Uberaba, perpassando pelos dispositivos legais e alterações que atingiram a formação de professores.

Na segunda etapa foi realizada o levantamento, catalogação e sistematização das fontes documentais, localizadas no acervo da própria instituição, no acervo pessoal do professor José Thomaz, no Arquivo Público de Uberaba e na Hemeroteca Nacional, e por fim a terceira etapa, voltada para a coleta de depoimentos, transcrição e análise das falas, a fim de compreender o papel do professor José Thomaz frente à direção da escola

Para tanto, a dissertação foi dividida em três capítulos. O primeiro capítulo, intitulado *A Escola Normal de Uberaba: trajetória histórica e suas transições*, está subdividido em três seções: *Origens da Escola Normal no Brasil*, *A Primeira Escola Normal de Uberaba: vestígios históricos* e *A Escola Normal Oficial de Uberaba em dois momentos*.

O segundo capítulo, intitulado *A Escola Estadual Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco: uma nova fase*, está subdividido em três partes: *O cenário educacional na ditadura civil-militar*, *A Escola Normal Oficial “Professor Leôncio Ferreira do Amaral” na década de 1970* e *A Escola Estadual Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco: um novo contexto (1970 – 1983)*.

Por fim, o terceiro capítulo foi intitulado *A Escola Estadual Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco na época do Zé Thomaz*, que está subdividido em três partes: *Biografia do Professor José Thomaz da Silva Sobrinho*, *Trajetória do Professor José Thomaz da Silva Sobrinho* e *Memórias da Escola Estadual Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco na época do Zé Thomaz*, trazendo os depoimentos de pessoas vinculadas à escola, na época do professor José Thomaz.

Capítulo 1

A Escola Normal de Uberaba: trajetória histórica e suas transições

Normalista

*Vestida de azul e branco
Trazendo um sorriso franco
No rostinho encantador*

*Minha linda normalista
Rapidamente conquista
Meu coração sem amor*

*Eu que trazia fechado
Dentro do peito guardado
Meu coração sofredor*

*Estou bastante inclinado
A entregá-lo ao cuidado
Daquele brotinho em flor*

*Mas a normalista linda
Não pode casar ainda
Só depois que se formar*

*Eu estou apaixonado
O pai da moça é zangado
E o remédio é esperar*

*Mas a normalista linda
Não pode casar ainda
Só depois que se formar*

*Eu estou apaixonado
O pai da moça é zangado
E o remédio é esperar*

*Vestida de azul e branco
Trazendo um sorriso franco
No rostinho encantador*

*Minha linda normalista
Rapidamente conquista
Meu coração sem amor*

*Eu que trazia fechado
Dentro do peito guardado
Meu coração sofredor*

*Estou bastante inclinado
A entregá-lo ao cuidado
Daquele brotinho em flor*

Nelson Gonçalves, 1949.

Considerações Iniciais

A música *Normalista*, samba reconhecido na interpretação de Nelson Gonçalves, gravado no mês de julho do ano de 1949, composição de autoria de Benedito Lacerda e David Nasser, reporta-nos a um período da história da educação brasileira marcado pela criação e implementação das Escolas Normais.

Instituições escolares essas voltadas para a formação profissional para atuação no magistério. Da composição podemos discorrer sobre as instalações, cotidiano social e, sobretudo, público-alvo dessas escolas.

No Capítulo 1, discorreremos acerca das origens da Escola Normal no Brasil, abordando a conjuntura de elementos para a sua implantação, os vestígios históricos da primeira escola normal de Uberaba e os momentos ou etapas da então Escola Normal Oficial de Uberaba.

Para contemplar tais proposições e conceder embasamento e suporte teórico, respaldamos nossa escrita nos autores: Mourão (1959), Pontes (1970), Sampaio (1971), Mendonça (1974), Sucupira (1996), Monarcha (1999), Tanuri (2000), Riccioppo Filho (2007), Guimarães (2012), Saviani (2009), Bilharinho (2016), Saviani (2017), Araújo, Freitas, Lopes (2017), Sousa (2017), Oliveira (2018), Santos (2019) e Prado (2020).

1.1 – Origens da Escola Normal no Brasil

As incipientes ações para o processo de implementação das unidades escolares direcionadas especificamente para a formação de docentes relaciona-se ao processo da institucionalização da instrução pública no período moderno, isto é, ao estabelecimento dos ideais liberais da secularização e a difusão do ensino primário a totalidade dos segmentos sociais. Ressalta-se que a Reforma e a Contrarreforma, ao corroborar com a publicização da educação, colaboraram com a preparação formativa dos professores. Apenas como efeito da Revolução Francesa há a concretização da noção de escola normal sob a responsabilidade do Estado, de acordo com Leonor Maria Tanuri, voltada a formação de “professores leigos, ideia essa que encontraria condições favoráveis no século XIX quando, paralelamente à consolidação dos Estados Nacionais e à implantação

dos sistemas públicos de ensino, multiplicaram-se as escolas normais” (Tanuri, 2000, p. 62).

Desde a fase da Convenção Nacional, que estendeu de 1792 a 1795, implantadas após a eclosão da Revolução Francesa, as instituições incumbidas da formação de professores, excepcionalmente, as escolas primárias, inclinaram a denominação de Escolas Normais (Saviani, 2017, p.7).

De acordo com Dermeval Saviani,

a questão da formação de professores irá exigir uma resposta institucional apenas no século XIX quando, após a Revolução Francesa, se coloca o problema da instrução popular. É daí que deriva o processo de criação de escolas normais, como instituições encarregadas de preparar professores (Saviani, 2009, p.143).

Para Rosângela Maria Castro Guimarães, o pioneirismo francês se deu

tanto no que se refere à institucionalização da educação pública estatal, em todos os níveis, quanto à formação de docentes. O seu modelo educacional parece ter influenciado outros países europeus (a própria França) e até mesmo os Estados Unidos da América. Entretanto, não se pode deixar de mencionar que também recebeu influência, pois os ideais da Ilustração advindos a partir da França tiveram um peso importante na configuração da escolarização alemã (embora lado a lado com os princípios da Reforma) (Guimarães, 2012, p. 40).

No Brasil, as primeiras Escolas Normais foram instaladas a partir da primeira metade do século XIX, durante o período imperial, com dinâmicas distintas, nas diversas províncias, em condições e trajetórias, da formação de professores, diferente do contexto europeu, ou seja, o processo de estruturação do sistema educacional brasileiro se dá pouco após a independência, no contexto da construção do nosso Estado Nação.

Guimarães, assinala que,

cortados os laços políticos e econômicos que uniam o Reino Brasileiro ao Português, por meio da Proclamação da Independência em 1822, surgia a oportunidade de se dar nova organização ao País e de se resolver uma série de problemas, segundo as necessidades, os ideais e as condições do recém instituído Império Brasileiro, uma vez que aquele momento possibilitava pensar sobre tais questões, planejar soluções e criar projetos para serem concretizados, por meio de ações de curto, médio ou longo prazo. Um dos problemas era quanto à instrução pública, setor marcado por situações de precariedades em todos os sentidos (Guimarães, 2012, p. 54).

Nessa perspectiva, Dom Pedro I, ao decretar a Lei de 15 de outubro de 1827, conforme texto original da época, “manda crear escolas de primeiras letras em todas as cidades, villas e logares mais populosos do Imperio”, com intuito de oficializar a

escolarização de meninos e meninas. Para Newton Sucupira (1996, p. 59), “a lei de 1827 falhou, entre outras causas, por falta de professores qualificados, não atraídos pela remuneração irrisória que na maior parte das vezes não atingia o nível máximo fixado na lei”.

Heloísa de Oliveira Santos Villela, avalia que

a lei de Instrução Primária, votada em 15 de outubro de 1827, poderia ser referida como primeira medida popular em prol da educação pública nacional, não fosse a sua quase nula eficácia em termos concretos. A intensa agitação dos acontecimentos políticos que marcaram os últimos anos do Primeiro Império não deixou espaço para a concretização das promessas legais de estender as “primeiras letras” a todas as crianças da nação, tampouco a de atualizar todos os professores nas capitais das províncias pelo método lancasteriano como fora preconizado (Villela, 2017, p. 30-31).

Por fim, essa lei, de 15 de outubro de 1827, entre a Constituição de 1824 e o Ato Adicional de 1834, deixou de se consolidar.

Além disso, sobre o Ato Adicional de 1834, segundo André Paulo Castanha,

para a maioria dos historiadores a descentralização fragmentou os poucos projetos e recursos existentes, contribuindo para a proliferação de leis contraditórias, e na prática pôs por terra a instrução elementar no Brasil imperial. O Ato Adicional é visto como fator determinante na definição das políticas de instrução pública elementar, pois cada província, a partir de então, tinha autonomia para se organizar ao seu modo (Castanha, 2006, p. 171).

Nesse contexto, até 1834, a instrução elementar e secundária, ficou sob a oferta, única e exclusiva do setor privado, deixando de lado a ideia de um projeto de escola pública nacional.

A criação das primeiras Escolas Normais no território brasileiro, somente aconteceria após a reforma da constituição, pela Lei nº 16 de 12 de agosto de 1834, que descentraliza as competências do governo imperial, transferindo-as para as Assembleias Legislativas Provinciais, que dentre outras prerrogativas, determinava, em seu Artigo 10, item 2, “Sobre instrução pública e estabelecimentos próprios a promovê-la [...]”, excluindo as escolas de ensino superior. Assim, cada província assumiria as responsabilidades política e econômicas da organização do sistema educacional primário, secundário e pela formação de seus professores (Sucupira, 1996, p. 60-61; Tanuri, 2000, p. 63; Saviani, 2017, p. 7; Prado, 2020, p. 11).

Newton Sucupira discorre que “o princípio de descentralização educacional consagrado pelo Ato Adicional não foi aceito pacificamente sem críticas. Juristas,

políticos, educadores questionaram a exclusão do Poder Central do campo da instrução primária e secundária” (Sucupira, 1996, p. 61).

Em relação ao Governo Central e o ensino primário e normal, Tanuri, discorre que

o Governo Central passou a ocupar-se apenas do ensino de todos os graus na capital do Império e do superior em todo o país, ficando as províncias responsáveis pela instrução primária e secundária nos respectivos territórios. [...] Mas, no setor do ensino popular, primário e normal, fora do Município da Corte, verificou-se total abstenção daquele poder, apesar dos inúmeros reclamos e projetos apresentados, sobretudo a partir de 1870, propugnando pela participação do Centro na criação de estabelecimentos de ensino primário, normal e secundário nas províncias (Tanuri, 2000, p. 63).

Nesse sentido, a questão primordial seria identificar se a competência outorgada às Assembleias provinciais era privativa, sendo entendida pelos parlamentares, após à promulgação do Ato Adicional, como uma competência concorrente (Sucupira, 1996, p. 61).

Nessa perspectiva, Saviani menciona que,

segundo essa tendência geral, as províncias brasileiras também começaram a implantar as respectivas escolas normais. A primeira delas foi instalada, em 1835, em Niterói, apenas um ano após o Ato Adicional à Constituição do Império ter colocado o ensino elementar sob a responsabilidade das províncias que, em consequência, também deviam cuidar do preparo de seus professores. Ao longo do século XIX foram surgindo escolas normais nas várias províncias que constituíam o Império brasileiro, num processo intermitente em que essas instituições eram criadas, em seguida fechadas e depois reabertas (Saviani, 2017, p. 7).

Sobre a conjuntura histórica da primeira escola normal no Brasil, André Luís Oliveira discorre que,

desde a independência, em 1822, passando pela fundação da primeira Escola Normal, em 1835, até atingir uma tímida expansão, no último quartel do século XIX, a marca maior dessas instituições foi o regime de intermitência e as contestações à existência das mesmas. Tal conjuntura corroborava com a perpetuação de um círculo vicioso no qual a população não tinha escolas e professores, portanto não se alfabetizava, não se alfabetizando não valorizava a escola e o professor, não valorizando a escola e o professor não os tinha. Além do mais, as primeiras Escolas Normais, foram criadas a partir de um período tenso e turbulento, denominado de Período Regencial (1831-1840) (Oliveira, 2018, p. 55).

Por conseguinte, com a criação da primeira Escola Normal em Niterói, em 1835, outras escolas foram sendo criadas e instaladas nas províncias, assim, no Quadro I,

buscamos apresentar a criação das escolas normais nas capitais do estado brasileiro, no período de 1835 a 1884.

Quadro I – Escolas de curso normal criadas nas capitais provinciais no período imperial brasileiro.

Província	Cidade	Ano de criação	Início de funcionamento/ instalação	Duração do curso	Observações
Rio de Janeiro	Niterói *	1835	1835	3 anos	Primeira Escola Normal do País.
Minas Gerais	Ouro Preto *	1835	1840	2 anos	-
Bahia	Salvador	1836	1842	2 anos	Destacou-se pelo funcionamento permanente no período.
Mato Grosso	Cuiabá	1837	1842	3 anos	-
São Paulo	São Paulo	1846	1846	2 anos	-
Pernambuco	**	1864	1865	2 anos	-
Piauí	Teresina	1864	1865	2 anos	-
Alagoas	**	1864	1869	2 anos	-
Rio Grande do Sul	Porto Alegre	1869	1869	2 anos	-
Pará	**	1870	1871	3 anos	-
Sergipe	Aracajú	1870	1871	2 anos	-
Paraná	Curitiba	1870	***	2 anos	-
Amazonas	**	1872	1872	3 anos	-
Espírito Santo	Vitória	1873	1873	2 anos	-
Rio Grande do Norte	Natal	1873	1874	2 anos	-
Maranhão	São Luís	1840	***	2 anos	Escola Normal particular, mas subvencionada pelo governo.
Município da Corte	Rio de Janeiro	1874	1874	4 anos	Escola Normal particular, mas subvencionada pelo governo.
Município da Corte	Rio de Janeiro	1876	1880	4 anos	Escola Normal pública.
Ceará	Fortaleza	1878	1884	3 anos	-
Santa Catarina	Florianópolis	1880	1880	3 anos	-
Goiás	Goiás *	1882	1884	3 anos	-
Paraíba	João Pessoa	1884	1885	2 anos	-
<p>Legenda:</p> <p>* capitais provinciais com nomes diferentes das capitais atuais.</p> <p>** sem informação sobre o nome da cidade onde funcionou a escola.</p> <p>*** sem informação quanto ao início de funcionamento (nem sempre coincide com o ano de criação).</p>					

Elaborado pelo autor a partir das contribuições de: Monarcha (1999); Tanuri (2000); Guimarães (2012); Araújo, Freitas, Lopes (2017); Oliveira (2018); Prado (2020).

A apreciação do Quadro I – Escolas de curso normal criadas nas capitais provinciais no período imperial – possibilita-nos indicar:

Entre os anos de 1835 e 1884, após a promulgação do Ato Adicional de 1834 e pouco antes da Proclamação da República, data de 15/11/1889, registra-se a criação de vinte e duas escolas normais nas capitais provinciais (Guimarães, 2012, p. 57).

É nítido, que o ano de criação, instalação e funcionamento das escolas normais nas províncias acontecem em datas distintas, caracterizando-se como um processo instável, intermitentes e desiguais.

Ao discorrer sobre as escolas normais no período imperial, que contava com vinte províncias, Antonio de Almeida Oliveira, no livro “*O Ensino Público*”, publicado no ano de 1873, menciona que “é verdade que a ideia nasceu entre nós em Minas no ano de 1835, e que em 1847 já contava o Império quatro escolas normais. Não menos certo é que hoje apenas 10 existem, e entre essas não se contam duas do período de 1847” (Oliveira, 2003, p. 213)

A dinâmica social do aparecimento, ampliação e processo de estabilização das escolas normais, que estenderam das províncias do período imperial aos estados do período republicano foi marcada por adversidades e especificidades quanto as condições de instalação e funcionamento, desenvolvimento e datas variadas das implantações e dispositivos regulatórios que nortearam essas escolas no território brasileiro (Saviani, 2017).

Douglas Silva do Prado, ao abordar as diferenças entre as Províncias, no processo de desenvolvimento desigual das Escolas Normais nas regiões brasileiras, enfatizou que,

considerando que as diversas Províncias do Brasil na época apresentavam inúmeras diferenças geográficas, culturais, políticas, ideológicas e econômicas, o processo de descentralização administrativa imposta pelo Ato Adicional causou uma distinção nas formas de tratar as questões educacionais. Isso refletiu o desenvolvimento desigual das Escolas Normais e da formação de professores em cada região do país (Prado, 2020, p. 11).

As escolas normais foram fortemente marcadas por funcionamentos intermitentes. Prado (2020, p. 16), ainda destaca que as escolas normais, do período imperial brasileiro, foram fortemente marcadas pelas discontinuidades em seus funcionamentos, isto é, ora fechadas, ora reabertas, com variadas justificativas nas diversas localidades. Reforçando

essa perspectiva, Guimarães (2012, p. 57) informa que não houve uniformidade no início do funcionamento dessas escolas após a criação da lei de cada escola normal, sendo que no caso das escolas normais da província de Minas Gerais, uma das mais tardia, ocorreria cerca de cinco anos depois.

A esse respeito Prado (2020) destaca que,

em grande parte das regiões do país essas instituições só foram de fato criadas após muitas tentativas infrutíferas de implantação. As explicações para isso geralmente associam-se às dificuldades da época em se encontrar profissionais habilitados para assumir a regência dessas escolas ou por questões estruturais, de espaço físico e de recursos financeiros para mantê-las (Prado, 2020, p. 14).

Nessa perspectiva, das criações e extinções, Tanuri (2000), discorre que,

em todas as províncias as escolas normais tiveram uma trajetória incerta e atribulada, submetidas a um processo contínuo de criação e extinção, para só lograrem algum êxito a partir de 1870, quando se consolidam as ideias liberais de democratização e obrigatoriedade da instrução primária, bem como de liberdade de ensino (Tanuri, 2000, p. 64).

Como exemplo dos elementos que interferiram, podemos os movimentos sociais no período imperial, que eclodiram posteriormente ao Ato Adicional de 1834, como a Revolta dos Malês (1835), na Bahia, Guerra dos Farrapos (1835-1845), no Rio Grande do Sul, e a Sabinada, na Bahia (1837-1838) tiveram influência nas implantações de escolas normais em suas respectivas províncias.

Além das escolas normais criadas nas capitais das provinciais, outras instituições públicas foram instaladas, como também instituições particulares subsidiadas, de maneira geral, em sedes de municípios considerados referências regionais. O exemplo da província de Minas Gerais, corrobora com essas afirmações, pois no período de 1871 a 1884, oito escolas normais foram implantadas nas cidades de Campanha, Diamantina, Montes Claros, Paracatu, Uberaba, Sabará, Juiz de Fora e São João Del Rei, afora, a da capital desta província, a Escola Normal de Ouro Preto, parâmetro para as demais (Guimarães, 2012, p. 57).

Ademais, outras unidades escolares, de escolas normais, surgiram no período imperial e tiveram papel de relevância, contemplando necessidades da população de instrução escolar, inserção no mercado de trabalho, trajetória da formação de professores e a alternância nas aberturas e fechamentos, como é o caso da província de Minas Gerais.

No quadro a seguir é possível verificar esse movimento de expansão das escolas normais em Minas Gerais.

Quadro II – Expansão das escolas normais de Minas Gerais de 1835 a 1884.

Cidade – Nome da Escola Normal	Data de criação	Início de funcionamento/ instalação	Local de funcionamento
Ouro Preto - Escola Normal de Ouro Preto	Lei nº. 13 de 28 de março de 1835	5 de março de 1840	Prédio arrendado à Província de Minas Gerais pelo Tenente Coronel Domingos de Magalhães Gomes.
Campanha - Escola Normal de Campanha	Lei nº. 1.769 de 1871	7 de janeiro de 1873	Prédio da Província de Minas Gerais comprado do Capitão Ferreira Lopes.
Diamantina - Escola Normal de Diamantina	Lei nº. 2.476 de 1878	7 de fevereiro de 1879	Prédio cedido pela Câmara Municipal de Diamantina.
Montes Claros - Escola Normal de Montes Claros	Regulamento nº. 84 de 21 de março de 1879	1 de fevereiro de 1880	Prédio alugado pela Província de Minas Gerais.
Paracatu - Escola Normal de Paracatu	Regulamento nº. 84 de 21 de março de 1879	1 de junho de 1880	Prédio alugado pela Província de Minas Gerais.
Uberaba - Escola Normal de Uberaba	Lei nº. 2.783 de 22 de setembro de 1881	15 de julho de 1882	Prédio cedido pelo Major Joaquim José de Oliveira Penna.
Sabará - Escola Normal de Sabará	Lei nº. 2.794 de 03 de outubro de 1881	2 de outubro de 1882	Anexa ao externato de Sabará.
Juiz de Fora - Escola Normal de Juiz de Fora	Lei nº. 2.794 de 22 de outubro de 1887	15 de fevereiro de 1888	-----
São João Del Rei - Escola Normal de São João Del Rei	Lei nº. 3.116 de 06 de outubro de 1888	12 de novembro de 1893	Anexa ao externato de São João Del Rei.

Elaborado pelo autor a partir das contribuições de: Oliveira (2011); Guimarães (2012); Oliveira (2018); Sousa (2021).

Ao discorrer acerca do processo de expansão das escolas normais na província mineira, no período de 1871 a 1884, Oliveira (2018, p. 65), aponta para uma concentração geográfica das unidades escolares ao sul do território de Minas Gerais. O referido autor sinaliza que dessas nove escolas normais do quadro, cinco estão estabelecidas na região sul da então província, sendo as de Paracatu e de Montes Claros as mais afastadas na capital provinciana, Ouro Preto, e a Escola Normal de Uberaba, a única localizada mais oeste do território, na região denominada Triângulo Mineiro.

De acordo com Hildebrando de Araújo Pontes (1970, p. 106), a denominação *Triângulo Mineiro*, fora utilizada primeiramente por Henrique Raymundo des Genettes,

em virtude do movimento separatista da região no ano de 1875. Do período em tela, as características geográficas aliadas às condições de transporte e comunicação dificultariam a interlocução entre essas instituições normalistas e com o governo, em comparação às outras instituições.

Sobre os locais de funcionamento dessas escolas normais, Oliveira (2003), em sua obra do ano de 1873, republicada posteriormente, apontou a condição de locação desses espaços, condições físicas e defendendo a criação de espaços apropriados, arguindo que

a maior parte das nossas escolas funcionam em casas alugadas, sem as acomodações que o ensino reclama, e aquelas mesmas que têm casas próprias não estão bem servidas, como prova o clamor dos professores [...] pois que a par da reforma das escolas antigas temos de criar outras novas, e estabelecer todas elas em prédios apropriados às necessidades do ensino, é preciso que cada ano destinemos alguma quantia para a construção desses prédios (Oliveira, 2003, p. 294).

Nessa perspectiva, Souza (2005), mais recentemente, analisa e aponta que

a construção de edifícios próprios para o funcionamento de escolas públicas inicia com processo de democratização do ensino no país a partir da Primeira República. Até então, as escolas públicas funcionavam em precárias acomodações, fossem instaladas na casa do próprio professor, fossem improvisadas nas paróquias ou em salas alugadas em locais pouco apropriados, “pardieiros” sem ar, iluminação adequada, mobiliário e higiene (Souza, 2005, p. 7)

A ampliação posterior à Proclamação da República, datada de 15 de novembro de 1889, alcançando a existência de 15 escolas normais no então estado de Minas Gerais, tendo como marco para a análise o ano de 1894, sendo implantadas em Barbacena, no ano de 1893, em Três Pontas no ano de 1894, em Cataguazes no ano de 1894, em Januária no ano de 1894, em Pouso Alegre no ano de 1894 e em Itajubá no ano de 1894. Assim, “a expansão desse modelo de formação de professores, demonstra que o governo, ainda que questionasse as deficiências do sistema, acreditava na proposta” (Oliveira, 2018, p. 69).

Ainda assim, ao analisarmos as conjunturas relacionadas às escolas normais, os contextos regionais, nacionais e internacionais se interrelacionam, cabendo a nós refletirmos e observamos a Escola Normal de Uberaba dentro dos conjuntos de eventos e dos processos históricos dos períodos, uma vez que “a análise de uma região não pode ser realizada tendo como procedimento metodológico um recorte isolado do todo, pelo contrário, deve ser assumida como uma experiência de desenvolvimento específica e

participante de um contexto mais geral, em suas respectivas fases históricas” (Guimarães, 2010, p. 31).

Prado (2020) menciona que “esse processo, iniciado no século XIX, durante o Período Imperial, colaborou para atribuir caráter profissional à função docente, diminuindo, aos poucos, a atuação de professores leigos, que até aquele momento era quase que exclusiva na educação do país” (Prado, 2020, p. 9).

Ao discorrer sobre os primeiros tempos da educação na província de Minas Gerais, Mourão (1959) aponta que “nos primeiros anos do período imperial, a instrução primária em Minas era muito deficiente, havendo bem poucas escolas remanescentes do tempo da colônia [...] Os primeiros entusiasmos após a independência foram para o ensino superior ainda inexistente aqui” (Mourão, 1959, p. 03).

Sobre a importância da formação de professores nas escolas normais, Prado (2020) arguiu que “além disso a formação docente nas Escolas Normais associava-se com as necessidades do mercado de trabalho daquele período. Era essencial habilitar professores primários que, por sua vez, formariam os novos trabalhadores que as mudanças sociais, políticas e, principalmente econômicas, exigiam” (Prado, 2020, p. 9).

Ainda no contexto da expansão das escolas normais, a Escola Normal de Uberaba, contemplou os apontamentos de Tanuri (2000) em que,

com vistas a maior disseminação do ensino, tornam-se objeto de frequentes cogitações algumas teses, entre elas: a obrigatoriedade da instrução elementar, a liberdade de ensino em todos os níveis e a cooperação do Poder Central no âmbito da instrução primária e secundária nas províncias. É no contexto desse ideário de popularização do ensino que as escolas normais passam a ser reclamadas com maior constância e coroadas de algum êxito (Tanuri, 2000, p. 66).

Acerca os desdobramentos da secularização do ensino, Oliveira (2018) ressalta que a implantação da escola normal de Uberaba em finais do século XIX resulta de um amplo processo histórico do período moderno. O autor enfatiza que:

no que se refere à escolarização, outra faceta fortalecida durante a modernidade, foi o aparecimento das Escolas Normais e em sua disseminação pela Europa e América um novo capítulo desse processo, marcado pela intensificação e generalização do letramento. A Escola Normal de Uberaba, instalada no final do século XIX, é um dos elementos desse amplo processo, o que propicia que essa instituição seja analisada como a ponta de um *iceberg* desse fenômeno na região do Triângulo Mineiro (Oliveira, 2018, p. 33).

Oliveira (2018, p. 70), ainda reforça que, sobre a atração regional de Uberaba na segunda metade do século XIX, a Escola Normal de Uberaba constituiu-se em uma instituição de centralidade regional, acolhendo estudantes de cidades variadas da região triangulina. Desse modo, pelas distâncias geográficas das demais escolas normais da província, os interessados na habilitação para o magistério ou normalista, encontra-se um destino mais acessível.

Dessa maneira, ao indagar sobre as razões para a criação e instalação da escola normal em Uberaba, Oliveira (2018) compara com outras cidades circunvizinhas, como Sacramento e Araxá, depara-se com as justificativas nos “fundamentos em elementos de ordem econômica e geográfica” (Oliveira, 2018, p. 75), atribuídas a condição de importante centro comercial e à localização, como ponto de passagem de São Paulo à Goiás e a Mato Grosso.

Para Eduardo Nunes Guimarães (2010), a região denominada Triângulo Mineiro, teve “sua posição geográfica foi decisiva para lhe permitir o status de localização estratégica em termos de inserção no processo de formação, integração e estruturação do mercado interno brasileiro” (Guimarães, 2010, p. 26)

Nessa vertente, Oliveira (2018) destaca

que Uberaba fora escolhida para sede de uma Escola Normal pelo fato de que esse era o município de maior desenvolvimento econômico de uma região que firmava-se, dentro da economia nacional, como entreposto comercial do Brasil Central, uma zona denominada de boca do sertão. [...] A cidade, enquanto um dos núcleos urbanos surgidos na região, rapidamente e de forma muito diferenciada de seus vizinhos, assumiu novas proporções econômicas e demográficas (Oliveira, 2018, p. 86).

Dentre os instrumentos do governo mineiro que visavam a organização da instrução pública, no ano de 1835 foi estabelecida a primeira lei orgânica do ensino primário, a lei mineira nº 13, de 28 de março de 1835. Esse dispositivo dividiu a Província de Minas Gerais em 15 Círculos Literários, sendo, posteriormente, acrescido mais um, totalizando 16 Círculos, sendo cada um chefiado por um delegado. As sedes dos círculos ficavam instaladas em cidades ou vilas consideradas importantes e que abrangiam área de extensão mais ou menos ampla, conforme a densidade populacional da região (Mourão, 1959, p. 11).

Uberaba, pela referida lei mineira de 1835, era a sede do 12º Círculo, abrangendo o Desemboque, Patrocínio, Araxá e Sacramento. Conforme Antônio Borges Sampaio

(1971, p. 382), em nova configuração, de acordo com a “Circular da Presidência da Minas de 7 de junho de 1882”, Uberaba postulava como a 8ª Circunscrição Literária.

Já em fins do ano de 1892, foi promulgada a Lei nº 77, de 19 de dezembro,

que continha dispositivos interessantes a acrescentar à Instrução havia pouco reformada. Um desses dispositivos apresentava a peculiaridade interessante de voltar a dar uma solução que havia sido prevista desde a primeira lei orgânica do ensino no tempo do Império, dividia o Estado de Minas Gerais em “10 circunscrições escolares”, bastante semelhantes aos círculos literários da Lei nº 13 de 28 de março de 1835! Voltava-se pois a adotar uma medida parecida com a que se havia tomado 58 anos antes! (Mourão, 1962, p. 38).

Nesse contexto, acrescentam-se as questões de ordens educacionais e políticas. Nessas questões, Oliveira (2018, p. 87), pontua que ligado a questão educacional, está o fato de Uberaba ter sido a sede da 8ª Circunscrição Literária, no ano de 1882, e sobre a questão política, pauta-se na amistosa relação do senador Joaquim José de Oliveira Pena com o governo provincial. Dessa forma, a confluência dessas credenciais, oportunizaram a Uberaba, ser sede de uma escola normal, voltada aos interessados para própria cidade e da região.

De acordo com Oliveira (2018, p. 53-88), a Escola Normal de Uberaba foi resultante de questões de rivalidades políticas “locais entre membros do Partido Liberal e do Partido Conservador” (Oliveira, 2018, p. 118), entre elas, uma protagonizada pelo major Joaquim José de Oliveira Pena¹,

criada em 1881, a escola foi instalada em 15 de julho de 1882, durante o governo provincial de Teófilo Otoni. A instituição teve com seu primeiro diretor aquele que fora o autor da lei de sua criação, ou seja, o major Joaquim José de Oliveira Pena que, reiteramos, era um dos líderes do Partido Liberal local (Oliveira, 2018, p. 89).

Diante dessa conjuntura, a Escola Normal de Uberaba, foi criada e instalada na cidade de Uberaba, pertencente a província de Minas Gerais e, posteriormente, ao estado de Minas Gerais, localizada na região denominada de Triângulo Mineiro.

Diante do exposto, ressaltamos aqui, que optamos por adotar a designação de Primeira Escola Normal, Segunda Escola Normal e Terceira Escola Normal, baseados nas peculiaridades de cada contexto de aberturas e fechamentos, etapas de ofertas,

¹ Dedicou-se ao Magistério, lecionando no Colégio Vaz de Melo nos cursos primário e secundário (hoje, ensino fundamental). Em 1878, fundou o Colégio Piedade e, em 1882, a Escola Normal de Uberaba. Influenciado pelo irmão, o Alferes Pedro de Oliveira Penna, abandonou a carreira de professor passando a se dedicar ao estabelecimento Comercial Penna, Irmão & Companhia. Depois de se destacar nos negócios obteve estabilidade financeira e filiou-se ao Partido Liberal tornando-se Vereador e Presidente da Câmara.

professores, endereços e espaços físicos utilizados e de funcionamento, dispositivos legais próprios, enfim, de conjunturas particulares. Ou seja, três escolas, marcadas por aproximações e distanciamentos em suas características.

Posto isso, a Primeira Escola Normal, funcionou de 1881 a 1905, a Segunda Escola Normal, funcionou de 1928 a 1938 e, a Terceira Escola Normal, funciona desde 1948, quando aconteceu o seu restabelecimento, que veremos adiante.

1.2 – A Primeira Escola Normal de Uberaba: vestígios históricos

Da primeira escola normal, que surgiu em fins do período monárquico brasileiro, perpassando pela transição da Monarquia para República, em que o poder permaneceu nas mãos das elites, sem alterações estruturais. Nessa perspectiva, Jorge Nagle (1974) afirma que,

na prática, portanto, de pouco valeu a passagem do Império para a República, duas formas doutrinariamente diversas de organização do Estado, bem como de pouco valeram as pregações dos propagandistas e idealizadores da República a respeito da instituição, pois, com essa passagem, permaneceram os mesmos princípios adotados no regime anterior, especialmente o descaso com relação à educação popular, que foi o aclamando instrumento para tornar possível o sufrágio universal, fundamento do novo regime (Nagle, 1974, p. 282-283).

Nesse contexto de transição de regime político, por meio da Lei nº 2.783, de 22 de setembro de 1881, “crêa uma escola normal na cidade de Uberaba”, conforme documento original. Dispositivo esse, composto de dois artigos, sendo o primeiro, composto de três parágrafos, e o segundo de revogação contrárias. Nesses parágrafos, do Art. 1º, expressam, a criação da escola normal de Uberaba, voltada à preparação para o magistério, com duração de três anos, baseados nas matérias do curso normal da capital Ouro Preto, ofertada a ambos os sexos, homens e mulheres. Constitui, ainda, à cidade de Uberaba, a sede da sexta Circunscrição Literária da Província de Minas Gerais, conforme a coletânea *Collecção das Leis e Decretos do Estado de Minas Geraes*, de 1901.

Mendonça (1970), descreve que

A ESCOLA NORMAL

Foi criada pela Lei Mineira Nº 2.783, de 22 de setembro de 1881 e instalada a 12 de julho do ano seguinte, sob a direção do Major Joaquim José de Oliveira Pena (Senador Pena). Teve diretores os Professores Major Joaquim José de Oliveira Pena, Coronel Antônio Borges Sampaio, Ilídio Salatiel dos Santos, Joaquim Antônio Rosa do Nascimento Júnior, Dr. Gabriel Orlando Teixeira Junqueira, Dr. Ilídio Salatiel Guaritá, Antônio Pereira de Artiaga, Alexandre de Sousa Barbosa, Militino Pinto de Carvalho. Antônio Mamede de Oliveira

Coutinho e Atanásio Saltão. Prestou serviços dos mais relevantes à instrução pública, em nossa terra, formando 47 jovens de ambos os sexos. Salientam-se, entre os seus Professores: Dr. Ilídio Salatiel Guaritá, Dr. Tomás Pimentel Ulhoa, Rufino Pena, José Rodrigues de Miranda Chaves, Ilídio Salatiel dos Santos, Joaquim Antônio Gomes da Silva, João Batista Speridião Rodrigues, Joaquim Rodrigues Cordeiro, D. Guilhermina Cândida de Avelar, Dr. João José Frederico Ludovice, Dr. Antônio da Costa Carneiro, Dr. Joaquim José de Saraiva Júnior, Joaquim Abadia Fontoura, Alfredo Carlos dos Santos, Manuel do Espírito Santo e Oliveira, Carlos Batista Machado, Alexandre José dos Santos, Joaquim Dias Soares, Paulo Frederico Barthes, Dr. Georges de Chirée, Dr. Alberto Parton, Joaquim Tomé dos Santos, Albano de Moraes Maximiano Silva, o grande poeta Artur Lobo, Padre Pedro Ribeiro da Silva, Diocleciano Vieira (ainda vivo). D. Maria Luísa de Resende, Atanásio Saltão, Joaquim Gasparino Pereira de Magalhães, Antônio Mamede de Oliveira Coutinho, D. Maria Cristina da Costa, D. Maria Cristina Pires, D. Maria Felisbina de Araújo Pontes e D. Maria Salomé Rosa. Foi a Escola Normal teatro de uma das tragédias que mais emocionaram a população de Uberaba: por motivo políticos, o insigne poeta Artur Lobo assassinou o Diretor Antônio Pereira de Artiaga. Os sucessivos júris de Artur Lobo, com a presença de advogados de renome em todo o país, entre eles o Dr. Alfredo Pujol, comoveram o Triângulo Mineiro. O poeta foi absolvido”. (Mendonça, 1974, p. 109-110).

Esse autor, ao descrever a Escola Normal de Uberaba, citando a lei mineira de sua criação, de 1881 e a sua instalação, de 1882, sendo primeiro diretor, Joaquim José de Oliveira Pena (Senador Pena) e, o corpo docente na instrução pública dos “47 jovens de ambos os sexos”, cita, ainda, o assassinato do diretor Antônio Pereira de Artiaga, pelo professor e poeta Artur Lobo.

Sobre esses primeiros anos, de acordo com Oliveira (2018),

as fontes revelam que a instituição ocupou, em parte de sua existência, uma casa emprestada, denotando voluntariado por parte de líderes políticos locais, evidenciando improvisação e reforçando a hipótese da precariedade. Tratou de voluntariado, por tarde dos cidadãos Joaquim José de Oliveira Pena, que emprestou o prédio e de Antônio Borges Sampaio, que fez reformas na escola com recursos próprios (Oliveira, 2018, p. 30).

Embora criada pela Lei Mineira nº 2.783, de 22 de setembro de 1881, foi instalada somente em 15 de julho de 1882, conforme consta a transcrição do documento, apresentada por Sampaio (1971, p. 381), a qual foi inaugurada em 15 de julho de 1882, no governo provincial de Teófilo Otoni, tendo como primeiro diretor o então nomeado Joaquim José Oliveira Pena. Sobre a instalação da Escola Normal de Uberaba, o jornal *Gazeta de Uberaba*, do dia posterior, de 16 de julho de 1882, noticiou:

Escola normal de Uberaba

De conformidade com a lei n. 2.815, mandou-se instalar esta escola, sendo para esse fim marcado o dia 15 de Julho p. futuro.

Para ocuparem os lugares de professores e demais empregos, foram nomeados:

Director, o Major Joaquim José de Oliveira Penna, igualmente nomeado inspetor do 21º circulo litterario, em substituição do Dr. Illidio Salathiel Guaritá. (Jornal Gazeta de Uberaba, 16/07/1882)

Tal inauguração foi noticiada pela imprensa local, no jornal *Gazeta de Uberaba*, de 16 de julho de 1882, página 2, nas colunas 4 e 5, mencionando a presença do diretor, de professores de instrução moral e religiosa, pedagogia e história sagrada – Dr. Thomaz Pimentel de Ulhôa, de português – Joaquim Antônio Gomes da Silva, de aritmética – Illidio Salathiel dos Santos, de geometria e desenho linear – Rufino José de Oliveira Pena, de história e geografia do Brasil – Dr. Illidio Salathiel Guarita, de aula prática [...] – Joaquim Rodrigues Cordeiro e, o porteiro-continuo – Antônio Vicente da Silveira.

Segundo Riccioppo Filho (2007, p. 166), para servir de abrigo e sede dessa primeira escola normal, fora alugado um sobrado, instalado na rua de Padre Antônio, atualmente a rua Major Eustáquio, na descida, entre as ruas São Sebastião e Grande, atualmente rua Manoel Borges. Sobre esse imóvel, que sediou a escola normal, o jornal *Gazeta de Uberaba*, de 10/5/1883, publicou na capa, em matéria intitulada “Uma sessão de posse na Eschola Normal”, ironizando a posse do diretor Antônio Borges Sampaio e apontando os aspectos do prédio escolar e das proximidades. Conforme a notícia,

É meio dia em ponto.

O mez de Maio do anno de 1883 já vae com suas oito revoluções de sol completas. A cidade de Uberaba, por natureza tranquilla, pacata e monótona como um burguez enriquecido no commercio das especiarias, apresenta nesse dia um movimento, uma agitação desusados. A rua de ***, ordinariamente pouco frequentada, vê-se nesse dia quasi que cheia de pessoas, umas sentadas, outras de cocoras, outras mais deitadas sobre a relva de gramineas e vassouras que a exornam em toda sua longitude e latitude. É que vae a pacifica via publica ser testemunha de esplendida solemnidade, sem precedente e sem rival nas legendas desta cidade. É que nella está situado um modesto sobradinho, acanhado, rachitico, mas que a instituição que nelle funciona, aparentemente nobilita e exalça. É que alli, em uma palavra, está situada a Eschola Normal.

(Gazeta de Uberaba, 10/05/1883, p. 1)

Sobre essa edificação da rua Major Eustáquio, o primeiro prédio utilizado, matéria publicada no jornal *O Estado de São de Paulo*, de 09 de outubro de 1894, traz na coluna Boletim, na primeira página, a seguinte notícia:

Uberaba.

Escreve-nos o nosso solicito correspondente desta localidade, em data de 06 do corrente [06/10/1894]:

O prédio em que actualmente funciona a Escola Normal, na rua do Major Eustachio, além de não ter condições algumas de ordem higienica, é muito acanhado, quasi não podendo supportar o número de alumnos que actualmente alli há. Basta saber-se que a casa não possui quintal e que as latrinas da mesma estão nos baixos, notando logo quem entra o inconveniente de se fazer despejos naquelle ponto do edificio. O governo do Estados deve fazer aquisição de outro predio para a Escola Normal (Jornal *O Estado de S. Paulo*, 1894, p.1).

Desse conteúdo jornalístico, publicado posteriormente à mudança de endereço, podemos apreender que, em relação a edificação fora aproveitada para ser uma escola normal, ou seja, um espaço improvisado para alojar a escola, com condições físicas insuficientes para suportar o número de alunos, bem como sem estrutura física adequada e fora dos padrões de higiene tão em voga no período supracitado. Provoca, ainda, a necessidade do Estado em adquirir e providenciar outro prédio para a instalação e funcionamento da Escola Normal.

Após quase cinco anos nesse endereço, no dia 12 de maio do ano de 1887, a escola normal é transferida, para outro outro prédio, de propriedade do então pecuarista e vereador da primeira Câmara Municipal de Uberaba, Capitão Manoel Rodrigues da Cunha, situado na rua Municipal, atualmente rua Manoel Borges. Essa transferência foi noticiada pelo jornal *Gazeta de Uberaba*, de 22 de maio de 1887, intitulada “Eschola Normal”, discorrendo que “a 12 do corrente foi transferida a Eschola Normal desta cidade para o sobrado pertencente ao Capitão Manoel Rodrigues da Cunha, à rua Municipal” e, menciona, sobre os aspectos do prédio, apontando que “o edificio é vasto, bem arejado, com excelentes condições higienicas, e assaz apropriado para servir ao fim a que se destina”.

Ainda no ano de 1887, em 26 de agosto, o jornal *Gazeta de Uberaba*, publicou texto de quase duas colunas, intitulado *Ensinai os meninos*, com os subtítulos *Casa da Eschola*, *Diploma de Normalista*, *Professores das aulas práticas* e *Conclusão*, com caráter de divulgação e exaltação da escola normal. Do trecho a seguir, podemos identificar que o então diretor, Tenente Joaquim Antonio Rosa Junior, firmou contrato de locação com o então proprietário, Capitão Manoel Rodrigues da Cunha, para o funcionamento da escola normal nesse endereço, mediante autorização do governo provincial. Sobre os aspectos físicos do prédio, caracterizado como espaçoso, em condições de higiene adequada e arejado, soma-se a localização no centro da cidade,

condições das salas de aulas, mobília e o alinhamento aos padrões da escola da capital da província, conforme o trecho,

O actual Director da Eschola Normal, Tenente Joaquim Antonio Rosa Junior, devidamente auctorizado pelo Governo Provincial firmou com o Capitão Manoel Rodrigues da Cunha, proprietario do sobrado sito a rua Municipal, (onde esteve estabelecida a casa comercial do finado Theophilo Ferreira) um contracto de locação do mesmo prédio afim de nelle funcionar a Eschola Normal. O sobrado é espaçoso, aceiado e muito arejado. Sua collocação no centro da cidade facilita sobremaneira aos alumnos a caminhada para as aulas. Há já dous mezes que elle tem servido para as aulas da Eschola. Não se poderia desejar edificio em melhores condições que este, quanto a parte utilizada para a Eschola. As salas destinadas para as aulas são tão boas, tão aceiadas e tão bem mobilhadas, como as da Eschola Normal da capital da Provincia, segundo sou informado. Em summa quanto a edificio não poderia encontrar-se melhor (Gazeta de Uberaba, 26/08/1887, p. 2).

Ainda sobre esse texto, do jornal *Gazeta de Uberaba*, apresenta arguição sobre as vantagens de ser portador de diploma de normalista, em uma escola com vários professores, sobre os dois professores das aulas práticas e outras considerações para a formação, em que

Passemos agora a considerar as vantagens resultantes do ensino, e ponderemos, em face das vantagens que encontrarmos em um ensino ou outro, qual delles é preferivel. As moças que estudam em collegios e os moços que estudão com explicadores particulares, em geral, não se achão tão habilitados como os alunos da Eschola Normal porque, tanto nos collegios como nas aulas particulares, os mestres são poucos para ensinar muitas materias, de maneira que em nenhuma dellas podem os alunos ficar bem preparados.

Ao passo que na Eschola Normal cada matéria é ensinada por um professor especialista. Além disso, o alumno que estuda na Eschola Normal obtém um título publico, o diploma de Normalista. Fica assim garantida a sua capacidade intellectual por meio de um titulo do qual pôde lançar mão em qualquer tempo para o magisterio, quer particular quer publico. Ao passo que nos collegios e aulas particulares isso não acontece. O diploma de normalista quando não seja de utilidade a um moço ou especialmente a uma moça no presente, pôde fazer-lhe muita falta no futuro, de hoje há alguns anos, com a mudança das circunstancias. Quem sabe que accidentes, que revezes, nos trará o futuro? Vem também a tempo saber quaes são as pessoas que tomam conta dos alunos e que velam pelas alumnas durante o tempo de sua estada na Eschola. Ora essas pessoas são: A Exma. Sra. D. Maria Luiza do Valle Rezende, digna e virtuosa esposa do Sr. Baldoino Gonçalves de Rezende, a cujo zelo e virtudes ficão confiadas as moças e meninas, que estudão na Eschola. O Sr. Alexandre José dos Santos, antigo professor de latim do Lyceu Uberabense, a quem ficão confiados os moços e meninos durante o tempo em que ficão fora das aulas. São os dous professores das aulas praticas, Concluamos do que até aqui temos exposto. A nossa Eschola Normal está em condições taes que merece o apoio das dignas familias de Uberaba, que enviando para esse

estabelecimento seus filhos, não só podem nutrir a certeza de que eles terão cuidadosamente educada sua inteligente, como também se tornarão habilitados, pela aquisição do diploma de Normalista, a se tornarem por sua vez excelentes mestres, e a se conservarem na sociedade de modo digno de si e de seus paes (Gazeta de Uberaba, 26/08/1887, p. 2).

Dentre as publicações do jornal *Gazeta de Uberaba*, na edição de 15 de outubro de 1887, há a publicação do edital aos interessados em matrícula na Escola Normal, durante todo o mês de outubro, com a lista de documentos necessários, bem como o anúncio, da 8ª Circunscrição de Uberaba, acerca do processo de inscrição e processo de habilitação às cadeiras de primeiro e segundo grau masculino e feminino.

Nesse contexto, em sessão ordinária da Câmara Municipal de Uberaba, de 15 de março de 1892, fora apresentado requerimento de proposição do vereador Antero Rocha, e aprovação unânime de votos, conduzindo-nos a compreensão de que a questão de prédio próprio para a escola normal constituiu-se de pauta dos edis, em que

deliberou a Camara pedir providencias ao Governo deste Estado no sentido de ser comprado ou edificado um prédio onde possa funcionar a Escola Normal desta cidade, visto como a em que a mesma actualmente se acha instalada alem de não prestar-se ao fim para que é ocupado, acha-se em completo estado de ruina (Anais dos Livros de Atas Câmara Municipal de Uberaba, século XIX: 1857 a 1900, volume 1, 2017, p. 1998).

Em resposta ao supracitado requerimento, na sessão ordinária de 16 de maio de 1892, foi o lido o ofício do Governador do Estado que “quanto a compra ou edificação de um prédio para Escola Normal, declarou não haver verba” (Anais dos Livros de Atas Câmara Municipal de Uberaba, século XIX: 1857 a 1900, volume 1, 2017, p. 2033). Assim, sob a alegação de ausência de recursos financeiros, até o momento, a escola normal seguirá sem prédio próprio.

Ainda em análise aos Anais dos Livros de Atas da Câmara Municipal, deparamos com o assunto de aquisição de prédio para abrigar a escola normal esbarrando em objeções, dentre elas a instabilidade de funcionamento, assim, na sessão ordinária de 09 de março de 1895,

foi apresentado um requerimento do diretor da Escola Normal desta Cidade, Antonio Pereira de Artioga, pedindo dispensa da ciza sobre a compra de um prédio feito pela Congregação da mesma Escola, para nele funcionar aquele estabelecimento de instrução, fundamentando o seu pedido em terem feito esta compra particular em beneficio da instrução publica, visto não encontra para o lugar, um predio com acomodações apropriadas para esse fim. Posto em discussão depois de

muitas ponderações pelos vereadores presentes foi deliberado que fosse deferido o requerimento dando como auxílio a instrução pública a importância de ciza relativa ao preço por que for confiado o referido prédio, obtendo-se de votar nessa discussão o vereador Antonio Silverio, porque sendo a compra particular, não havia clauzula alguma que garantisse a estabilidade daquele estabelecimento nesse edificio por um tempo determinado (Anais dos Livros de Atas Câmara Municipal de Uberaba, século XIX: 1857 a 1900, volume 1, 2017, p. 2397)

Desse endereço, há uma nova transferência, contabilizando aqui, a terceira mudança do prédio para outra localidade, agora uma instalação em sobrado na praça da Matriz, número 8, atualmente praça Rui Barbosa e início da atual rua Tristão de Castro, tendo permanecido até o fechamento em março de 1905 (Riccioppo Filho, 2007, p. 177). É certo que ano de 1900, a escola já estava instalada nesse endereço, conforme descreve Pontes, ao tratar das disputas políticas, menciona,

O dr. Militino Pinto de Carvalho, em 1900, era diretor da Escola Normal instalada em um sobrado em cujo local, a então praça Afonso Pena (hoje Rui Barbosa) está, atualmente, construído o palacete do sr. coronel José Caetano Borges. Naquele estabelecimento funcionavam três secções eleitorais (Pontes, 1970, p. 138).

Ademais, a seguir, podemos apreciar a imagem da escola normal de Uberaba ao lado da praça da matriz, no centro da cidade, conforme citamos.

Figura 1: Praça da Matriz e o prédio da Escola Normal de Uberaba, no ano de 1890.



Vista da Praça da Matriz, atual Praça Rui Barbosa, no ano de 1890, com destaque ao prédio da Primeira Escola Normal de Uberaba (seta). Fonte: Superintendência do Arquivo Público de Uberaba.

Guimarães (2012), afirma que a Escola Normal de Uberaba, isto é, a Primeira Escola Normal,

funcionou durante vinte e três anos e sobreviveu à transição do período imperial ao republicano. Mas os concluintes de 1904 foram os últimos normalistas então formados, pois a referida escola foi fechada pelo chefe do Executivo Estadual em março de 1905, sem dar início às aulas nesse ano letivo; sob alegação da necessidade de contenção de despesas (Guimarães, 2012, p. 8).

Sobre o fechamento da primeira escola normal, ocorrido em março de 1905, mediante a justificativa do governo estadual de redução de gastos, Riccioppo Filho afirma que “banhada em escândalos políticos, agressões e até em um assassinato, à medida que os anos passavam, a Escola Normal de Uberaba afastava-se cada vez mais de seu objetivo fundamental: a formação de professores. Transformada num palco de disputas políticas” (Riccioppo Filho, 2007, p. 186). Somado “a baixa procura pelo curso normal era decorrência da precarização do magistério. Mesmo com as promessas de reformulação do ensino e de valorização da profissão docente, muito divulgadas nos primeiros tempos republicanos, as condições de vida e de trabalho da imensa maioria do professorado mineiro era desanimadora” (Riccioppo Filho, 2007, p. 187).

Nessa linha de análise, para além da Lei nº 318, promulgada em 16 de setembro de 1901, que visava reorganizar diversos ramos do serviço público do Estado, dentre outros, estabelecendo a suspensão todas as escolas normais mineiras, somavam-se as considerações asseveradas por Oliveira em que

a falta do prédio próprio; o fato de a instituição ter funcionado, nos primeiros anos, em um local modesto que, segundo o vereador Antero Rocha, estava em completo estado de ruína; a falta de equipamentos adequados que iam de mesas e cadeiras à mapas e compasso; professores faltosos, alguns abandonaram seus cargos e outros, segundo o inspetor Antônio Garcia Adjunto, eram desatualizados e não aplicavam os métodos de ensino mais avançados e nem os compreendiam. Não bastasse tudo isso, a Escola Normal de Uberaba teve sua trajetória marcada por disputas políticas que em seu caso mais dramático levou um professor a assassinar o diretor. Disputas políticas que durante a Monarquia giraram em torno dos interesses de liberais e conservadores e, na República, continuou a atender aos interesses de quem estivesse no poder do Estado e ao mando local (Oliveira, 2018, p. 206).

Após o fechamento, sobre o desfazimento dos materiais escolares pertencente à Escola Normal, o jornal *Lavoura e Comércio*, publicou duas reportagens sobre o destino desses materiais. Assim, o primeiro texto, de 05 de fevereiro de 1905, discorre que,

Por ordem do sr. secretario do interior foi transferido ante-hontem para o Gymnasio Diocesano todo o mobiliario, laboratorio e gabinete da Escola Normal desta cidade.

Apesar do governo haver ordenado a entrega da bibliotheca isto não se realisou ainda, em vista de novo pedido dirigido ao sr. secretario do interior para que a mesma seja entregue ao “Gremio Litterario Bernardo Guimarães” (*Lavoura e Comércio*, 05/02/1905, p. 1).

A segunda publicação, de 09 de fevereiro de 1905, do jornal *Lavoura e Comércio*, intitulada *Gymnasio Diocesano – Reabertura do Curso Gymnasial* –, ao discorrer sobre outra instituição escolar faz menção à escola normal, sobre os materiais escolares e a sua suspensão, em que

Conforme temos noticiando, reabrem-se quarta-feira proxima, oficialmente, as aulas do Gymnasio Diocesano do S. C. [Sagrado Coração] de Jesus, importantissimo estabelecimento de ensino desta cidade, equiparado ao Gymnasio Nacional e confiado à sabia direção dos irmãos Maristas, tendo como reitor o abalisado professor revd. irmão João Paulino. [...]

O predio onde funciona o bem conceituado collegio acaba de passar por grandes e importantes melhoramentos materiaes, como tivemos ensejo de noticiar em uma de nossas passadas edições. A esses melhoramentos resta-nos acrescentar, o que fazemos com justo e sincero jubilo, que o importantissimo instituto acaba de fazer utilissima aquisição, qual seja a dos gabinetes e laboratórios de physica e chimica e mais material escolar pertencente á Escola Normal desta cidade, ultimamente suspensa pelo governo do Estado (*Lavoura e Comércio*, 09/02/1905, p. 2).

Assim, pode-se confirmar que os materiais escolares, gabinetes, laboratórios de física e química e outros materiais foram transferidos para o recém-criado Colégio Diocesano do Sagrado Coração de Jesus, isto é, uma escola particular pertencente a uma ordem religiosa. Esse colégio foi assumido pelos Irmãos Maristas no ano de 1902 (Coutinho, 2000, p. 19).

Enquanto a biblioteca escolar foi transferida, com êxito, para o Grêmio Literário Bernardo Guimarães (Riccioppo Filho, 2007, p. 190). Pontes, ao discorrer sobre as bibliotecas da cidade de Uberaba, menciona que

a da extinta Escola Normal, fundada em 1896, pelo diretor Antônio Pereira de Artiaga com mais de mil volumes. Esta biblioteca, que se desfalcou de quase a metade no fechamento da Escola, em 1905, foi cedida pelo Secretário do Interior do Estado de Minas ao nascente Grêmio Literário Bernardo Guimarães. Êste, durante os quatro anos de

sua existência, aumentou-a de quase o dobro. Em 1908 passou a ser propriedade da Câmara Municipal e continuou com a denominação de “Biblioteca Pública Municipal Bernardo Guimarães” (Pontes, 1970, p. 405).

E, mesmo com o processo de separação entre Igreja e Estado, no nosso país, iniciada no período imperial e consolidada com a Proclamação da República, em 1889, a Igreja Católica, direcionou-se a regeneração do seu papel no território brasileiro e a regeneração do seu controle (Ortiz, 2014, p. 51), em que, “mais do que um processo de crise e de perda da influência, a Primeira República significou para a Igreja um momento de reconstrução” (Arduini, 2009, p. 2).

Oliveira (2018), avalia que esse processo de transferência de espólio “tratou de uma clara demonstração de transferência do público para o privado, situação muito característica na sociedade e cultura brasileira, típica de seu liberalismo *sui generis*” (Oliveira, 2018, p. 209).

O período de ausência da escola normal de Uberaba, após esse fechamento, foi marcado pelas cobranças e empenhos das autoridades para a sua reabertura, bem como, por matérias em jornais impressos. No periódico Revista de Uberaba, do ano de 1905, na seção *Chronica Mensal*, publicou crítica ao governo mineiro sobre o fechamento da escola normal, por corte econômico e prejuízos a população menos favorecida, sendo os materiais escolares transferidos para o Colégio Diocesano, em emergente desenvolvimento, bem como a ausência de prédio próprio, conforme o seguinte texto:

Por ordem do benemérito governo de Minas (não me afasto do estylo engrossativo destes tempos) que suspendeu ou supprimiu, não sei bem, todas as Escolas Normaes do Estado, onde os pobres iam receber instrucção só para fazer economias (!), foram entregues a terceiros, até segunda ordem, todo o material e a bibliotheca da Escola desta cidade, visto não pertencer o prédio ao governo. No dia em que este se desoccupava, causava dó, como bem disse o sr. tenente-coronel Sampaio, em uma das suas cartas ao ‘Jornal do Commercio’, quem passasse em frente do estabelecimento que não havia muito se enchia com a alegria das creanças, vel-o então silencioso e triste e nu.

Maldita economia! Emquanto se fecha a Escola Normal, o Gymnasio diocesano se vai desenvolvendo. É assim que esse anno a matricula nesse estabelecimento de ensino, tão bem dirigido pelos irmãos maristas, sobre muito de ponto. Mas não se pense que o fechamento da Escola tenha concorrido para isso, pois até hoje só três alunos desta o frequentam. Si a admissão no Gymnasio custasse *tanto* como na Escola Normal, é bem provável que a maior parte dos alunos desta lá estivesse (Revista de Uberaba, 1905, p. 338).

Posto isso, tal ação de desprendimento e desmonte desse aparato escolar corrobora com nosso entendimento de encerramento dessa primeira escola normal, isto é, a Primeira Escola Normal de Uberaba de 1881 a 1905. Possibilitando transparecer que a abertura da segunda escola normal de Uberaba consistirá em outra dinâmica.

No jornal *O Estado de São Paulo*, foram publicadas duas reportagens no mês de dezembro do ano de 1911, referente a uma possível abertura de uma nova escola normal em Uberaba. Sendo a primeira, de 22 de dezembro de 1911, na coluna Telegramas, na seção de serviço especial desse periódico, em que percebe-se a pressão da comunidade uberabense reprovando o fechamento da escola normal e solicitando que a escola fosse reaberta, tendo aqui, conforme a nota do periódico, a solicitação do então inspetor escolar Abreu Novaes, corroborando com o entendimento de um anseio da comunidade para a abertura. De acordo com a matéria, a

Restauração da escola normal de Uberaba - UBERABA, 21. - Pelo "Lavoura e Comercio" o inspetor escolar Abreu Novaes pede a restauração da Escola Normal que a cidade de Uberaba possuiu e que por medida de economia foi suprimida. É justo, agora que o governo está criando novas escolas no Estado que seja restaurada a desta cidade (O Estado de São Paulo, 22/12/1911, p. 2).

Já na segunda publicação, no jornal *O Estado de São Paulo*, de 25 de dezembro de 1911, na coluna Telegramas, seção de serviço especial desse periódico, especula-se sobre a abertura da escola normal, foi publicada o seguinte texto na íntegra, "Escola Normal em Uberaba - BELLO HORIZONTE, 24. - Parece que umas das escolas normaes que vão ser criadas pelo governo será installada na cidade de Uberaba".

Esse mesmo periódico, o jornal *O Estado de São Paulo*, em 19 de dezembro de 1913, publicou na coluna Notícias de Minas, matéria discorrendo sobre a necessidade de novos estabelecimentos e especulando sobre a contemplação de escola a ser instalada em Uberaba, sendo o seguinte texto:

Escolas normaes regionaes - Attendendo à necessariade de dotar o Estado, de estabelecimentos modelares de ensino technico, em que se preparem convenientemente os futuros professores publicos primarios, o Congresso, pela lei n. 560, de 12 de Setembro de 1911, autorizou o poder executivo a crear cinco escolas normaes regionaes, nas zonas correspondentes ao norte, sul, leste, oeste e centro do Estado. [...] A do oeste, parece, será installada em Uberaba (O Estado de São Paulo, 19/12/1913, p. 9).

Em vista disso, a Primeira Escola Normal de Uberaba, de 1881 a 1905, permaneceu fechada de 1905 até o início do ano de 1928, quando será reaberta, sob a denominação de Escola Normal Oficial de Uberaba.

1.3 – A Escola Normal Oficial de Uberaba em dois momentos.

A trajetória histórica da Escola Normal de Uberaba, ao ser considerada e entendida como constituída por três escolas foram marcadas por intermitências no seu funcionamento. Assim, anteriormente, vimos a Primeira Escola Normal, então denominada de Escola Normal de Uberaba e, na condição de Segunda Escola Normal, será denominada de Escola Normal Oficial de Uberaba.

Com efeito, a coletânea de publicações oficial do Estado de Minas Gerais, denominada de *Collecção das leis e Decretos do Estado de Minas Geraes*, traz duas publicações que consideramos de relevância no estudo das escolas normais, primeiro o Decreto nº 8.162, de 20 de janeiro, em que “aprova o regulamento do ensino nas Escolas Normaes” (1928, p. 81), e, segundo, o Decreto nº 8.245, de 18 de fevereiro de 1928, em que “crea escolas normaes do primeiro grao em Dôres do Indayá, Paracatu, Santa Rita do Sapucahy, Itabira, Montes Claros e Leopoldina, e do segundo grao em Uberaba, mantidas nesta categoria as de Bello Horizonte, Juiz de Fóra e Ouro Fino” (1928, p. 322).

Mendonça (1974), ao descrever a Segunda Escola Normal, aborda o funcionamento no prédio do Liceu de Artes e Ofícios e, no casarão de Luís Soares Pinheiro, situado à Rua Manoel Borges, o qual foi demolido para a “construção de posto de serviços para automóveis”. Destaca que mesmo tendo centenas de alunos foi fechada por questões de economia do governo mineiro de Benedito Valadares. Esse autor, descreve que

A SEGUNDA ESCOLA NORMAL

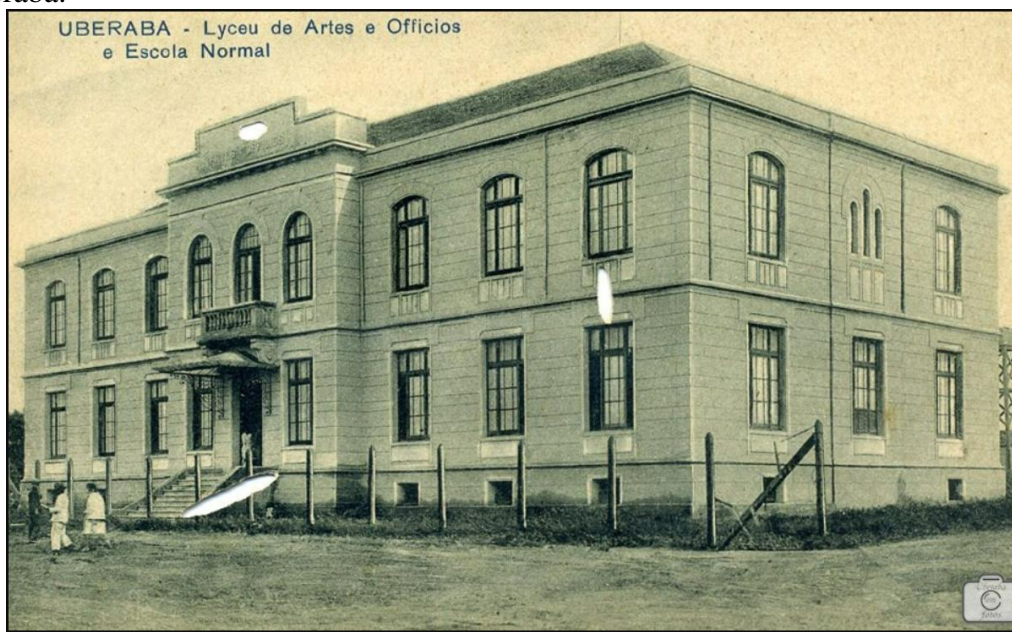
Funcionou no edifício do Liceu de Artes e Ofícios (SENAI) e, depois, no sobrado de Luís Soares Pinheiro, à Rua Manuel Borges, demolido para a construção de um posto de serviço para automóveis. Esteve sob a superior e magnífica direção do Professor Fernando de Magalhães. Contava com centenas de alunos, quando foi suprimida, “por motivos de economia”(!), no Governo do Sr. Benedito Valadares, sendo Secretário da Educação o Dr. Cristiano Machado (Mendonça, 1974, p. 110-111).

Assim, podemos considerar o início da segunda da escola normal de Uberaba, isto é, Segunda Escola Normal de Uberaba, de 1928 a 1938. Bilharinho (2010, p. 284), ao descrever os eventos do ano de 1928, menciona que em “18 de fevereiro – instalada a

“segunda” Escola Normal no prédio do Liceu de Artes e Ofícios, na praça Frei Eugênio”. Riccioppo Filho (2007, p. 389), afirma que os números de matriculados foi satisfatório, sendo a inauguração no dia 27 de abril de 1928, funcionando no prédio do Liceu de Artes e Ofícios. A seguir, a reprodução da imagem do prédio do referido Liceu, onde foi instalada a nova escola normal.

De modo consequente, de 18 de fevereiro do ano de 1928, em foi publicado pelo governo mineiro o Decreto nº 8.245, assinado pelo por Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, em que “cria escolas normais do primeiro grau em Dores do Indaiá, Paracatu, Santa Rita do Sapucaí, Itabira, Montes Claros e Leopoldina, e do segundo grau em Uberaba, mantidas nesta categoria as de Belo Horizonte, Juiz de Fora e Ouro Fino”, ao ano de 1938, por força do Decreto-Lei nº 63, de 15 de janeiro de 1938, o qual versava sobre a supressão de seis escolas normais oficiais, em seu Artigo 1, resolvia “ficam suprimidas as Escolas Normais Oficiais situadas nas cidades de Diamantina, Montes Claros, Curvelo, Campanha, Uberaba e Itabira”.

Figura 2: Vista do Liceu de Artes e Ofícios, onde foi instalada a Escola Normal de Uberaba.



Fonte: Superintendência do Arquivo Público de Uberaba.

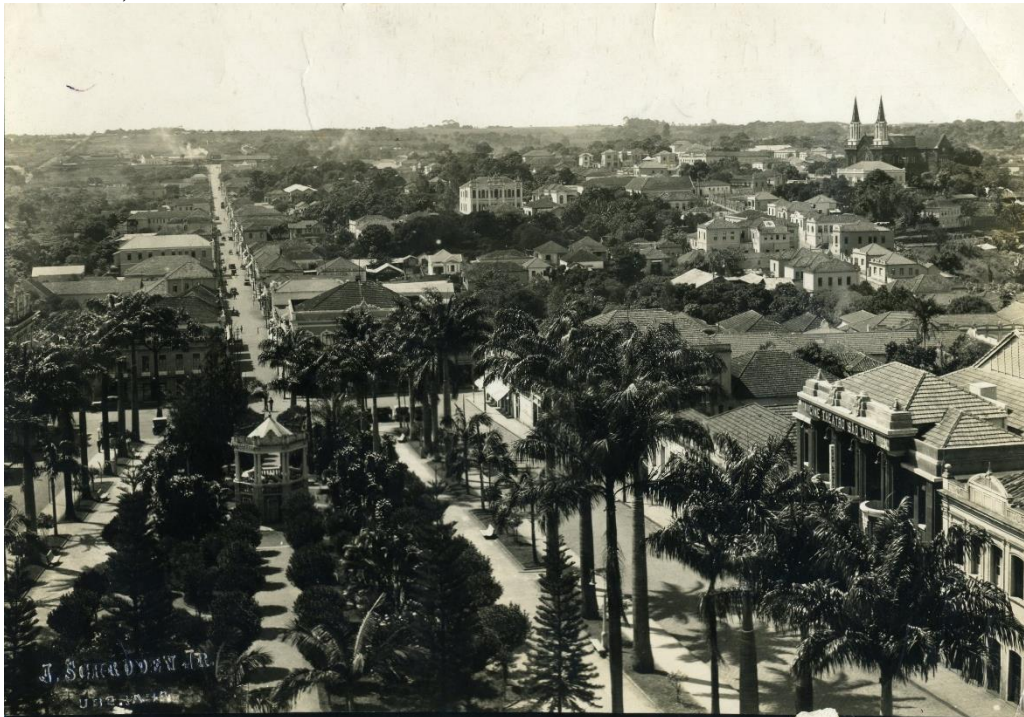
Riccioppo Filho (2007, p. 397), em seu estudo, afirmou que em 03 de agosto de 1930, o periódico oficial do governo mineiro, trouxe publicação em que determinava a mudança da escola normal, do liceu para a sede do Grupo Escolar Minas Gerais, até a contemplação de sede própria. Contudo, a utilização do prédio do liceu permaneceu até junho do ano de 1932, nesse interim eclodiu o movimento constitucionalista de 1932,

alterando as ocupações dos prédios de Uberaba. De acordo com Guimarães (2012), o período “de junho a setembro de 1932, as aulas foram suspensas, pois os soldados da Brigada Fonseca passariam a ocupá-los” (Guimarães, 2012, p.126).

Não obstante, a escola normal passa a ocupar provisoriamente um prédio na rua Artur Machado, resultado de mobilizações diversas para providências de sede definitiva. A foto XX nos contextualiza para a localização do logradouro, sem a identificação precisa do prédio que abrigou a escola. Riccioppo Filho (2007), discorre que

a Escola Normal de Uberaba permaneceu por alguns meses no prédio da rua Artur Machado, que não oferecia condições para o bom funcionamento da instituição. Iniciou-se, então, na cidade, intensa mobilização para conseguir do governo estadual uma sede definitiva para a escola. A prefeitura local, através do chefe de governo Dr. Guilherme Ferreira, e a sociedade civil enviaram insistentes pedidos ao então governador Olegário Maciel e ao Inspetor Geral de Ensino de Minas Gerais, Guerino Casasanta. Entretanto, em resposta aos pedidos, o governador informou que o estado não dispunha, para aquele ano, de uma previsão orçamentária para executar tal obra (Riccioppo Filho, 2007, p. 397-398).

Figura 3: Vista da rua Artur Machado a partir da Praça Rui Barbosa, centro de Uberaba/MG, década de 1930.



Fonte: Superintendência do Arquivo Público de Uberaba.

Ainda assim, o diretor Fernando Magalhães, diante da impossibilidade de orçamentos, conduziu a instituição para o estabelecimento em sobrado na rua coronel Manoel Borges. Sobre esse momento, o jornal *Lavoura e Comércio*, publicou reportagem

na capa, intitulada *O Prédio para a Escola Normal – Por não haver verba consignada no orçamento, o governo mineiro não pode mandar construir, agora, o prédio para a nossa escola normal*, discorrendo que

O sr. dr. Olegario Maciel, em carta endereçada ao sr. dr. Guilherme Ferreira, prefeito deste município, respondem a essa representação. O governo mineiro não pôde atender ao pedido, porque não lhe foi possível consignar no orçamento do corrente ano, a verba para esse fim necessária. Em face da impossibilidade da construção já referida, o sr. Fernando Magalhães, diretor da Escola Normal de Segundo Grau de Uberaba, está providenciando energicamente a adaptação de um prédio em condições de comportar todas as classes da mesma. O prédio escolhido foi o vasto sobrado á rua cel. Manoel Borges, em que esteve a administração dos correios e onde, ultimamente, esteve acantonado o 13° B.I.P. de Uberaba. O sr. dr. Guerino Casasanta, em sua recente permanencia em Uberaba, teve oportunidade de ser devidamente informado de tudo quanto se refere á Escola Normal local, ficando de providenciar junto ao governo as medidas necessarias á sua eficaz instalação. O prédio da rua cel. Manoel Borges está sendo reparado ativamente, recebendo limpeza e reformas, de modo a poder prestar, perfeitamente, em caráter transitório, para o funcionamento dessa casa de ensino normal de Uberaba (Jornal Lavoura e Comércio, 26/01/1933, p. 1).

O vasto sobrado, construído em 1877 pelo alemão Fernando Ankerckrone, era de propriedade de Luis Soares Pinheiro e abrigou a escola até a interrupção das atividades escolares no ano de 1938 (Riccioppo Filho, 2007, p. 398-399).

Figura 4: Vista da Escola Normal de Uberaba agora no casarão de Luís Soares Pinheiro.



Fonte: Superintendência do Arquivo Público de Uberaba.

Com o fechamento dessa escola normal, a direção escolar e o corpo docente fundaram uma nova escola, denominada Associação Uberabense de Ensino (Nota de Rodapé: O reconhecimento dessa escola normal foi noticiado pelo *Jornal Lavoura e Comércio*, de 19 de fevereiro de 1938, na página 3, intitulada *Reconhecida oficialmente a Escola Normal da A. U. de Ensino*, em que, diante da descontinuidade da Escola Normal Oficial de Uberaba, a cidade teria a oferta de ensino secundário, sob a direção do Professor Fernando Magalhães, o governador Benedito Valadares, por meio do Decreto nº 1.066, de 15 de fevereiro de 1938 – em seu *caput* reconhece como de 2º grau a Escola Normal mantida pela Associação Uberabense de Ensino na cidade de Uberaba.), com o nome fantasia Ginásio Brasil, que passou a funcionar a partir de 03 de março de 1938, nesse mesmo prédio e endereço, situado à rua Manoel Borges, número 56, de caráter independente do estado e com a oferta dos cursos normal e ginásial. Os materiais escolares, didático-pedagógico, da escola fechada, foram cedidos, por meio de empréstimo, à nova escola fundada e, os arquivos escolares foram encaminhados para a Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais (Riccioppo Filho, 2007, p. 408-409). A escola, paga e com poucos alunos, em condições inviáveis, funcionou até o final do ano de 1938 (Guimarães, 2012, p. 128; Souza, 2017, p. 100).

Em relação a segunda escola, Guimarães (2012) argumenta que do período de 10 anos de funcionamento, de 1928 a 1938, o governo mineiro alegou a interrupção

pele mesmo motivo, isto é, crise financeira do Estado e necessidade de conter gastos, foi suprimida por meio do Decreto-Lei nº 63, de 15 de janeiro de 1938 [...]. Embora tenha tido um curto ciclo de vida, esta instituição marcou o panorama educativo local, seja por habilitar professores primários para a cidade e região, que muito necessitava desses profissionais; seja pelo método de ensino que desenvolveu: por força de lei estadual os docentes deviam pautar suas aulas pelos princípios escolanovistas (Guimarães, 2012, p. 9).

Riccioppo Filho (2007, p. 405), avalia que “o fechamento daquela instituição de ensino foi recebido com indignação pela população local, que, nos últimos anos, viu-se desprovida de todos os seus estabelecimentos de ensino superior e, agora, perdia sua Escola Normal oficial”. E, mesmo no período denominado de Estado Novo, regime autoritário de Getúlio Vargas, a imprensa teceu protestos e objeções, como destacado no jornal *O Estado de São Paulo*, de 17 de dezembro de 1947, que publicou matéria importante, intitulada "Restauração da Escola Normal oficial de Uberaba", discorrendo, sobre a Escola Normal de Uberaba, então localizada na rua Manoel Borges, ao lado do Hotel Regina, e defendendo a necessidade de restauração de escola para a cidade.

Desse texto, publicado em veículo de circulação nacional, parte a citação da existência, na cidade, do Colégio Nossa Senhora das Dores, sendo necessário uma escola normal oficial pertencente do Estado, portanto, uma de caráter pública, uma vez, que já funcionou na cidade uma escola normal. Pode-se apreender, ainda, a condição física, dessa escola, que fora estabelecida na região central, na rua Manoel Borges, tendo por referência a proximidade com o Hotel Regina, sendo descrito como “um velho casarão, que a picareta municipal deitou abaixo porque enfeiava um trecho central da paisagem urbana. O edifício datava dos primeiros tempos da cidade e se destacava apoiado em volumosas paredes, em barrotes de aroeira, todo construído por escravos” (Jornal O Estado de São Paulo, 17 de dezembro de 1947, p, 5).

Na reportagem, faz referência às questões políticas partidárias e contenção de despesas, por parte do Estado para o fechamento da escola normal, bem como, as ações do governo estadual, dirigido por Milton Campos, na década de 1930, quando do movimento constitucionalista de 1932, em que houve a desocupação do prédio do Liceu de Artes e Ofícios para abrigar os militares.

Nas críticas do texto, a ausência da escola era incompatível com o desenvolvimento esperado da comunidade uberabense, somam-se aos prejuízos do ensino, com a oferta somente do ensino elementar, sem o curso normal aos interessados da própria cidade e das cidades vizinhas, mesmo no prédio com instalações precárias, servia a comunidade. Sendo esperado para o ano de 1948 uma nova reabertura, conforme o termo utilizado no texto.

Figura 5: Matéria no jornal *O Estado de São Paulo*, intitulada "Restauração da Escola Normal oficial de Uberaba".



Fonte: Jornal *O Estado de São Paulo*, de 17 de dezembro de 1947, página 5.

A denominada Terceira Escola Normal de Uberaba, constituiu-se por um processo de restabelecimento, pautado na Lei nº 284, publicada, pelo periódico oficial mineiro, em 23 de novembro de 1948, que em seu *caput* trazia “Restabelece a Escola Normal de Uberaba” e, sem intermitência, está em funcionamento, ou seja, desde essa lei, o consolidou um funcionamento pleno e estável. Dessa lei, foi revogado o artigo que suprimiu a escola normal de Uberaba – Art 1º do Decreto-Lei nº 63, de 15 de janeiro de 1938 – e restabelecida a vigência do decreto que criou escolas normais do segundo grau

– Decreto nº. 8.245, de 18 de fevereiro de 1928 –, com aproveitamento dos servidores em disponibilidade da antiga escola normal e a liberação de crédito especial no valor Cr\$ 257.840,00 (duzentos e cinquenta e sete mil oitocentos e quarenta cruzeiros).

Mendonça (1974), ao descrever a terceira Escola Normal, criada no ano de 1948, sinaliza que,

A TERCEIRA ESCOLA NORMAL

Foi criada, em 1948, pelo Governador Milton Campos, que tinha como Secretário da Educação o nosso grande amigo Professor Abgar Renault. Era Prefeito de Uberaba o Sr. Dr. Boulanger Pucci, que prestou extraordinários serviços à escola, fornecendo-lhe tudo o que precisava para funcionar. Dirigida, magnificamente, pelo preclaro Professor Leôncio Ferreira do Amaral, um dos mais esclarecidos e perfeitos técnicos de educação de Minas e do Brasil, homem inteiramente devotado ao seu cargo, já diplomou seis turmas de normalistas e, nos seus cursos primários, ginásial e normal, acolhe mais de 500 alunos (Mendonça, 1974, p. 110-111).

Do trecho acima, podemos apreender acerca do destaque do então diretor Professor Leôncio Ferreira do Amaral, na cidade, bem como as modalidades de ensino ofertadas pela escola, criada no ano de 1948, tendo à frente das gestões, estadual, o governador Milton Campos, o Secretário de Educação Abgar Renault e o prefeito municipal Boulanger Pucci.

Nesse contexto, a cidade de Uberaba era administrada pelo prefeito Luiz Boulanger Pucci e pelo vice-prefeito Antônio Próspero, que estendeu de 08 de dezembro de 1947 a 15 de janeiro de 1951. Boulanger Pucci, uberabense, nascido em novembro de 1889, faleceu em 22 de dezembro de 1965, ficou conhecido como o “Prefeito da Instrução”, pelo salto na área educacional, por ter inaugurado inúmeras escolas rurais e urbanas, como a América – atual Escola Estadual América –, Professor Chaves – atual Escola Estadual Professor Chaves –, e Dom Eduardo – atual Escola Estadual Dom Eduardo (Arquivo Público de Uberaba, 2011, p. 65).

No mandato do prefeito municipal Boulanger Pucci, os prédios disponíveis, para abrigarem as recém-abertas escolas, foram insuficientes, como também o tempo e recursos financeiros para as respectivas construções, sendo adotado a adaptação de edificações, de modo geral, casas familiares e até um cassino. Do empenho do chefe do executivo, junto ao Secretário estadual de Educação, Abgar Renault, para contemplar a abertura da escola normal, foi providenciado o prédio central, na rua Manoel Borges (Guimarães, 2012, p. 176).

Sobre essa nova escola e sua abertura, de acordo com Guimarães (2012),

embora o edital para as inscrições ao exame de admissão tenha se dado em maio e o início de seu funcionamento, com oferecimento dos cursos normal e ginásial, tenha ocorrido a partir de 06 de junho desse mesmo ano, conforme Livro de Pontos nº 01, existente nos arquivos da instituição. Apesar de ter sido um ano letivo atípico, foi válido, [validado pelo Ministro da Educação] Clemente Mariani Bittencourt (Guimarães, 2012, p. 9).

Posto isso, o processo de (re)abertura envolvia autorização do governo federal e o governo mineiro. Nesse sentido, o governador de Minas Gerais, Milton Soares Campos, empenhou pela autorização e obteve o deferimento para a instalação da Escola Normal de Uberaba (Guimarães, 2012, p. 176-177). Assim, essa nova escola, foi resultado de articulações políticas, entre os poderes municipal, estadual e federal (Souza, 2016, p. 104). Escola essa, caracterizada “a partir do seu reestabelecimento, em 1948, até o ano de 1959, quando passa a ser denominada Escola Normal Oficial Prof. Leôncio Ferreira do Amaral, se configurando como outra instituição” (Santos, 2016, p. 100).

Guimarães (2012) assinala que o novo espaço dedicado à escola normal,

conforme matéria jornalística (de repórter não identificado), era uma “mansão” com um vasto quintal de frondosas árvores frutíferas. Informa que o “solar” contava com cem anos de construção e já abrigara três gerações da numerosa família de Galdino Pinheiro, que costumava receber jovens – estudantes pensionistas –, filhos de fazendeiros da região, por isso tinha muitos cômodos; passava então por reconstrução: do teto ao assoalho, e iria continuar sua “existência benéfica” abrigando um Ginásio e uma Escola Normal [...]. Localizava-se no segundo quarteirão da Rua Coronel Manoel Borges nº 35, na região central da cidade [...]. A dita reforma foi rápida, pois decorreu menos de um mês entre a publicação dessa notícia e o início das aulas propriamente (Guimarães, 2012, p. 178).

Figura 6: Fachada da Escola Normal Oficial de Uberaba – 1948-1959.



Fonte: Acervo da Escola Estadual Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco.

Guimarães (2012, p. 8), destaca a sintonia com a dinâmica de intermitências da escola normal de Uberaba com as outras escolas normais, afirmando que em suma, a escola normal uberabense foi criada pela primeira vez em 1881 e instalada em 1882, funcionou até o final de 1904, sendo fechada oficialmente no início de 1905. Depois reabriu em 1928 e funcionou até 1938, quando foi novamente suprimida. Reabriu em 1948 e se estabilizou.

Perante o exposto, Guimarães, arguindo em fases da escola normal, avalia que,

nessa trajetória, composta de três fases, a escola normal recebeu nomes diferentes. Na primeira foi chamada apenas Escola Normal de Uberaba; na segunda, pelo fato de já existirem, no Estado, escolas normais equiparadas (municipais ou particulares) foi acrescido, às escolas estaduais, o termo “oficial”, passando então a ser denominada Escola Normal Oficial de Uberaba. Na terceira fase, foi reaberta com esse nome; mas a partir de 19 de maio 1959, em homenagem ao gestor da instituição desde sua reabertura em 1948, e que então se encontrava afastado, pois fora designado para a função de Diretor Geral do Instituto de Educação de Minas Gerais, em Belo Horizonte, passou a ser identificada como Escola Normal Oficial de Uberaba “Professor Leôncio Ferreira do Amaral” (Guimarães, 2012, p. 10).

Depois de quatro anos em funcionamento nesse referido endereço, os periódicos impressos iniciaram publicações especulando a seleção de lote para a construção de sede própria. Por volta no ano de 1951, os moradores do bairro Estados Unidos, realizaram campanha nos jornais para a construção da escola normal naquela região, em espaço grande, de caráter plano e com arborização, em área de 6.800 metros quadrados, situado à rua Padre Leandro entre as ruas Quinze de Novembro e Padre Zeferino. Assim, a obra da nova sede foi iniciada no ano de 1952 e paralisada em 1953 (Guimarães, 2016, p. 162-164).

A notícia no Jornal *O Triângulo*, dos dias 20 e 21 de julho de 1951, intitulada *Escola Normal de Uberaba, no bairro Estados Unidos*, fazia referência a uma comissão de moradores do bairro que procurou a redação do periódico para entregar um abaixo-assinado, com mais duas centenas de assinaturas e a solicitação de publicação, com seguintes dizeres:

Os abaixo assinados, moradores no bairro dos Estados Unidos, nesta cidade de Uberaba, vêm, de publico, manifestar o seu desagrado e a sua estranheza contra a nota, ontem publicada por ‘Lavoura e Comercio’, sob o título “A Escôlha do terreno para o prédio da Escola Normal”, comentando, em opinião contraria, a localização do edifício na rua Padre Leandro. Primeiramente, o imóvel que se pretende aproveitar para a localização de nossa Escola Normal não está situado, apenas, na

rua Padre Leandro. Encontra-se, na verdade, na rua Padre Zeferino, via publica devidamente calçada, no ponto em que faz entroncamento com as ruas Padre Leandro e 15 de Novembro. São ruas largas, que servem um bairro populoso, habitado por uma gente trabalhadora, amiga do progresso, que vê, com tristeza, o seu suburbio sempre esquecido dos poderes públicos, nunca recebendo o favor de um beneficio de melhor porte dos homens do governo. Ora, o imóvel em estudos, ponto de convergencia de treis ruas, é, alem disto, bastante amplo, medindo 6.500 metros quadrados, muito plano e, o que é de mais valia, inteiramente arborizado. Não se diga que o problema das distancias apareça como embaraço á construção da Escola Normal naquele ponto. Os principais estabelecimentos de ensino da cidade, como o Colegio Diocesano e o Colegio N. S. das Dôres estão, a se contar do centro, em distancia igual ao terreno dos Estados Unidos. Não vai a população infantil do nosso bairro, diariamente, frequentar as aulas das casas de ensino situadas nas Mêrces ou na Abadia? Os abaixo-assinados, nesta oportunidade, querem registrar a sua confiança no Prefeito de Uberaba, o sr. dr. Antonio Prospero, cujo governo, conforme declarações de S. S. e de acordo com o que se está verificando em sua profícua e operosa administração, tende a servir os bairros da cidade. Os moradores do Alto dos Estados Unidos esperam que o ilustre administrador uberabense se coloque ao lado de suas legítimas pretensões, para que o seu bairro seja a séde da Escola Normal da nossa terra.

Uberaba, julho de 1951 (Jornal O Triângulo, 20-21/07/1951, p. 2)

A notícia, fazendo referência a uma outra publicação de outro periódico, *Jornal Lavoura e Comércio*, denota uma disputa de narrativas para a escolha de bairro que pudesse abrigar a sede da escola normal. É nítido que o texto dos moradores explora a extensão do terreno, entre três ruas, com logradouros largos, bairro populoso, numa clara alusão a instalação em bairro, em detrimento do centro da cidade, por exemplo, fazendo comparação com outras instituições escolares também instaladas em bairros.

Nesse interim, no ano de 1951, ficava marcado por um embate comprometedor relacionado a um possível fechamento da escola, possibilitado pela análise dos Relatórios do Inspetor Federal Augusto Afonso Neto, bem como publicações nos jornais do período, *Jornal O Triângulo*, apontam um contexto de instalações precárias da Escola Normal no casarão da rua Manoel Borges, nº 35. Desses embates, diante dos apontamentos do inspetor e da imprensa, sem resolução concreta, “mas politicamente, por meio de negociações que envolveram o Prefeito, Antônio Próspero (1951-1955), o Governador de Minas, Juscelino Kubitschek (1951-1955), e representantes da Secretaria de Educação e do Ministério da Educação. Assim, as aulas retornariam, porém mediante promessas de futuras ações a serem implantadas (Guimarães, 2012, p. 184).

Já o decorrer da década de 1950 será marcado, também, pelo processo de escolha de área, a localização e aquisição de terreno, e o início da construção do novo prédio,

como também as interrupções das obras. Desses episódios, pudemos levantar que pela imprensa do período, que na edição de 11 de agosto de 1951, do Jornal *O Triângulo*, a notícia intitulada *Nova Escola Normal será construída em Uberaba – acertada medida do governo do Estado, para solução do velho problema* – fazia referência a publicação de outro periódico – *Tribuna de Minas* – em que discorreu sobre a visita do então governador Juscelino Kubitschek à cidade de Uberaba, identificando as necessidades das instalações escolares e determinando que fosse construída um novo prédio, sendo enviados profissionais da engenharia para estudo de área/terreno e estudo do projeto para a construção.

Ainda nessa edição, em sua última página, intitulada *Um prédio moderno para a Escola Normal de Uberaba – gratíssima promessa feita pelo Sr. Secretário do Interior à União Estudantil*, fazendo referência a participação efetiva da agremiação estudantil uberabense – União Estudantil Uberabense – no processo de articulação para a construção da escola normal. A notícia enfatiza e enaltece as ações do governo mineiro e o entusiasmo dos estudantes da agremiação diante da promessa,

É que o senhor Secretario do Interior de Minas, de acordo com entendimentos com o exmo. sr. Governador, anunciou a construção, em Uberaba, de um dos mais modernos predios para funcionamento da nossa Escola Normal, sendo o projetado um dos melhores do país.

A noticia nos enche de satisfação e de alegria, principalmente agora, quando passamos pelo susto de ver interrompido o funcionamento de um dos Ginasios que tantos e tamanhos benefícios presta á população estudantil desta comuna. [...]

Um prédio novo, moderno, amplo e seguro, dotado de todos os requisitos exigidos para a objetivação dos [das] suas finalidades, é atributo necessário, imprescindível no conjunto de construções que levantamos pela graça e pelo esforço de iniciativas particulares.

Realmente, a Escola Normal de Uberaba está exigindo um edificio proprio, bem á altura do nosso progresso e bem em consonancia com as economias que mandamos, em formas de tributos e de taxas, aos cofres estaduais, sem se falar no grande parque educacional que possuímos, na esfera particular, onde se contam predios imponentes e majestosos [...] (Jornal *O Triângulo*, 11/08/1951, p. 4).

Dessa matéria, há críticas em relação a falta de edifício próprio frente às arrecadações fiscais da cidade, nos reportar ao discurso separatista da região do Triângulo Mineiro, e ao fechamento da Escola Normal por ausência de prédio que apresentasse elementos de segurança e conforto necessários em conformidade às diretrizes vigentes do Ministério da Educação.

Por fim, na edição de 14 de agosto de 1951, do Jornal *O Triângulo*, em reportagem intitulada *A Escola Normal será localizada no bairro Estados Unidos*, uma notícia que

acreditamos arrematar a questão da localização do futuro prédio da escola normal, sustentada na informação, trazida por um dos donos do periódico, que em diálogo com o Secretário de Educação, Odilon Behrens, na capital mineira, noticiando:

Abordando o assunto da breve construção do edifício novo da nossa Escola Normal, o preclaro titular mineiro não teve dúvidas em afirmar que se tratava de matéria liquidada e que os uberabenses poderiam confiar, com absoluta certeza, no imediato início das obras.

Para justa satisfação do populoso alto dos Estados Unidos, registramos a palavra oficial de S. Excia., quando afirmou já estar escolhido o terreno para erguimento do prédio, aquele situado no entroncamento das ruas Padre Zeferino, 15 de Novembro e Padre Leandro, no citado bairro progressista (Jornal *O Triângulo*, 14/08/1951, p. 4).

Nessa perspectiva, o mesmo periódico, Jornal *O Triângulo*, na edição do dia 16 de agosto de 1951, noticiava, com o título *A União Estudantil Uberabense em Belo Horizonte*, a ida de uma caravana de estudantes da cidade à capital mineira, para encontro com o governador e secretários com o intuito de viabilizar a construção da sede, assim expresso: “entre outras gratíssimas anunciações, trouxeram eles a promessa pessoal do sr. Governador, no sentido de ser iniciada, brevemente, a construção da Escola Normal de Uberaba” (Jornal *O Triângulo*, 16/08/1951, p. 4).

Em relação aos dispositivos legais estaduais, para a aquisição do terreno, dois apontam uma sequência de ações para essa finalidade. O primeiro, a Lei nº 612, de 02 de setembro de 1950, que autoriza o Poder Executivo a adquirir terreno e a casa nele existente para a construção do prédio da Escola Normal Oficial de Uberaba, sendo liberado à Secretaria das Finanças o lançamento de Apólices Populares de até Cr\$ 400.000,00 (quatrocentos mil cruzeiros) para o terreno e para a construção do prédio o valor de até Cr\$ 800.000,00 (oitocentos mil cruzeiros), publicada na gestão de Milton Soares Campos e Abgar Renault, entraria em vigor a partir de 1º de janeiro de 1951. E o segundo dispositivo, a Lei nº 709, de 16 de agosto de 1951, revigorara a autorização da lei anterior e trazia uma nova redação para artigo primeiro, passando a prevalecer os dizeres: é o Poder Executivo autorizado a adquirir o terreno necessário para a construção do prédio da Escola Normal Oficial de Uberaba, vigente a partir da publicação, na gestão de Juscelino Kubitschek e Odilon Behrens.

A busca em Cartório de Registro de Imóveis, tanto da cidade de Uberaba quanto capital Belo Horizonte, para levantar informações acerca da Certidão de Propriedade do Imóvel e Escritura de Compra e Venda de Imóvel permitiu-nos nos apontar que foi lavrada Escritura de Compra e Venda de imóvel em 06 de outubro de 1951, no Cartório

do 4º Ofício de Notas de Belo Horizonte, no livro 127-A, folhas 163 a 171, e registrada no livro 3-AC, tendo como representante do Estado de Minas Gerais, o então Secretário de Educação, Odilon Behrens, na condição de comprador, e na condição de vendedores, quatro de primeiros outorgantes, cinco de segundos outorgantes e quatro de terceiros outorgantes, do imóvel de área total de 5.545 m² (cinco mil e quinhentos e quarenta e cinco metros quadrados), no valor de Cr\$ 300.000,00 (trezentos mil cruzeiros). Portanto, o Estado de Minas Gerais adquiriu de particulares, ora proprietários únicos, ora herdeiros de direito, dentro do valor que fora estabelecido anteriormente em lei.

Desse contexto, compreendemos que a consolidação da escolha do terreno e a construção do prédio escolar próprio, no bairro Estados Unidos, foi a junção de elementos multifatoriais, como a ausência de prédio próprio, desde a criação da escola normal, em 1881, as consecutivas mudanças de endereços, e, por fim, as interrupções das aulas no ano de 1951 e a ameaça de fechamento da escola, dito como fechamento provisório, por falta de condições físicas no prédio da rua Manoel Borges. Somados a articulação e envolvimento da comunidade do bairro, via abaixo-assinado e publicização da questão em meio de comunicação, como também o apoio, no caso do Jornal *O Triângulo*, que serviu para pressionar os políticos, aliada ao não menos importante movimento da agremiação União Estudantil Uberabense², junto ao governo mineiro, haja visto, a disponibilidade do espaço físico do terreno e as condições do bairro também, tidas como favoráveis.

Ao longo do ano de 1957, entre os meses de maio a novembro, o jornal paulista *O Estado de São Paulo*, publicou matérias sobre a Escola Normal de Uberaba. No dia 14 de maio do referido ano, matéria intitulada *A paralisação das obras da Escola Normal*, noticiava que com a vinda do governador Bias Fortes à cidade, seria anunciado a retomada das obras, contudo, foi anunciado processo judicial contra a empreiteira que interrompeu a construção, com crítica dura ao status da obra.

Uma segunda matéria no mês de maio, do dia 21, intitulada *Edis defendem a causa separatista*, fazendo referência aos pronunciamentos na Câmara Municipal de Uberaba, pelos vereadores, cita o vereador Homero Vieira de Freitas³, também professor da escola

² União Estudantil Uberabense – Dentro do movimento estudantil uberabense, constitui-se no órgão representativo dos estudantes secundarista (Lacerca Filho, 2006, p. 38). Foi fundada em 11 de abril de 1948.

³ Político importante da cidade de Uberaba, pertenceu ao PRM – Partido Republicano Mineiro – e depois à ARENA. [...]. Foi vereador da cidade com 6 mandatos. Foi presidente da OAB Uberaba de 1959 a 1961. Conforme o termo de posse, datado de 10 de outubro de 1964, já atuava como professor contratado na Escola Normal de Uberaba, nas disciplinas de francês, física e química, fora nomeado em 05 de outubro de

normal, que fora contrário ao separatismo, criticando as condições das instalações da escola normal de Uberaba, comparando e indagando as razões de outra cidade mineira ter prédio em pleno funcionamento, de excelente, com as seguintes palavras, “prossequindo nas suas críticas, lembrou que, enquanto a escola normal e o ginásio oficial de São Gotardo funcionam em excelente prédio, iguais estabelecimentos do Estado, aqui se instalam num pardieiro, em desafio gritante aos nossos foros de civilização” (Jornal O Estado de São Paulo, 21/05/1957, p. 48).

Sobre as interrupções das obras, nesse periódico, as menções a publicações do jornal local *Correio Católico*, advertiam o governador estadual Bia Fortes pois faziam “dois anos, um mês e cinco dias que as obras do prédio da escola normal oficial de Uberaba estão paralisadas” (Jornal O Estado de São Paulo, 28/05/1957, p. 10), pois era promessa de campanha do então candidato, de finalizar a construção do prédio, que prejudicava estudantes sem condições financeiras de ingresso e custeio nos estabelecimentos particulares na cidade (Jornal O Estado de São Paulo, 12/09/1957, p. 10).

Os questionamentos e críticas abordavam os recursos financeiros concedidos pelo governo federal para a continuidade das obras, que se encontravam “como antes, o mato toma conta do local da construção, dando uma impressão de ruína ao esqueleto de cimento armado do edifício” (Jornal O Estado de São Paulo, 27/10/1957, p. 08).

Dentre os entraves das paralisações, “agora a última das últimas é que o Estado, para anular o contrato com a firma construtora, a quem se culpa do abandono da edificação, necessita intimá-la judicialmente. E há mais de dois meses, um oficial de justiça procura um dos responsáveis” (Jornal O Estado de São Paulo, 20/11/1957, p. 8) para as devidas notificações e anulação legal de contrato enquanto permanecia interrompida a obra.

Já no ano de 1958, outros fatos vão marcando o imbróglio das obras e nos apontando um contexto de carestias educacionais no estado e na cidade de Uberaba. Na edição do Jornal *O Estado de São Paulo*, ao tratar de ação judicial, noticiava:

Após quase três anos de interrupção das obras do edifício da Escola Normal Oficial de Uberaba, o governo resolveu reiniciar os serviços, sendo necessário rescindir contrato com a firma construtora CIBRAC. A ação judicial está correndo pelo foro local, tendo deposto a respeito da paralisação das obras, os jornalistas Rui Novais e pe. Hiron Fleuri, e

1964, em caráter efetivo, no cargo de professor de ensino médio, como professor regente da cadeira da disciplina de matemática do curso de Formação de Professores Primários.

os srs. Adalberto Rodrigues da Cunha, presidente da Sociedade Rural, e João Fernandes Correia, diretorista da Associação Comercial e Industrial. Não se sabe quanto tempo durará o feito, mas possivelmente irá até as proximidades das eleições de outubro de 58. Nessa época, para efeito de propaganda, será roçado o mato que invadiu o local da construção, sem faltarem discursos e foguetes. Enquanto isso, o ginásio do Estado, funcionando num prédio condenado, teve mais de duzentos candidatos aos exames de admissão, em primeira época. Não haverá, certamente, segunda época de tais exames, com enorme prejuízo dos jovens menos favorecidos, que não podem custear os estudos, pois o velho pardieiro não comporta sequer metade dos alunos aprovados (*Jornal O Estado de São Paulo*, 09/02/1958, p. 13).

Nessa mesma edição do periódico, noticiava a “grave situação atravessa o ensino”, pautado em entrevista com o Secretário de Educação de Minas Gerais, discorrendo:

É dramática a situação do ensino em Minas, segundo afirma o próprio secretário da Educação. Há grande falta de unidades escolares, de todos os tipos, isto é, grupos escolares, escolas reunidas e escolas isoladas. E acrescentou: “o problema não é apenas construir 4.178 salas de aula. É muito mais grave, porque apurei que nos prédios em que funcionam escolas, 50% estão necessitando de reparos urgentes, e estes, se militados rigorosamente as obras destinadas á higiene e a segurança custam aos cofres públicos 800 milhões de cruzeiros. É o próprio titular da Educação que ressalta: “calculada á vista da população do Estado, que é de 8.892.570 habitantes, a matrícula escolar, que deveria ser de 1.333.885, não chegou a 1 milhão, do que se infere que existem cerca de 420 mil crianças sem escolas, por falta de recursos do Estado para acomodá-las no seu reduzido numero de estabelecimentos” (*Jornal O Estado de São Paulo*, 09/02/1958, p. 13).

Essas duas notícias, publicadas em uma mesma página, permite-nos compreender o contexto de críticas na mídia, nome da empresa que estava em processo de rescisão contratual com o Estado, o processo de averiguação judicial, bem como a especulação de pauta de promessa eleitoreira da finalização das obras e o contingente de alunos que efetuaram os exames de admissão para uma escola que funcionava em prédio com condições inadequadas.

Enquanto a segunda notícia, com as falas do Secretário de Educação, Abgar Renault ocupava o cargo no período, reconhece a dimensão estadual de salas de aulas insuficientes em prédios escolares a serem reparados, frente a números consideráveis de estudantes sem acesso ao ensino público em estabelecimentos disponíveis e recursos financeiros estaduais insuficientes.

Assim, a retomada das obras, no decorrer do mês de fevereiro de 1958, constituiu-se de pauta, diante do anúncio da visita do governador mineiro Bias Fortes (1956-1961)

à cidade de Uberaba, tendo como prefeito Artur de Melo Teixeira (Guimarães, 2016, p. 162-164). Após a visita, o reinício das obras fora noticiado, com os dizeres

Encontra-se á frente dos serviços o engenheiro Antonio Carlos de Rezende, que aqui veio para todas as providencias devidas. Falando á reportagem, revelou que recebeu ordem expressa do governador Bias Fortes para acelerar a marcha dos trabalhos, podendo-se antecipar que já em 1959 a Escola Normal estará funcionando em sua nova sede (Jornal *O Estado de São Paulo*, 19/04/1958, p. 6).

Com o anúncio da promessa de liberação de um milhão de cruzeiros para o prosseguimento das obras, conforme o anúncio do Secretário de Educação (Jornal *O Estado de São Paulo*, 21/12/1958, p. 8), o reinício das obras da Escola Normal era abordado pela imprensa, em que discorria:

Depois de um mês de paralização, as obras da Escola Normal, foram finalmente reiniciadas. O pavilhão das salas de aulas está sendo atacado e, segundo informações que nos foram prestadas pelo diretor de obras da referida construção, talvez em maio o mesmo possa ser inaugurado. Ontem, visitamos o local onde está sendo erguido o majestoso edificio [...] realmente constatamos não sómente o reinicio das obras, bem como o adiantamento dos serviços relativos ao pavimento onde serão localizadas as salas de aulas (Jornal *Correio Católico*, 9/1/1959, p. 3).

Por fim, a previsão de funcionamento e inauguração foi noticiada o acontecer entre os dias seis e dez do mês março de 1959, com a possibilidade da presença do governador e do secretário de educação (Guimarães, 2016, p. 164).

Sobre essa entrega inacabada, o Jornal *Correio Católico*, de 22 de março de 1959, denunciava, em matéria com título em letras garrafais – *Obras da Escola Normal continuam no mesmo pé* – e indagava sobre o período fim da situação, uma que vez a paralisação era por falta de verbas, já que era aguardado a liberação de Cr\$ 500.000,00 (quinhentos mil cruzeiros), conseqüentemente registrava-se a ausência de materiais há vinte dias, pois, conforme discorria o periódico,

depois de uma espera que ultrapassou a casa dos anos, o pavilhão das aulas pode receber os alunos, fato ocorrido recentemente. Entretanto o restante do Edificio continua marcando passo; o govêrno envia verbas minguadas todo o mês; o dinheiro acaba e as obras ficam paralisadas (Jornal *Correio Católico*, 22/3/1959, p. 4).

Tratado como pardieiro pela imprensa, a condição do antigo prédio, marcado pela precariedade, e as estruturas oferecidas para o ensino, destacava-se a formação proveitosa (Souza, 2016, p. 115).

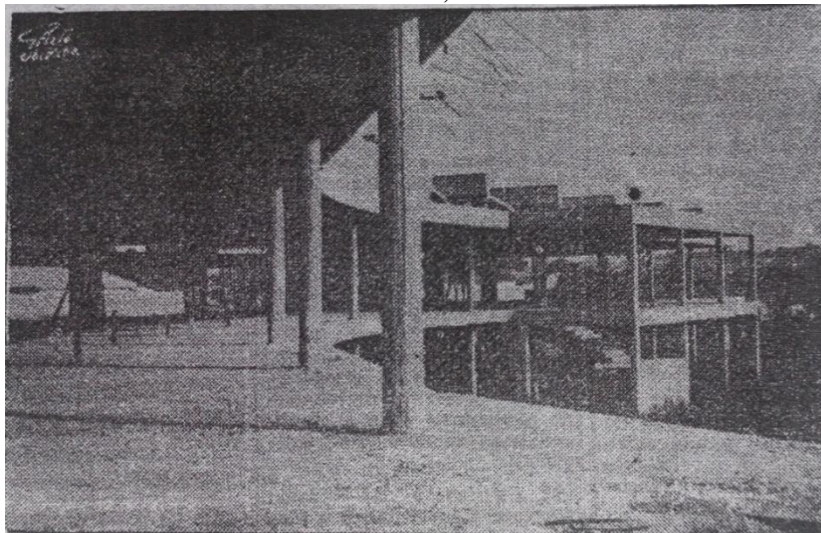
Esse conjunto de informações, reforçam o apontamento levantado por Guimarães de demanda de espaços físicos públicos escolares na cidade de Uberaba, à época da retomada das obras, fortalecendo a transferência para um prédio escolar ainda inacabado, pois “havia urgência, necessidade de espaço para abrigar turmas, pois a escola vinha crescendo em número de alunos, além dos problemas relativos ao casarão onde ainda funcionava” (Guimarães, 2016, p. 167).

Sobre a autoria do projeto arquitetônico do novo prédio escolar ser atribuída ao arquiteto Oscar Niemeyer, em material disponível no acervo da Superintendência de Arquivo Público de Uberaba, em material reprográfico, intitulado *As grandes realizações de Juscelino em Uberaba*, ao discorrer sobre os feitos do governo de Juscelino Kubitschek de Oliveira no estado de Minas Gerais, que cumprira mandato de 31/01/1951 a 31/03/1955, sem expressão de data de publicação, menciona a “construção do majestoso edifício da Escola Normal de Uberaba, orçado em doze milhões de cruzeiros. Já foram dispendidos mais de quatro milhões” (p. 30), explorando o estado em que se encontravam as obras:

Uberaba terá, para sede própria da sua Escola Normal Oficial, o melhor edifício, para estabelecimento dessa natureza de todo o Estado de Minas e um dos mais categorizados do país. Com o entusiasmo que põe em todos os seus empreendimentos, o sr. Juscelino Kubitschek de Oliveira mandou elaborar o respectivo projeto por um dos arquitetos mais famosos do mundo – sr. Oscar Niemeyer –, para que a sede do importante estabelecimento seja um verdadeiro monumento arquitetônico e atenda às exigências da instituição que nêle funcionará. A concepção é de extraordinária amplitude, audaciosa e de linhas belíssimas. Promovida a concorrência, para levantamento do edifício, foi o respectivo contrato assinado em tempo hábil e devidamente registrado. Os trabalhos foram iniciados em ritmo intenso. O interesse do então governador Juscelino Kubitschek de Oliveira não parou aí, evidenciando-se, ao contrário, em providências constantes junto à firma construtora, para rápida conclusão das obras. Por mais de uma vez o ilustre estadista chamou ao Palácio da Liberdade, em Belo Horizonte, o arquiteto e o chefe da firma construtora, discutindo com ambos alguns detalhes, removendo dificuldades e apressando-os sempre. Fomos testemunhas pessoais, por mais de uma vez, de ordens dadas pelo governador Juscelino Kubitschek de Oliveira para que fossem acelerados os serviços e, também, de suas advertências severas, quando sentia que o ritmo dos mesmos não era satisfatório. (Documentos Avulsos da Escola Normal de Uberaba, p. 30, s/d)

Esse material, traz, em seu conteúdo, uma fotografia do prédio escolar, no período de obras, numa visão do andar superior, sem deixar dúvidas de autenticidade e veracidade acerca do prédio, em formato de arco, até pela identificação de um dos fotógrafos da cidade de Uberaba, Prieto Uberaba, no canto superior esquerdo.

Figura 7: Edifício da Escola Normal em obras, década de 1950.



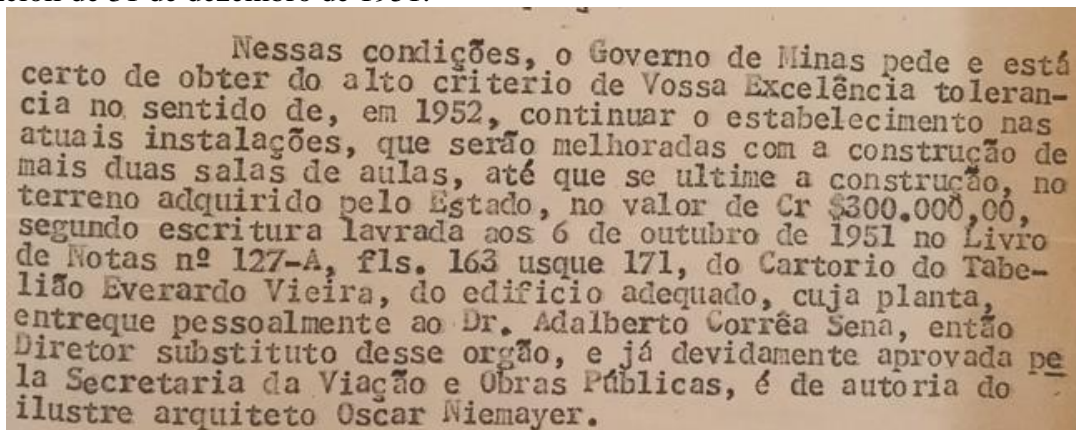
Fonte: Superintendência de Arquivo Público de Uberaba.

Durante nossa busca nos arquivos escolares, na própria instituição, identificamos que do período em que se discutia o fechamento da Escola Normal, em decorrência das condições estruturais do casarão, dentre as correspondências enviadas pelo então Secretário de Educação de Minas Gerais Odilon Behrens para a Diretora do Ensino Secundário do Ministério da Educação Lucia Magalhães pleiteando a viabilidade do reconhecimento para o devido funcionamento, via ofício, um dos argumentos do governo mineiro sustentava que

Por outro lado, acaba o Govêrno de Minas, não somente de determinar a sua transferência para edifício que atende às exigências higieno-tecnico-pedagógicas, como também de adotar medidas para edificação de sua séde definitivamente, cuja planta é de autoria do arquiteto Niemayer (Ofício, 26/11/1951).

Em um novo ofício, enviado no final de dezembro de 1951, do mesmo secretário de educação, Odilon Behrens, para o então Diretor de Ensino Secundário Roberto Bandeira Acioli, o governo mineiro sustentava a solicitação na construção de mais duas salas de aulas na área do casarão, na compra efetuada do terreno e na construção do novo prédio projetado pelo Oscar Niemeyer, conforme o recorte a seguir do documento enviado pelo governo mineiro (figura XX). Autorização concedida pelo prazo pelo de um ano, ou seja, válido até 31 de dezembro de 1952.

Figura 8: Ofício de Odilon Behrens ao Diretor de Ensino Secundário Roberto Bandeira Acioli de 31 de dezembro de 1951.



Nessas condições, o Governo de Minas pede e está certo de obter do alto critério de Vossa Excelência tolerância no sentido de, em 1952, continuar o estabelecimento nas atuais instalações, que serão melhoradas com a construção de mais duas salas de aulas, até que se ultime a construção, no terreno adquirido pelo Estado, no valor de Cr \$300.000,00, segundo escritura lavrada aos 6 de outubro de 1951 no Livro de Notas nº 127-A, fls. 163 usque 171, do Cartório do Tabelião Everardo Vieira, do edifício adequado, cuja planta, entregue pessoalmente ao Dr. Adalberto Corrêa Sena, então Diretor substituto desse órgão, e já devidamente aprovada pela Secretaria da Viação e Obras Públicas, é de autoria do ilustre arquiteto Oscar Niemeyer.

Fonte: Acervo Escola Estadual Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco.

Nesse sentido, afirmamos que o fato de ser citado o nome do arquiteto Oscar Niemeyer, que teria projetos datados do ano de 1938, no Estado de Minas Gerais, visava dar conotação de seguridade, confiabilidade e maior destaque ao projeto arquitetônico do novo prédio escolar.

Corroborando com essa perspectiva, Silva (2016) destaca que.

Durante as décadas de 1940 e 1950 o Estado de Minas Gerais construiu edifícios icônicos sem nenhuma intenção de replicação construtiva por meio de modelos ou padrões. O arquiteto Oscar Niemeyer foi responsável pela maioria dos projetos dessas escolas em Minas Gerais, tal como em Cataguases, Diamantina e Belo Horizonte, fruto da parceria sólida com o estadista Juscelino Kubitschek e/ou com membros da elite mineira (Silva, 2016, p. 50).

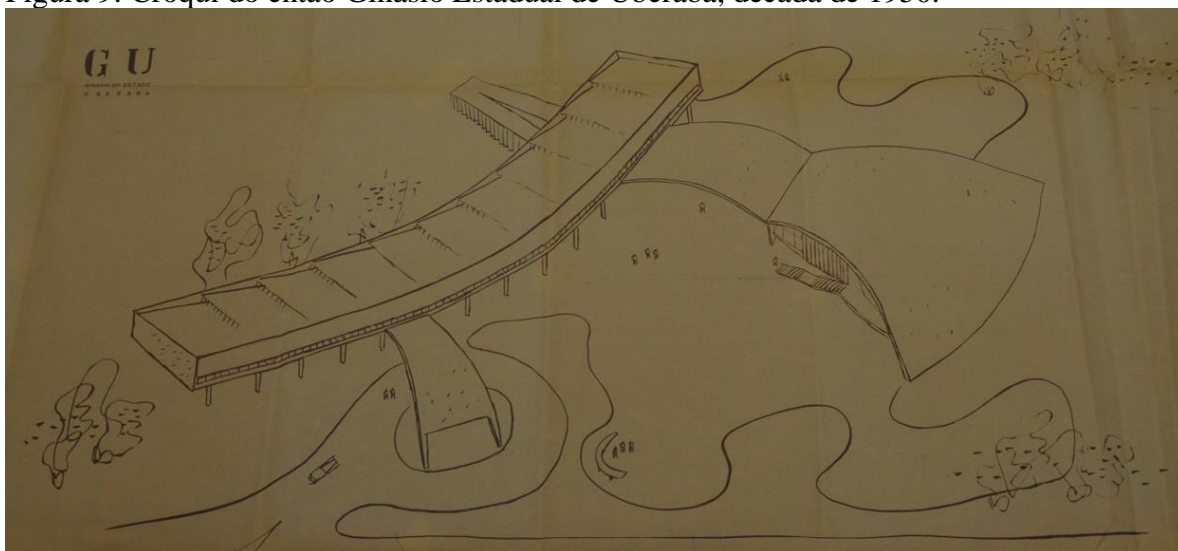
O período de mandato do governador mineiro Juscelino Kubitschek, de 1951 a 1955, tendo como base o plano de governo a energia e transporte, registrou a construção de 137 prédios escolares, com verbas provenientes do setor empresarial, bancos e fundos nacionais de auxílio ao desenvolvimento, notando intensificação do Estado nas cidades mineiras como as obras arquitetônicas (Macedo, 2008, p. 50; Silva, 2016, p. 50). Danilo Matoso Macedo (2008), analisa que

De fato, durante a passagem de Juscelino pelo Governo de Minas Gerais, praticamente todas as obras realizadas por Oscar no Estado de Minas Gerais devem-se ao contato com o estadista; quer seja pela contratação direta do estado para a realização de obras públicas, quer seja através de relações com membros destacados da elite política e econômica mineira (Macedo, 2008, p. 50).

Assim, no transcorrer da pesquisa realizada na sede da escola, confirmado durante nosso acesso ao acervo escolar, Guimarães deparou-se com “três projetos: o de implantação da edificação, um da planta térrea, e outro do pavimento superior. Os dois últimos com o selo de autoria: “Oscar Niemeyer Filho”, datados de 19 de agosto de 1951” (Guimarães, 2012, p. 187-188), reforçando a veracidade da autoria do projeto arquitetônico da nova edificação.

Na nossa pesquisa ainda comprovamos, que diante das tentativas frustradas de identificação de autoria do projeto arquitetônico, por parte da equipe da Superintendência de Arquivo Público de Uberaba, a órgãos estaduais mineiros e a Fundação Oscar Niemeyer, apuramos que o Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA-MG), em levantamento realizado acerca das obras do arquiteto no Estado de Minas Gerais, enquadra o projeto arquitetônico como de autoria de Oscar Niemeyer, na condição de *Executados Parcialmente*, o que contempla os nossos levantamentos, uma vez que a proposta inicial seria a da imagem a seguir.

Figura 9: Croqui do então Ginásio Estadual de Uberaba, década de 1950.



Fonte: Arquivo Escola Estadual Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco.

Tais pontos elencados, em que o projeto é de autoria do Oscar Niemeyer, sem cumprimento completo do projeto inicial, somados à racionalização de recursos financeiros, às diversas interrupções das obras atribuídas às questões econômicas e políticas, ao envolvimento do arquiteto com a construção de Brasília, à antecipação de sua utilização para atender a demanda de espaço físico escolar – especulado como a hipótese da ausência do referido projeto na relação de trabalhos do arquiteto –, sem

quaisquer festividades públicas quando do início de sua ocupação em março de 1959, corroboram com os elementos descritos por Guimarães (2016, p. 165-168).

Em ofício, emitido pelo diretor Professor Leôncio Ferreira do Amaral, datado de 28 de fevereiro de 1959, destinado ao Inspector Seccional do Ensino Secundário em Uberaba, requerendo mudança de prédio, solicitava a verificação prévia para o novo prédio, situado à rua Padre Leandro. Ainda autora acima, indica que no seu entendimento

a ocupação do novo espaço escolar se deu sem festividades, a partir do dia 12 de março de 1959, uma quinta-feira. E a construção não estava perfeitamente acabada, sem pinturas externa e com alguns ferros à mostra, mesmo assim foi entregue oficialmente no dia 22 de março de 1959 pelo secretário particular do governador, Dr. José Francisco Tamm Bias Fortes (Guimarães, 2016, p. 164-165).

Essa condição de inconclusão do prédio escolar, pode observado na Figura 10 a seguir, com os aspectos de distanciamento, em parte, ao projeto proposto no croqui da Figura 9, ausência de pintura externa, ferros à mostra – arco maior que nunca fora construído – e falta de cobertura na rampa de acesso ao piso superior.

Figura 10: Prédio escolar inacabado, possivelmente final da década de 1950 ou início da década de 1960.



Fonte: Arquivo Escola Estadual Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco.

Concomitante ao processo de mudança para o novo endereço, o então diretor escolar Professor Leôncio Ferreira do Amaral, é nomeado para o cargo de diretor geral do Instituto de Educação de Minas Gerais, na capital Belo Horizonte, no qual esteve à frente 21/02/1959 a 15/03/1961. A pedido, o Professor Leôncio, este foi exonerado da

diretoria geral, sendo nomeado para o cargo de diretor da escola normal, o Sr. Paulo Pontes⁴. Vale ressaltar, que após o retorno do Professor Leôncio para a cidade de Uberaba, volta a assumir o cargo ocupado anteriormente, a partir de 16/03/1961, conforme consta nos registros funcionais no arquivo da escola. Na edição do jornal O Estado de São Paulo, de 29/03/1961, tal fato fora noticiado: “está dirigindo a Escola Normal Oficial desta cidade o prof. Leoncio Ferreira Amaral, que até o ano passado exerceu as funções de diretor do Instituto de Educação de Belo Horizonte” (Jornal *O Estado de São Paulo*, 29/03/1961, p. 6).

Guimarães (2012), destaca dois fatos importantes ocorridas nesse período, a saber:

[...] foi acrescido ao nome, Escola Normal Oficial de Uberaba, a denominação especial de “Professor Leôncio Ferreira do Amaral”, pelo Decreto nº 5.586 de 19 de maio de 1959, uma homenagem (sugerida por alguns cidadãos locais e solicitada pelo diretor, Dr. Paulo Pontes, ao governador Bias Fortes) àquele que, por mais de dez anos, em condições adversas, estivera à frente da instituição que, em termos de espaço escolar se achava então, razoavelmente consolidada. Ademais, ao final desse ano letivo, no papel de Diretor Geral do Instituto de Educação de Minas Gerais (IEMG), retornou à cidade como paraninfo da turma de concluintes do curso normal, cuja formatura juntamente com a do ginásial ocorreu no Clube Sírio-Libanês (Guimarães, 2012, p. 193-194).

Dessa maneira, a escola passa a ter nova denominação: Escola Normal Oficial “Professor Leôncio Ferreira do Amaral”, instalado em sede própria, situada à rua Padre Leandro, sem número, no bairro Estados Unidos, em edificação inacabada. Sobre essa inconclusão das obras e as ações da equipe escolar para a finalização, nos deparamos, no arquivo escolar, somente com um ofício do então Secretário de Educação de Minas Gerais Aureliano Chaves, datado de 10 de junho de 1964, endereçado ao Diretor da Escola Normal Ofício Professor Leôncio Ferreira do Amaral, informando o orçamento das obras de conclusão do prédio da escola estavam em preparação no Setor de estudos e Projetos da CARRPE⁵, com a previsão de acréscimos de salas de aulas.

⁴ Médico sanitarista, foi diretor do Centro de Saúde de Uberaba, tendo atuado como professor da Escola Normal de Uberaba nas disciplinas Higiene e Educação Sanitária e Puericultura. Seu nome estampa um logradouro público uberabense, rua Doutor Paulo Pontes, e dá denominação à caixa escolar da escola atual, Caixa Escolar Paulo Pontes.

⁵ “A CARRPE atuou de 1958 a 1967, tendo inicialmente a manutenção e a reforma predial dos monumentais grupos escolares por principal atribuição. No entanto, a análise de sua trajetória nos revelou um verdadeiro laboratório de experimentações no âmbito do projeto e da construção. Por sua vez, a CARPE, que substituiu a entidade anterior a partir de 1968 até sua extinção em 1987, promoveu um ainda mais expressivo avanço e refinamento nos procedimentos de produção de projetos e obras, especialmente na sistematização da projeção e na racionalização e eficiência construtiva. Essa trajetória pode ser periodizada em três momentos distintos: fundação-eclosão, consolidação-difusão e esgotamento” (Silva e Dos Santos, 2016, p. 179-180).

Em sua pesquisa, Guimarães (2012, p. 260- 263) discorreu sobre o afastamento do Professor Leôncio, do cargo de diretor, em fins do ano de 1969 e, exonerado e demitido do serviço público estadual, em maio de 1970, resultante de processo administrativo e inquérito policial.

Nesse período de afastamento, exoneração e demissão, que estendeu de fins de 1969 até o início de maio de 1970, julgamos ter sido um período de turbulências na escola e de repercussões na cidade, com base nas publicações de reportagens na imprensa e objeto de discussões de sessões da Câmara Municipal de Uberaba, em função da interrupção da oferta do curso de Madureza e das acusações de falsificações de diplomas desse curso. Além da saída do diretor e até a nomeação de outrem, como veremos posteriormente, no Capítulo 2.

Na análise do periódico local *Correio Católico*, na publicação intitulada *Uberaba vai ter exames de madureza*, de 24 de janeiro de 1970, que faz menção a comissão de vereadores uberabenses – composta por Paulo Afonso Silveira, Israel José da Silva e João Fatureto Junior – que estiveram na capital mineira, em reunião com o Secretário de Educação do Estado Sr. Heráclito Mourão de Miranda e do diretor de Educação Sr. Samuel Rocha Barros, para o restabelecimento da aplicação dos exames de Madureza, que ficara definido que seriam realizados no Colégio Tiradentes, provisoriamente, “até que seja restabelecida a reforma da Escola Normal” (Jornal Correio Católico, 24/01/1970, p. 6), sem a necessidades de direcionamento dos interessados para outras cidades para a realização do referido exame.

Assim, apreendemos que, já instalada na nova sede e por abrigar a realização de tal exame, ao referir-se a Escola Normal de Uberaba, conforme os dizeres de restabelecimento de reforma, entendemos transparecer a perspectiva de uma intervenção administrativa em curso na escola. Fato é que o Professor Leôncio já havia sido afastado do cargo e já não respondia mais pela instituição.

Já na edição de 18 de fevereiro de 1970, na seção *Câmara em revista*, do mesmo periódico, trouxe a súmula da ata de sessão da Câmara Municipal de Uberaba, em que fora abordado as tratativas sobre os exames de madureza diante do episódio de incêndio na Escola Normal. Ainda assim, na mesma seção, já na edição de 20 de fevereiro de 1970, a súmula da ata de sessão aponta que fora tratado de reportagem no Jornal *O Estado de São Paulo*, de 24 de janeiro de 1970, intitulada *Diplomas falsos de Madureza*, conforme a figura 11 a seguir.

Figura 11: Reportagem Jornal *O Estado de Estado de São Paulo* – *Diplomas falsos de Madureza*.



Fonte: Jornal *O Estado de Estado de São Paulo*, 24/01/1970, p. 6.

Dessa reportagem, nossa pesquisa direcionou levantamentos nas Atas da Câmara Municipal de Uberaba, para ampliarmos o entendimento sobre esse contexto, reportando-nos a datas anteriores às publicações da imprensa. Assim, a apreensão de diplomas falsificados na região do Triângulo Mineiro, que já totalizavam trinta, após o citado incêndio noturno nos arquivos da Escola Normal de Uberaba, com coincidente extravio das atas da secretaria, requerendo validação da Delegacia de Ensino, que era conduzido pela Dona Geni Chaves⁶, também professora da escola, constituíram fatores para apurações administrativas e policiais.

Ademais, em nova reportagem do período paulista, de 07 de fevereiro de 1970, ampliando a dimensão das falsificações⁷, conforme a Figura 12 a seguir.

⁶ Ingressou na Escola Normal Oficial de Uberaba Professor Leônicio Ferreira do Amaral em 1º de março de 1962 para atuar como professora contratada das disciplinas de Introdução à Educação e Didática Teórica e Prática no Curso Normal, tornando-se efetiva, com registro em ata de posse em 20/02/1965 nas referidas disciplinas. Como Inspetora Escolar, chefiou o Agrupamento da Inspetoria com sede em Uberaba, criado em 1946, a qual foi transformada em Delegacia Regional de Ensino em 22/12/1965, permanecendo no cargo de delegada de ensino até dezembro de 1971. Vinculada à Escola como professora e à Delegacia Regional como inspetora escolar, a partir de 1973 atuou em Brasília, no Ministério do Exército, prestando serviços no Comando Militar do Planalto e 11ª RM e, posteriormente, em adjunção no Ministério da Educação e Cultura (MEC).

⁷ Ainda sobre o assunto, identificamos e deixamos registrado as publicações nas edições do Jornal *O Estado de São Paulo*, de 13 de fevereiro de 1970, página 6, três notas: *Sob intervenção o colégio de Uberaba*, *Defesa e Antro* e, do Jornal *Lavoura e Comércio*, de 03 de setembro de 1970, página 1 (capa) com a notícia: *Recolhida ao quartel do 4º BP a prof. Wanda Prado*. Por certo distanciamento dos objetivos propostos no nosso estudo, deixamos de explorar de uma forma mais ampla.

Figura 12: Reportagem Jornal *O Estado de Estado de São Paulo* – Colégio expediu diplomas falsos.

Colégio expediu diplomas falsos

Das Sucursais

Todos os certificados de exames de madureza expedidos nos últimos 4 anos pelo Colégio Normal Oficial "Professor Leôncio Ferreira do Amaral", de Uberaba, são considerados falsos e por esse motivo as Secretarias de Educação e de Segurança de Minas estão solicitando o seu imediato recolhimento pelos colégios que os aceitaram, considerando-os autênticos.

Muitos desses certificados, ao que tudo indica, devem estar arquivados em estabelecimentos de ensino superior, de modo especial nas Faculdades de Filosofia das cidades paulistas de Campinas, Americana, Prudente de Moraes, Serra Negra, Franca, Santa Bárbara d'Oeste, Jundiaí, além de outras situadas na região próxima ao Triângulo Mineiro.

Três incêndios consecutivos, no período de 3 anos, sempre na secretaria do Colégio Normal Oficial "Prof. Leôncio Ferreira do Amaral", levaram as autoridades do ensino em Minas a desconfiar que se procurava encobrir algo de irregular na vida do estabelecimento. O último ocorreu na madrugada de 25 de outubro do ano

passado e deu motivo a que a delegada do Ensino, dona Geni Chaves, tivesse fortalecida a sua suspeita, razão pela qual iniciou investigações sigilosas, entregando posteriormente os resultados obtidos à Secretaria da Educação, a qual, por sua vez, determinou a instauração de inquerito policial.

Descobriu-se que uma professora, Wanda Ferreira do Prado, da cadeira de Sociologia, com ajuda de servidores do colégio e em conluio com Julio Pires, dirigente de cursos de madureza nas cidades paulistas já mencionadas, vinha expedindo os diplomas falsos. Esses cursos de madureza constituíam uma espécie de "filiais" do colégio. As provas rea-

lizadas pelos alunos eram levadas para Uberaba e entregues à professora Wanda Ferreira do Prado, que providenciava a expedição dos certificados, sempre com a assinatura adulterada da delegada do Ensino e do diretor, cujas firmas eram também reconhecidas de modo fraudulento. Os certificados custavam em média 400 cruzeiros novos, segundo já foi apurado em virtude de confissão de alunos dos próprios portadores de diplomas, cujos nomes são mantidos em segredo.

Fonte: Jornal *O Estado de Estado de São Paulo*, 07/02/1970, p. 2.

Por fim, mediante a publicação no jornal oficial mineiro *Minas Gerais*, da exoneração do cargo de diretor, em 05 de maio de 1970, e da demissão, em 12 de maio de 1970, do Professor Leôncio Ferreira do Amaral, conduziu-o para a tomada de providências legais visando a reversão dessas penalidades administrativas. No ano de 1973, o uberabense Jornal *Lavoura e Comércio* noticiaria o ingresso de ação judicial requerendo a anulação do ato administrativo e sua reintegração ao cargo. Assim, a reportagem intitulada *O professor Leôncio Amaral vai à Justiça*, discorria que

O professor Leôncio Ferreira do Amaral, ex-diretor da Escola Normal de Uberaba, onde ensinou durante mais de uma dezena de anos, entra agora com um processo na justiça para anular o ato administrativo que o demitiu às vésperas de sua aposentadoria. Entre as testemunhas arroladas pela defesa encontram-se figuras de destaque no mundo social, administrativo e judicial do Estado de Minas Gerais (*Jornal Lavoura e Comércio*, 25/09/1973, p. 5).

Face a ação judicial, o Relatório de Sentença, emitida pelo Juiz de Diretor da 4ª Vara da Fazenda Pública e Autarquias, Justiça de 1ª Instância, do Fórum Lafayette, Enéas Guimarães Mendonça, de 23 de maio de 1974, em que apontava as acusações “resumidas em três irregularidades: homossexualismo, má gestão da caixa escolar e dos serviços de secretaria (envolvendo rasuras em notas de alunos)” (Guimarães, 2016, p. 232) inocentaria o professor septuagenário das imputações de irregularidades administrativas e financeiras. Os desembargadores do Tribunal de Justiça de Minas Gerais mantiveram e ratificaram a decisão do juiz de primeira instância de anulação do ato administrativo e reintegração, sendo tais atos publicados no jornal oficial *Minas Gerais*, de 24 de abril de 1975, considerando a data retroativa a 13 de maio de 1970.

Guimarães (2016) advoga que,

conforme foi sentenciado, depois de um longo processo que durou por volta de quatro anos, esse velho mestre, foi inocentado, indenizado, reintegrado e compulsoriamente aposentado. Entretanto, [...] o abalo moral que sofrera o debilitou e o alienou completamente, tudo o que recebeu entregou a título de indenização entregou ao asilo de Belo Horizonte que o acolheu em seus anos finais, e onde viveu completamente despojado de bens materiais até o falecimento em 14 de agosto de 1982 (Guimarães, 2016, p. 236)

Falecido em 14 de agosto de 1982, fora sepultado em 15 de agosto de 1982, no Cemitério Parque da Colina⁸, da cidade de Belo Horizonte. Homenagem ao Professor Leôncio Ferreira do Amaral fora publicado no periódico *Jornal da Manhã*, versando acerca da sua formação e das suas contribuições à educação e ensino uberabense, bem como, articulação para providências da sede própria, juntamente com obituário convidando para a celebração de missa na Catedral Metropolitana de Uberaba.

O jornal destaca que

a luta do educador não ficou apenas em administrar aquela velha e sadia casa de ensino. Acompanhado de suas alunas (as primeiras a serem matriculadas na Escola), na década de 50, por ocasião da visita do então governador Juscelino Kubitschek de Oliveira Uberaba, conseguiu a doação de um terreno e a construção de um prédio, onde hoje funciona o Castelo Branco (Jornal da Manhã, 18/09/1982, p. 4).

O legado do Professor Leôncio Ferreira do Amaral, na trajetória da Escola Normal de Uberaba, fora elemento para movimentação no mês de dezembro do ano de 1991, pois conforme noticiaria o periódico *Jornal da Manhã*, na coluna Coisas da cidade, havia sido

⁸ No nosso levantamento, identificamos que a localização da sepultura é Quadra das Rosas 9, sub-quadra 03, jazigo nº 65, no Cemitério Parque da Colina, na capital mineira.

criada uma associação dos ex-alunos – a Associação dos Ex-Alunos do Estabelecimento –, em 13 de dezembro de 1991, dentro das comemorações alusiva aos quarenta anos de formatura da primeira turma de normalista. Tendo como uma das primeiras metas a mudança do nome da escola “uma grande campanha neste sentido já estará nas ruas de Uberaba esta semana, envolvendo entidades de classe e políticos, no sentido de sensibilizar o governador para a ideia dos ex-alunos” (*Jornal da Manhã*, 15/12/1991, p. 3).

Assim, a motivação para a elaboração de abaixo-assinado, produzido por ex-alunos e professores, endereçado ao então governador mineiro Hélio Garcia, sustentava-se na justificativa de recuperação do nome do referido professor para a escola, em uma perspectiva de reparação histórica para com suas qualidades e contribuições ímpares, em detrimento da denominação Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco. De acordo com Guimarães, “solicitavam o retorno do nome “Leôncio Ferreira do Amaral” para identificar a escola. Seria uma espécie de revisão da história e reparação ao que classificavam como “injustiça” (Guimarães, 2016, p. 236).

Nesse cenário de criação da Associação de Ex-Alunos, Professores e Pais, o periódico *Jornal da Manhã*, ao trazer texto sobre os quarenta anos da Escola Normal, em encontro de formadas da primeira turma, do ano de 1951, discorre que:

E a Escola da velha casa da Coronel Manoel Borges, um dia, já quase na década de sessenta, mudou-se de local. Alunas desta primeira turma tomaram a iniciativa de procurar, quando de uma visita a Uberaba, o ilustre governador de Minas Gerais, Dr. Juscelino Kubitschek, o nosso querido JK, e de conseguiram o terreno e a construção deste prédio que hoje nos recebe. A nossa querida Escola Normal para cá se mudou, e é a atual Escola Estadual Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco (*Jornal da Manhã*, 3/1/1992, p. 3).

Assim, a Escola Normal de Uberaba, criada ainda no período imperial brasileiro, no ano de 1881, atravessa os anos, perpassando por mudanças no regime político e diversos governos e, por conseguinte, variadas políticas educacionais, marcadas por aberturas e fechamentos de novas escolas, como no ano de sua criação, fechada em 1905, denominada Primeira Escola Normal, um nova escola aberta de 1928 e fechada em 1938, denominada Segunda Escola Normal e, por último, a uma nova escola com abertura de 1948, Terceira Escola Normal com mudanças de nomes, denominada de restabelecimento, como visto até o presente momento, no Capítulo 1, chega a segunda metade do último século, o qual terá entre os diretores, foco do objetivo do nosso estudo, o período de direção escolar do Professor José Thomaz da Silva Sobrinho, de 1970 a

1983, dentro do período do governo civil militar brasileiro (1964-1985), como veremos nos próximos capítulos.

CAPÍTULO 2

A Escola Estadual Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco: uma nova fase

Hino da Escola Normal Oficial de Uberaba - 1936

*Caminheiros da nobre jornada
Das conquistas em prol do saber,
Pouco importam espinhos na estrada
Se sabemos cumprir o dever.*

*Contra o erro que a treva acorberta
Se levante o farol da instrução.
Numa esteira de luz sempre aberta
Aos que cegos, sem rumo, se vão.*

*Seja, assim, nesta casa querida
Que se forme nossa alma ainda em flor,
Pra batalha incessante, renhida,
Na missão de ensinar com amor.*

*Combatentes do santo combate,
Sempre viva tenhamos a fé
Do heroísmo que nunca se abate
Pela Pátria lutando, de pé!*

*Música Maestro Renato Frateschi⁹
Letra: Prof^o Santino Gomes de Matto¹⁰s*

Considerações Iniciais

O presente hino, criado dentro do período da então Segunda Escola Normal de Uberaba, que como vimos no capítulo anterior, funcionou de 1928 a 1938, trata da

⁹ Nasceu em Pescia, na Itália, em 07 de dezembro de 1881, veio para o Brasil aos dez anos, com os avós, tendo estudado em escola salesiana na capital paulista. Na cidade de Uberaba desempenhou atividades de compositor, maestro e instrumentista. Participou da fundação do Conservatório Musical de Uberaba, em 1949, acampado pelo Estado de Minas Gerais, em 1967, conforme Lei nº 4.556, denominado Conservatório Estadual de Música Renato Frateschi. Foi professor de música na Escola Normal de Uberaba. A ele é atribuída a composição de mais de quinhentas músicas. Faleceu em Uberaba, em fevereiro de 1964 (Bilharinho, 2014, p. 245-252).

¹⁰ Dedicou-se a atuação como jornalista, sendo redator-chefe do periódico Gazeta de Uberaba, até 1939, e do Lavoura e Comércio, até 1948. Além de ter atuado como correspondente do jornal O Estado de São Paulo, na cidade de Uberaba, escreveu crônicas e publicava coluna semanal sobre filologia e gramática. Lecionou português na Escola Normal de Uberaba. Atuou como inspetor escolar e autor de diversas obras literárias, foi um dos fundadores da Academia de Letras do Triângulo Mineiro e vereador em Uberaba, de 1963 a 1967. Disponível em: <https://academiadeletrasm.com.br/santinogomesmatos.php>

instrução e a ideia propagada nas formações de educadores em “que coloca a missão de ensinar acima de qualquer dificuldade que apareça, ao mesmo tempo que demarca a importância das instituições para a formação docente” (Souza, 2016, p. 127).

Avançando para outros horizontes de contexto histórico, que é o nosso grande objeto de estudo, isto é, a então denominada Escola Estadual Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, tendo como novo diretor escolar o Professor José Thomaz da Silva Sobrinho, que atuou no período de 1970 a 1983. Distanciando das outras escolas normais de Uberaba, ou seja, da primeira escola normal de 1881 a 1905, da segunda escola normal de 1928 a 1938 e da terceira escola normal restabelecida em 1948, como abordado no capítulo anterior.

Para tanto, o Decreto nº 12.866, de 31 de julho de 1970, que daria a denominação a Colégio Estadual de Uberaba, denominou a antiga Escola Normal Oficial Professor Leôncio Ferreira do Amaral de Colégio Estadual Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco.

Com vista a contemplar os nossos objetivos do estudo e a questão problematizadora, abordaremos, no presente capítulo os seguintes tópicos: o cenário educacional na ditadura civil-militar, a Escola Normal Oficial “Professor Leôncio Ferreira do Amaral” na década de 1970 e a Escola Estadual Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco: um novo contexto (1970 a 1983).

Com vista a contemplar tais proposições e conceder embasamento e suporte teórico, respaldamos nossa escrita nos autores: Germano (1994), Nascimento (2007), Guimarães (2012), Guimarães (2016), Bilharinho (2016), Sousa (2017) e Santos (2019).

2.1 – O cenário educacional na ditadura civil militar

O período histórico que se estendeu de 1964 a 1985 ficou marcado pelo autoritarismo, crescimento econômico e reformas institucionais que incluíam o campo da educação. José Willington Germano (1994) destaca que “o clima reinante no país se caracteriza, ao mesmo tempo, por uma combinação de medo da repressão do Estado e de euforia em decorrência do crescimento econômico” (Germano, 1994, p. 160).

Ressaltamos aqui, que utilizaremos o termo “ditadura civil-militar”, por entendermos que o regime contou com a participação e colaboração de civis e de militares, conforme a sustentação de Daniel Aarão Reis, historiador brasileiro, vinculado

a Universidade Federal Fluminense, onde é professor titular da cadeira de história contemporânea.

Manoel Nelito Matheus Nascimento (2007, p. 83) sinaliza que a base ideológica da política educacional do governo militar estava calcada na doutrina de segurança nacional, na teoria do capital humano e nas correntes de pensamento conservador cristão, concedendo à educação a função de capacitação, habilitação e qualificação para a atuação no mercado de trabalho.

A esse respeito, Maria Lúcia de Arruda Aranha (2006) afirma que,

durante vinte anos (de 1946 a 1985) os brasileiros viveram o medo gerado pelo governo do arbítrio e pela ausência do estado de direito. Esses anos de chumbo, além do sofrimento dos torturados e “desaparecidos”, foram desastrosos para a cultura e a educação. Também provocaram prejuízos econômicos ao país. Vimos que, no início da década de 1960, o Brasil atravessava um período de séria contradição entre ideologia política e o modelo econômico. Se por um lado o nacionalismo populista buscava a identidade do povo brasileiro e sua independência, por outro cedia à internacionalização, submetendo-se ao controle estrangeiro (Aranha, 2006, p. 313).

Com vista à adequação do sistema educacional brasileiro às demandas do modelo econômico e a busca para atender as necessidades sociais, o governo efetuou interlocução internacional, mais precisamente com os “Acordos MEC-USAID” – composto pelo Ministério da Educação e Cultura e United States Agency for International Development –, tendo os técnicos participado na reestruturação do sistema educacional brasileiro (Clark, Nascimento, Silva, 2012, p. 154).

A propósito, Germano (1993), destaca que

vários acordos foram assinados entre o MEC e a USAID abrangendo todos os níveis de ensino; peritos norte-americanos se instalaram no MEC; milhares de brasileiros - notadamente técnicos de nível superior – foram treinados nos Estados Unidos. Assim, entre 1963 e 1970, somente a USAID nordeste enviou cerca de 1200 bolsistas para os Estados Unidos, entre os quais 20% obtiveram grau de pós-graduação em universidades norte-americanas (Germano, 1993, p. 126).

As intervenções do organismo norte-americano abrangiam os ensinos primário, secundário e ensino superior. Otaíza de Oliveira Romanelli (2007) aponta que conteúdo dos documentos desses acordos abrangiam os elementos:

a) fornecimento de ajuda financeira sob a forma de pagamento de serviços aos assessores americanos, bolsas de treinamento de brasileiros nos Estados Unidos e, em alguns casos, financiamento para a realização de experiências-piloto de treinamento de pessoal;

- b) fornecimento de pessoal técnico americano para a prestação de assessoria técnica, assessoria de planejamento e proposição de programas de pesquisas;
- c) financiamento, sob a responsabilidade do MEC, das despesas de alojamento desse pessoal e de viagens, transporte e manutenção do pessoal brasileiro designado para trabalhar nas comissões junto dos técnicos americanos (Romanelli, 2007, p. 215).

No período de ditadura civil militar, pode ser apontado três marcos referências para o segmento educacional: a Constituição de 1967, a Lei nº 5.540 de 28 de novembro de 1968 – direcionadas às reformas educacionais para o ensino superior – e, a Lei nº 5.692 de 11 de agosto de 1971 – que fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus.

A respeito da Constituição de 1967, José Silvério Baía Horta (2001) assinala a previsão da

gratuidade do ensino oficial para todos deveria ser estendida ao ensino secundário; a gratuidade no ensino superior estaria condicionada não apenas à falta ou insuficiência de recursos dos alunos mas também ao seu “excepcional merecimento” e seria permitido ao Estado remunerar os professores de religião (Horta, 2001, p. 217).

As ditas reformas do ensino de primeiro e segunda graus, propostas na Lei nº 5692/1971, marcados pela prioridade da qualificação profissional, sinalizam alterações como a obrigatoriedade do ensino escolar para oito anos, a fusão do primário e do ginásio no primeiro grau, fim dos exames de admissão, a inserção do ensino profissionalizante através dos denominados Ginásios Orientados para o Trabalho (GOT) e a implementação do ensino profissionalizante compulsório no segundo grau (Clark, Nascimento, Silva, 2012, p. 154).

Nesse cenário, ações distintas foram adotadas para legitimar a política educacional do regime. Sobre isso, Filgueiras (2006) aponta que,

os militares utilizaram a educação de forma estratégica, controlando-a política e ideologicamente. A concepção de educação do regime militar estava centrada na formação de capital humano, em atendimento às necessidades do mercado e da produção. A escola era considerada uma das grandes difusoras da nova mentalidade a ser inculcada - da formação de um espírito nacional. A reforma do ensino propôs um modelo de socialização, que tinha como estratégia educar as crianças e os jovens nos valores e no universo moral conformando os comportamentos do homem, da mulher e o vínculo familiar (Filgueiras, 2006, p. 3377-3378).

Por conseguinte, as unidades escolares constituíam em ambiente propício para diversas ações educacionais do governo militar. De acordo com o Decreto nº 68.065, de

14 de janeiro de 1971, o qual “regulamenta o Decreto-lei nº 869, de 12 de setembro de 1969, que dispõe sobre a inclusão da Educação Moral e Cívica como disciplina obrigatória, nas escolas de todos os graus e modalidades dos sistemas de ensino no País, e dá outras providências”. Ao tratar das atividades extraclasse incentivam a execução em bibliotecas, jornais, centros diversos, fóruns de debates, núcleos escoteiros, centros de formações de líderes comunitários, clubes agrícolas, oficinas, grêmios, entre outros. Ainda esclarece que os Centros Cívicos funcionarão

nos estabelecimentos de qualquer nível de ensino, públicos e particulares, será estimulada a criação de Centro Cívico, o qual funcionará sob a assistência de um orientador, elemento docente designado pelo Diretor do estabelecimento, e com a diretoria eleita pelos alunos, destinado à centralização, no âmbito escolar, e à irradiação, na comunidade local, das atividades de Educação Moral e Cívica, e à cooperação na formação ou aperfeiçoamento do caráter do educando (Brasil, 1969).

Sobre essas diretrizes curriculares, retornaremos posteriormente, quando tratarmos das atividades escolares, como por exemplo a Semana da Pátria e a disciplina de Educação Moral e Cívica.

2.2 – Escola Normal Oficial “Professor Leôncio Ferreira do Amaral” na década de 1970

A denominação de Escola Normal Oficial “Professor Leôncio Ferreira do Amaral” do ano de 1962, passa por alterações, mediante o decreto estadual nº 12.866, de 31 de julho de 1970, passando a chamar-se Colégio Estadual Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco.

Esse dispositivo legal faz alusão às conclusões do procedimento inquérito administrativo realizado na escola, que carregava no nome a homenagem ao ex-diretor Professor Leôncio, como visto anteriormente, no Capítulo 1, revogando a Portaria nº 349, de 10 de outubro de 1968, que denominava a instituição de Colégio Estadual de Uberaba. Essa denominação estava escrita na platibanda da edificação, como pode ser observado em parte da Figura 37.

Quase quatro anos depois, por meio da Resolução nº 810/1974, publicada no periódico oficial do estado de Minas Gerais, de 06 de julho de 1974, estabelece uma nova denominação de Escola Estadual Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, vigente até o presente momento.

A condição de *escola normal*, perpetuou desde a criação da primeira Escola Normal de Uberaba, no ano de 1881 – que estendeu de 1881 a 1905 –, passando pela Segunda Escola Normal Oficial de Uberaba, aberta em 1928 – que estendeu de 1928 a 1938 –, e pelo seu reestabelecimento a partir de 1948 – que estendeu de 1948 aos dias atuais –, na condição de *colégio estadual*, e, por fim, a partir de 1974, *escola estadual*.

Aguiar assevera que

Pelo Decreto nº 16.244/1974, as unidades estaduais de ensino passaram a denominar-se, todas, (exceção feita do Instituto de Educação de Minas Gerais, do Instituto de Educação de Juiz de Fora e dos Conservatórios de Música), escolas estaduais, recebendo, cada uma, classificação tipológica específica, segundo o nível ou grau de ensino e número de alunos e turmas. (Aguiar, 2008, p. 5)

Ao analisarmos a trajetória dessa instituição e sua inserção na comunidade uberabense, no contexto da década de 1970, afirmamos que ela esteve à mercê das questões de disputas políticas sociais vigentes em Uberaba, em Minas Gerais e quiçá no país.

Contudo, esse período temporal de transição marcado pela saída do Professor Leôncio da direção escolar, como abordamos no Capítulo 1, à nomeação e posse do Professor José Thomaz da Silva Sobrinho, será agora abordado e analisado.

A nomeação do interventor para o então Colégio Estadual Professor Leôncio Ferreira do Amaral, aconteceu por meio da imprensa oficial, jornal *Minas Gerais*, de 10 de março de 1970, terça-feira¹¹, em que fora nomeado o então diretor do Colégio Estadual de Uberlândia Celso Correa dos Santos¹², o qual acumulou as duas funções.

Essa nomeação fora noticiada pelo periódico local, jornal *Correio Católico*, que também circulava pela região, na edição de 11 de março de 1970, quarta-feira, trazendo na primeira página, intitulada *Nôvo diretor da Escola Normal*, discorrendo sobre algumas qualificações profissionais do citado interventor, diretor desde o dia 07 de março, e destacando a designação da Delegada Regional de Ensino Sra Geni Chaves como sua substituta e vice-diretora, como podemos acompanhar a seguir.

¹¹ Publicação no Minas Gerais, de 10/03/1970, página 8, colunas 4 e 5, seção Atos do Sr. Governador.

¹² Licenciado em Matemática pela Faculdade de Filosofia da Universidade Católica de Campinas. É professor já aprovado para a cadeira de Física no curso de Matemática da mesma Faculdade, pelo Parecer 527/66, do C.F.E. Titular da Cadeira de Física do Colégio Estadual de Uberlândia. Professor de Matemática na Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade de Uberlândia. Ex-professor de Física da Faculdade Federal de Engenharia. Foi diretor do Colégio Estadual de Uberlândia. Disponível em: <http://www.inbio.ufu.br/system/files/conteudo/ppc1970-criacaocurso.pdf>. Acesso em 06 de jun. 2024.

Figura 13: Notícia *Novo diretor da Escola Normal*, *Jornal Correio Católico* – 11 de março de 1970.



Fonte: *Jornal Correio Católico*, nº 5.968, de 11 de março de 1970.

É fato que tal nomeação do interventor aconteceu no dia 10 de março de 1970, conforme a imprensa oficial. Contudo, de maneira sequenciada, o mesmo periódico local, *Jornal Correio Católico*, publicara em 11 de março, na quinta-feira, mencionando que o interventor já respondia pela escola uberabense desde sábado, dia 07 de março, uma vez que o início das aulas seriam no dia 09 de março, na segunda-feira. Assim, o periódico católico, publicara no sábado, 07 de março, um aviso da Delegacia de Ensino em que o interventor do Colégio Estadual Professor Leoncio Ferreira do Amaral, convocava todos os professores da escola para reunião, 08 de março, às 20h, no salão nobre da sede da Delegacia de Ensino, com finalidade expressa de tomada de decisões iniciais para o ano letivo de 1970. Sem mencionar o nome do interventor, sem registros em livros atas ou demais meios na escola e sem acesso ao acervo da Superintendência Regional de Ensino de Uberaba, deixa-nos na condição de desconhecimento sobre assuntos tratados ou possíveis encaminhamentos. De acordo com o depoimento de Sheila Ottaiano Andrade Rodrigues (2024), sobre o interventor na Escola, após o afastamento do Professor Leônicio, ela afirma que

Teve, foi quando deu problema. Ele era de Uberlândia, diretor do Colégio Estadual de Uberlândia, ele que veio para ser o interventor aqui, Celso [Correa dos Santos], ele até era cotado, na época do Rondon Pacheco, para ser o Secretário da Educação e ele não foi, eu ouvi essa história lá. Ele veio mesmo, ele veio, lembro da presença dele na escola (Rodrigues, 2024, p. 18).

Por conseguinte, esse período em que a escola foi dirigida pelo interventor, entendemos que as atividades pedagógicas escolares, permaneceram seu curso, sem intercorrências, por aproximadamente dois meses, finalizados com a exoneração do Professor Leônicio e a nomeação do Professor José Thomaz.

Assim, com a posse de José Thomaz, em relação às questões administrativas, percebemos um encaminhamento interno para a regularização do próximo sucessor para o cargo de diretor escolar. Assim, o acesso ao Livro de Ata da Congregação¹³ de Professores, possibilitou o contato com registro de reuniões com grupo de professores e um caminho para entendimento sobre essa transição, marcada pela condução por parte do interventor e diálogos na escola.

De acordo a Ata da Primeira Reunião da Congregação de Professores do agora Colégio Estadual “Professor Leôncio Ferreira do Amaral”, datado de 13 de abril de 1970, secretariada pela professora Geni Chaves, fora registrado reunião convocada pelo Interventor Celso Corrêa dos Santos, com o objetivo de indicação de nomes de professores da própria escola que assumiria a direção da escola, findando a permanência provisória no cargo.

Assim, a essa reunião, conforme esclarecimentos por parte do interventor, teve por finalidade, ainda, a organização da Congregação, que seria composta por professores efetivos da escola e, que preferiu indicar três nomes entre os professores para apreciação na Secretaria de Estado de Educação, pelo chefe do Departamento de Ensino Médio e, a escolha de um único nome.

Entre os avisos e esclarecimentos, conforme a Ata da Congregação (13/04/70, p. 1) o interventor arguiu que diante do comentário de que o colégio tornara-se uma ditadura, denotaria uma alteração nos rumos da escola, que passara ser marcado pela decência, disciplina e ordem alcançando a normalidade. Nos registros da ata fora apontado que o interventor optou pela indicação dos próprios pares, distanciando da sugestão do departamento citado, mediante voto secreto, por escrito e de apuração imediata, os quais seriam destruídos após a apuração.

Um ponto interessante nessa ata, e que entendemos ter sido um elemento motivador para a alteração futura do nome da escola, está relacionada à substituição da denominação da escola que carregava o nome do ex-diretor. Assim, entre os avisos do Interventor Celso Corrêa dos Santos, fora citado que entre os nomes a ser escolhido “êste

¹³ Congregação: Criada pelo Regulamento de 1880, a Congregação da Escola Normal era constituída pelo corpo de professores que ali ministrava aulas no curso de formação de professores para as escolas públicas primárias e tinha as atribuições de: acompanhar o ensino primário, emitir pareceres, analisar e interferir nos Regulamentos daquela instituição e das escolas primárias, além de escolher as obras didáticas a serem utilizadas naquele curso e no curso do ensino primário, dentre outras atribuições. [...] A Congregação era, em suma, como um conselho cuja atribuição era deliberar sobre as atividades da Escola Normal e acompanhar e sugerir sobre o que estava afeto ao ensino público primário. Disponível em: <https://cemiiserj.blogspot.com/p/congregacao-da-escola-normal.html>. Acesso em 06 de mar. 2024.)

deverá ser tão bom, quanto o necessita êste Colégio. Pelo bem que queremos a Uberaba, há de ser constituído nôvo nome ao mesmo” (Ata de 2ª reunião da Congregação de Profº do Colégio Estadual “Professor Leôncio Ferreira do Amaral” de Uberaba, 13/4/1970, p. 1 verso).

Dentre as tratativas, fora esclarecido sobre a questão da normalidade financeira da caixa escolar da escola, que oportunamente seria regularizado pelo próximo diretor, também presidente da entidade, bem como, estando ainda previsto a escolha e nomeação de secretário e tesoureiro para a caixa escolar.

Sobre os recursos financeiros, conforme o registro, os quais tinham sido depositados em conta bancária no nome diretor exonerado, foram regularizados e transferidos para o Banco do Estado de Minas Gerais S/A (BEMGE), sendo realizadas as manutenções de pequenos reparos no prédio escolar e de despesas eventuais mediante cheque assinados pelo interventor e pela auxiliar de diretoria Geni Chaves.

Em relação ao Regimento Interno da escola, fora esclarecido que o mesmo seria elaborado pela Congregação, diante das peculiaridades da escola e do novo momento, sendo especulado e até colocado à disposição o modelo de documento da Escola Normal de Uberlândia e o do Instituto de Educação de Minas Gerais.

Da votação mencionada e realizada, obteve-se o resultado registrado na figura que segue, em que os nomes dos três professores mais votados seriam entregues ao Chefe do Departamento de Ensino Médio, Sr. Samuel Rocha Barros e pelo interventor Celso Correa dos Santos. Dessa maneira, seguindo esse critério, a dita lista tríplice ficara assim definida entre os professores: Koshiba Toshiro com 16 votos, Geni Chaves com 12 votos, e Peppe (José Perez Vasquez) com 9 votos.

Figura 14: Trecho da Ata de Reunião da Congregação de Professores de 13 de abril de 1970.

A seguir propôs a votação citada no início da reunião. Foram distribuídos os papéis, os votos foram dados e o resultado foi:

Professor Koshiba	- 16 votos
Professora Geni	- 12 "
Professor Peppe	- 9 "
Prof. José Tomaz	- 7 "
Prof. Plauto	- 5 "
Prof. Fábio, Balapodópulos, Guimarães e Eunice	- 1 voto

Foram conferidos e reconferidos os votos, anotados e queimados os papéis.

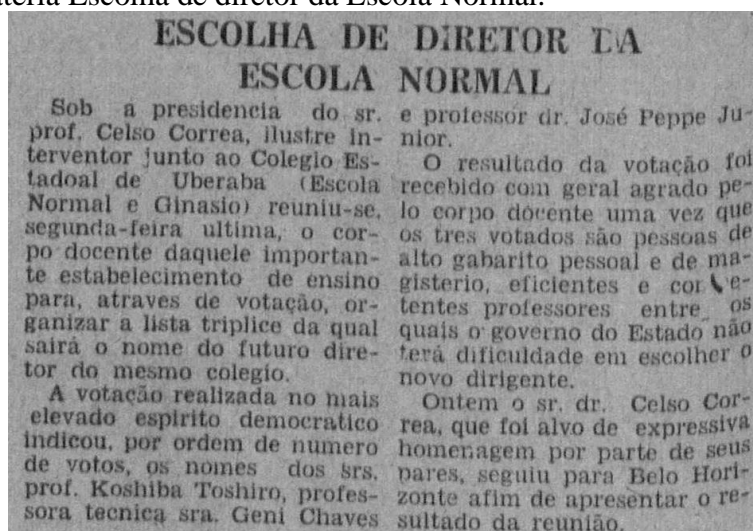
Fonte: Acervo da Escola Estadual Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco.

Dessa reunião da Congregação, composta por professores efetivos, teremos outros desdobramentos, como o próprio José Thomaz¹⁴ escrevera em sua autobiografia. Assim, é oportuno mencionarmos que o professor Koshiba Toshio, integrava o quadro de professores da escola desde 01 de janeiro de 1953 e a professora Geni Chaves desde 01 de março de 1962 e José Thomaz desde 11 de fevereiro de 1966, como professor efetivo. Assim, ambos professores, possuíam vasta experiência no campo profissional, fato que pôde ser verificado a partir das pastas funcionais, que constam do acervo da instituição.

Sobre o processo de escolha de diretor, podemos observar um acompanhamento do assunto pelas publicações no jornal *Lavoura e Comércio*.

Em matéria veiculada em 15 de abril de 1970, o jornal traz texto intitulado “Escolha de diretor da Escola Normal”, discorrendo que no dia 13/04/1970, fora realizada reunião com os professores da escola para a votação de lista tríplice, sob a presidência do interventor, Celso Correia dos Santos, para levantar o nome do próximo diretor, conforme excerto do jornal a seguir:

Figura 15: Matéria Escolha de diretor da Escola Normal.



Fonte: Jornal *Lavoura e Comércio*, 15/04/1970, p. 6, nº 17.363.

De acordo com a publicação, nessa reunião, de 13 de abril de 1970, fora indicado por votos, os nomes do Professor Koshiba Toshio, da Professora Geni Chaves e o do Professor José Pepe Junior, os quais seriam levados pelo interventor para Belo Horizonte para as devidas apreciações e nomeação pelo governo mineiro.

¹⁴ Para saber mais consultar as seções 3.1 e 3.2 do Capítulo 3 dessa dissertação.

De acordo com a depoente Rodrigues (2024), ainda sobre a eleição na escola, afirma que:

Não houve eleição na escola, não, com consulta à comunidade escolar, alunos, pais, servidores, não havia não. Era indicação política. E como deu férias e teve um problema, teve um processo, teve uma série de problemas lá dentro. Mas, logo de cara, o José Thomaz já se interessou, e ele trabalhou muito, foi atrás dos políticos, mas ele era ARENA, quer dizer, não tinha problema né. Teve mais gente querendo também, eu me lembro que teve mais professores que queria ser diretor, era uma escola de referência, ela aparecia muito (Rodrigues, 2024, p. 13).

Estando à frente da direção da então Escola Normal Oficial “Professor Leôncio Ferreira do Amaral, o interventor, designa para auxiliar de diretoria, a professora Geni Chaves, que segundo o texto jornalístico da época, era bem qualificada para o exercício da função.

Figura 16: Matéria Professor Geni Chaves na direção do Colégio Estadual de Uberaba.

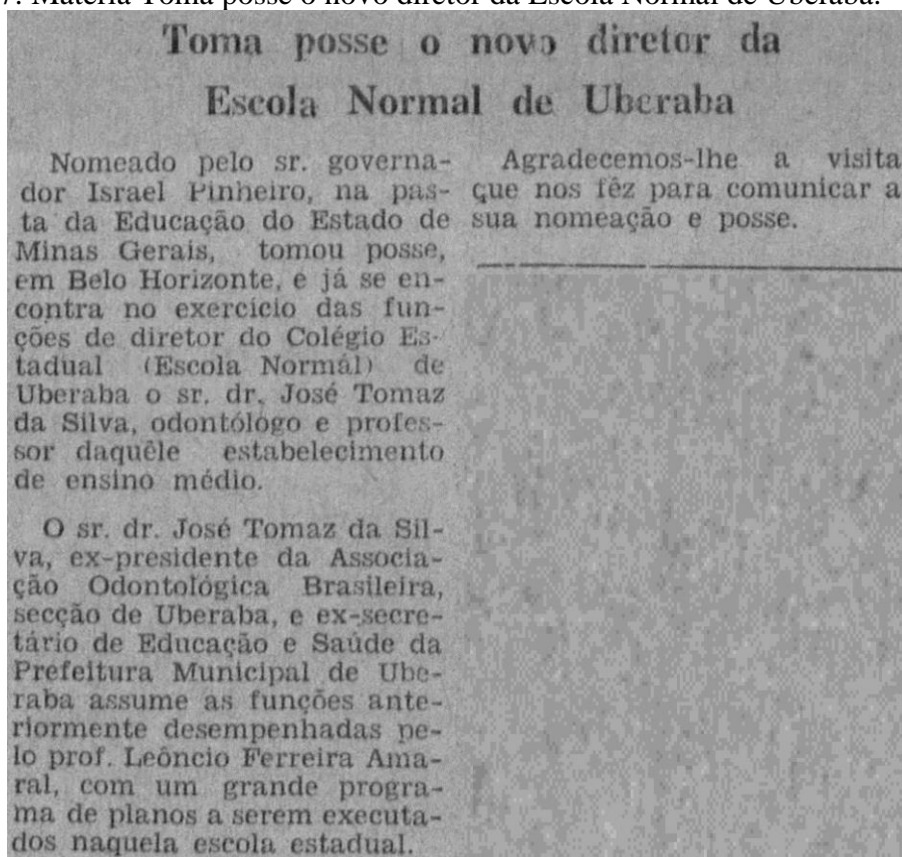


Fonte: Jornal *Lavoura e Comércio*, 27/04/1970, p. 6, nº 17.372.

O periódico *Jornal Lavoura e Comércio*, de 08 de maio de 1970, noticiou a posse do novo diretor da Escola Normal de Uberaba, o Professor José Thomaz da Silva Sobrinho, odontólogo e professor da própria escola, discorrendo que a nomeação fora realizada pelo governador Israel Pinheiro, tendo tomado posse na capital mineira. O texto

traz de forma breve, as credenciais do professor recém-nomeado, além de noticiar a sua visita a redação do jornal.

Figura 17: Matéria Toma posse o novo diretor da Escola Normal de Uberaba.



Fonte: Jornal *Lavoura e Comércio*, 08/05/1970, p. 6, nº 17.381.

Após a publicação da nomeação do Professor José Thomaz da Silva Sobrinho para diretor da então Escola Normal Oficial de Uberaba “Professor Leôncio Ferreira do Amaral”, conforme a imprensa oficial *Minas Gerais* de 05 de maio de 1970, foi realizada a segunda reunião da Congregação de Professores, realizada em 09 de maio de 1970, em cumprimento a convocatória do Interventor para a transmissão do cargo ao Professor José Thomaz, o qual tomou posse no dia 06 de maio daquele ano.

Nessa reunião, mediante a presença de professores efetivos e do diretor recém-nomeado, o Sr. Celso Correa dos Santos, esclareceu que após o levantamento da lista tríplice junto à congregação entregou-a no Departamento de Ensino Médio. Contudo, a segunda colocada em votação, Dona Geni Chaves, deixara de compor a mesma por ser ocupante do cargo de Delegada Regional de Ensino de Uberaba oportunizando que o quarto nome mais votado, Professor José Thomaz passasse a compor a lista tríplice, assim

ocorrendo sua nomeação. Sobre o Professor Peppe constante da lista, nada fora mencionado ou citado.

Nessa transmissão, o então Interventor, deixa registrado que o setor administrativo está em ordem, com quadro de classe entregue à Secretaria de Educação e apresentação de prestação de contas recebida, sem objeções pelo diretor nomeado e endossada por quatro professores.

Nessa reunião, a professora Geni Chaves, então delegada regional de ensino, encerra sua contribuição como auxiliar de diretoria e menciona que já estava nomeada a Chefe de Seção e Inspetora em nível de Delegacia Regional de Ensino de Uberaba para acompanhar a escola.

Na reunião de 09 de maio de 1970 da Congregação, o Professor Koshiba arguiu, conforme registrado em ata, que deveria ser necessário aumentar o quantitativo de professores da Congregação, contemplando as orientações da Secretaria de Educação e sugerindo o afastamento da ‘política’ da Escola. Diante dessa fala, o Professor José Thomaz discorreu que,

quando a ‘política’, decidiu levar João Fatureto para o Uberaba Tênis Clube, Cláudio Moreira para o Pôsto de Saúde e José Tomaz para a Escola Normal, êle não aceitou para não tirar da direção, o ex-titular, mas no dia em que essa direção vagasse, seria êle candidato. E assim foi que pleiteou essa Direção. Aprendeu que a covardia é a grande responsável pelos acontecimentos por que estamos passando. A vida é uma sequência de lutas. Êle se julga em condições de se colocar na luta. Na votação não sentiu a presença dos colegas votados como adversários, e sim de colegas votados como adversários e sim de colegas com objetivos comuns. Ao fazer sua campanha para assumir o cargo, visitou o professor Koshiba, para convidá-lo a ser seu auxiliar na mesma. Lutou e venceu ao sabor das dificuldades surgidas. Agora está querendo trabalhar e sabe que o Colégio precisa de seu sacrifício. Esta foi uma cartada decisiva em sua vida pública e sabe que vencerá. Como representante do Govêrno atual em Uberaba, pretende muito realizar em curto espaço de tempo. Planeja a reforma administrativa e a reforma do prédio, laboratório, banco do livro didático, bibliotecas de classe, anexos nos bairros. Já submeteu seus planos ao Sr. Chefe do DEMS¹⁵ e tem certeza de que para 1971, funcionarão em regime diurno e noturno os cursos: Normal e Científico (Ata de 2ª reunião da Congregação de Professores do Colégio Estadual “Professor Leôncio Ferreira do Amaral” de Uberaba, 9/5/1970, p. 6)

¹⁵ Refere-se ao Departamento de Ensino Médio da Secretaria de Estado de Educação, sediado em Belo Horizonte-MG.

Em relação esse trecho registrado em ata, podemos inferir que contempla a articulação política do Professor José Thomaz, bem como, o registro autobiográfico em que discorre sobre a sua ida à capital mineira com o intuito de ser nomeado para o cargo. Ademais, pode ser entendida de que nos círculos políticos, o cargo de diretor da então escola normal, era almejado por grupo político predominante do qual o Professor José Thomaz fazia parte (PDS e Arena), com a divisão/setorização de representantes nas cadeiras de chefia, como o Uberaba Tennis Clube e o Posto de Saúde, sendo uma decisão na trajetória pública do Professor José Thomaz a representativa e alinhamento do grupo ocupante do governo municipal. Para tanto, argumentou que seu plano de trabalho fora apresentado à chefia do Departamento de Ensino Médio e exemplificou ações para a escola e, em análise ampliado como o nosso estudo, podemos compreender a extensão dessas ações ao longo do seu período de direção escolar.

Nessa questão, o Professor José Thomaz, ao abordar sua trajetória de ingresso, como substituto e, posteriormente, concursado na cadeira de higiene, puericultura e biologia, relata o processo para assumir o cargo de diretor escolar, mediante do afastamento do Professor Leôncio Ferreira do Amaral, no qual alega que,

anos foram decorridos e a Escola passou por uma interventoria, tornando vago o cargo de Diretor, até então ocupado pelo professor Leôncio Ferreira do Amaral. Um esquema foi montado pelo interventor para eleger o professor Koshiba Toshiro, de tal forma que ele e o professor José Peppe Júnior e a d. Geni Chaves constituíssem a lista tríplice a ser enviada para a Secretaria de Estado para o pronunciamento final. Não deu outra, pois eu lecionava apenas no turno vespertino, enquanto os demais atuavam no matutino e noturno e como votavam apenas os professores restou-me o 4º lugar, isto é, fora da lista tríplice. Após o resultado, cumprimentei o vencedor professor Koshiba e da Escola fui direto à estação rodoviária para comprar uma passagem e à noite embarquei para Belo Horizonte. Contando com a ajuda do correligionário, deputado Leão Borges, vetei o nome de Geni Chaves, alegando que ela, como Delegada de Ensino, não teria condições legais para assumir o cargo. A minha classificação passou para o terceiro lugar da lista e no dia 05 de agosto de 1970, o Minas Gerais publicava a minha nomeação (Silva Sobrinho, 2006, p. 58-59).

Posto isso, as articulações e interlocuções do Professor José Thomaz da Silva Sobrinho, foram exitosas e culminaram na sua nomeação, publicado no periódico oficial, Minas Gerais, de 05 de agosto de 1970.

Um fato interessante deve ser destacado durante a investigação, pois encontramos uma cópia de correspondência manuscrita, do médium Chico Xavier¹⁶, endereçada ao então governador do estado de Minas Gerais, Israel Pinheiro (1966-1971), na qual fazia uma indicação do nome do Professor José Thomaz para o cargo de diretor do referido estabelecimento de ensino. A carta, pertence ao acervo pessoal de José Thomaz da Silva Sobrinho, a qual transcrevemos a seguir e consta no Anexo da presente dissertação,

Caro amigo Dr. Israel:

Deus o abençoe sempre a sua preciosa saúde e a sua paz. Com esta carta ligeira, venho fazer-lhe intérprete, perante a sua digna autoridade, de inúmeros uberabenses que se regozijam com a indicação do nosso estimado amigo Sr. Dr. José Thomaz da Silva Sobrinho, acatado Professor e uberabense dos mais respeitados, para o cargo de Diretor do Colégio Estadual de Uberaba. Peço-lhe permissão para dizer que o Sr. Dr. José Thomaz da Silva Sobrinho é espírita-cristão nos princípios religiosos que lhe orientam a vida enobrecida de pai de família e homem de bem, no entanto, essa condição [...], na distinta personalidade que o caracteriza, a vocação de servir, dentro da qual é ele, agora como sempre, uma coluna respeitada da estrutura social de Uberaba, a todos auxiliando, sem qualquer sentido de separação nas atividades de cidadão benemérito e educador abnegado, nas quais o conhecemos, desde muitos anos. Com esta carta, dêsse modo, vimos felicitar o nosso distinto Governador pelo amparo ao nome do companheiro mencionado, credor de nossa veneração e caminho, pela imensa bagagem de realizações nobres que toda a comunidade uberabense lhe deve, sem distinção de classes ou crenças. Unindo, pois, a nossa voz a todas as vozes desta cidade, que admiram no Dr. José Thomaz da Silva Sobrinho, um dos seus mais dignos filhos, com o respeito e o reconhecimento de sempre pede a Deus abençoar e inspirar sempre o nosso caro Dr. Israel, em sua grande e luminosa missão, o seu menor servidor muito grato de todos os dias. Francisco Candido Xavier (Acervo pessoal Professor José Thomaz da Silva Sobrinho).

A leitura dessa carta pode ser entendida como um apontamento em busca de apoio público e articulação de modo a reforçar e a consolidar a nomeação do Professor José Thomaz como diretor da escola. Desconhecemos se tal documento tenha chegado às mãos do então governador do estado, e se de fato, isso pode ter interferido na nomeação.

¹⁶ Chico Xavier (1910-2002) foi um médium brasileiro, reconhecido como o maior psicógrafo de todos os tempos. Sob a orientação dos Benfeitores Espirituais, no dia 5 de janeiro de 1959, Chico Xavier mudou-se para Uberaba, iniciando nessa mesma data as atividades mediúnicas em reunião pública da “Comunhão Espírita Cristã”. Disponível em https://www.ebiografia.com/chico_xavier/

Outro achado interessante encontrado no acervo pessoal de José Thomaz, é uma carta datada de 24 de abril de 1970, do então Arcebispo Coadjutor, Dom José Pedro Costa¹⁷, endereçado ao Dr. Leão Borges¹⁸, deputado estadual.

A referida correspondência, traz o seguinte:

Com visitas e benção ao Snr. e aos seus, venho lhe trazer a resposta a que me comprometi, com relação ao caso da Escola Normal Oficial de Uberaba. Se o nosso caríssimo Governador Dr. Israel Pinheiro da Silva e o Snr. me houvessem solicitado parecer prévio sobre a escolha do novo Diretor, ter-lhes-ia sugerido a ponderação dos seguintes itens:

1. É de toda conveniência que o nôvo Diretor, além das qualidades técnicas exigidas pelo exercício do cargo, seja uma pessoa que goze de crédito moral perante os professores e alunos do estabelecimento e perante a opinião pública local. 2. Devido aos escândalos recentes que envolveram a Escola, é imprescindível que o nôvo Diretor tenha as condições pessoais de chefia que o tornem capaz de restabelecer a ordem e a normalidade pedagógica naquele estabelecimento de ensino, bem como de ampliar a natureza e as dimensões dos benefícios pedagógicos que êle pode e deve prestar a Uberaba. 3. A nomeação do nôvo Diretor não pode ser procrastinada, uma vez que manter o estabelecimento em regime de interventoria seria adiar a solução de problemas lá existentes. 4. O ideal seria que êsse provimento urgente de cargo de Diretor se fizesse fora e acima de um critério meramente político, a fim de que a escôlha fôsse acertada, sob o prisma dos superiores interêsses da Escola e da comunidade uberabense. Se consultado préviamente, teria eu, como amigo e em caráter exclusivamente particular, me manifestado como deixo exposto. Uma vez, porém, que não fui consultado – nem havia para o Dr. Israel e para o Snr. obrigação de fazê-lo – e a solução do caso está sendo encarada sob aspecto predominantemente político, não me fica bem interferir no assunto, a esta altura dos fatos. Acho do meu dever, no momento, abster-me de opinar sôbre êste o aquêle candidato ao cargo, pois essa opção, nas circunstâncias concretas a que foi levada a questão, equivaleria, da minha parte, a uma atitude política – que tenho o propósito de, enquanto possível, evitar, no exercício da minha missão de Arcebispo Coadjutor de Uberaba. Reservo-me, no entanto, o direito de, seja qual fôr o nôvo Diretor nomeado, observar-lhe a atuação e oportunamente me manifestar, em particular ou de público, dentro das normas conciliares do “diálogo” e do “ecumenismo”, mas dentro dos imperativos pastorais das minhas funções aqui, na defesa dos postulados morais e educacionais de Uberaba. Solicito ao prezado

¹⁷ D. José Pedro Costa, natural de Serro, MG, ordenado bispo a 15 de setembro de 1957, contemplado pelo Decreto do Vaticano datado de 18 de abril de 1970 que o designava, a 6 de maio de 1970, para Arcebispo Coadjutor e Administrador Apostólico da Arquidiocese de Uberaba, com direito a sucessão. Sua posse em Uberaba se deu a 10 de maio de 1970. Disponível em <https://arquiocesedeuberaba.org.br/dom-jose-pedro-araujo-costa/>

¹⁸ Deputado estadual por quatro legislaturas (1963-67, 1967-71, 1971-75 e 1979-83), Leão Borges, que pertenceu ao PSD, à Arena e ao PDS, também foi secretário de Estado de Viação e Obras Públicas (1967-71). Desde 1989, era vice-presidente do Instituto de Previdência do Legislativo de Minas Gerais (Iplemg). Disponível em [https://www.almg.gov.br/acompanhe/noticias/arquivos/2004/02/Not442483.html#:~:text=Deputado%20estadual%20por%20quatro%20legislaturas,de%20Minas%20Gerais%20\(Iplemg\).](https://www.almg.gov.br/acompanhe/noticias/arquivos/2004/02/Not442483.html#:~:text=Deputado%20estadual%20por%20quatro%20legislaturas,de%20Minas%20Gerais%20(Iplemg).)

amigo transmitir ao Excmo. Snr. Governador do Estado o conteúdo desta minha carta. Seu amigo e servo gratíssimo pelo favor.

Dom José Pedro Costa, Arcebispo Coadjutor
(Acervo Cúria Metropolitana de Uberaba)

No andamento da pesquisa, percebemos que o professor José Thomaz mantinha boas relações nas várias esferas da sociedade uberabense, dentre elas no cenário político, conforme registrado no jornal *Lavoura e Comércio*, edição de 27 de julho de 1970, às vésperas da publicação de mudança do nome da escola, noticiando a presença de pessoas ilustres da cidade de Uberaba, recepcionando o futuro governador de Minas Gerais, o Sr. Rondon Pacheco¹⁹ na cidade vizinha de Uberlândia. A notícia na capa do periódico discorria que:

Uberaba na recepção a Rondon Pacheco - Flagrantes colhidos por esta folha, em Uberlândia, sábado último, nas homenagens prestadas ao deputado Rondon Pacheco, vendo-se as delegações uberabense cumprimentando o futuro Governador de Minas. Da esquerda para a direita: [na primeira foto/imagem] o sr. Rondon Pacheco na entrevista coletiva à imprensa; [na segunda-feira foto/imagem] os srs. Hildo Totti (ABCZ) e José Miguel Arabe (ACIU), deputado Joaquim Leão Borges e dr. Carlos Alberto R. da Cunha (ACIU) palestrando com o homenageado; [na terceira foto/imagem] sr. Afranio Machado Borges (ABCZ) e ex-prefeito João Guido apresentando seus cumprimentos ao sr. Rondon Pacheco; [na quarta foto/imagem] sr. Bruno da Silva Oliveira Jr., presidente da ARENA de Uberaba, na companhia de seus correligionários José Thomaz da Silva Sobrinho [marcado com seta], Arthur de Mello Teixeira, Expedito Mendes, Geraldo Formiga do Nascimento e Hugo Rodrigues da Cunha, quando eram recebidos pelo sr. Rondon Pacheco, no Uberlândia Clube (*Jornal Lavoura e Comércio*, 27/07/1970, p. 1, nº 17.447).

Figura 18: Foto da Matéria *Uberaba na recepção a Rondon Pacheco*.



Fonte: *Jornal Lavoura e Comércio*, 27/07/1970, p. 1, nº 17.447.

¹⁹ Político importante do Estado de Minas Gerais, nascido na cidade de Uberlândia em 31/07/1919. Atividades políticas: Deputado estadual - 1947 a 1951; Deputado federal - 1951 a 1971 e 1983 a 1987; Membro da Comissão de Constituição e Justiça e Comissão de Transportes - 1952 a 1966; Líder da União Democrática Nacional - 1959 a 1961; Secretário do Interior e Justiça - 1961 a 1962; Secretário-geral da Aliança Renovadora Nacional - 1966; Ministro chefe do Gabinete Civil de Costa e Silva - 1967 a 1969; Presidente da Aliança Renovadora Nacional - 1970; Governador - 1971 a 1975. Disponível em <https://www.mg.gov.br/governador/rondon-pacheco>

Outro fato interessante, que mostra a circulação do professor José Thomaz da Silva Sobrinho, foi a menção de seu nome, dentre as autoridades da cidade, presentes na inauguração da nova agência do banco do Estado de São Paulo na cidade de Uberaba, em que estiveram presentes os governadores Roberto Costa de Abreu Sodré²⁰, do referido estado, e Israel Pinheiro²¹ de Minas Gerais, em que fora citado, dentre os presentes, “dr. José Thomaz da Silva Sobrinho” (Jornal *Correio Católico*, 15/04/1970, p. 1 – nº 5993).

Ressalta-se que as atribuições e deveres do quadro de pessoal estavam sustentados na Portaria nº 100, de 22 de abril de 1963, a qual dispunha sobre as atribuições e deveres do pessoal lotado nas unidades escolares do Estado.

Ainda em relação as formas de provimento do cargo de diretor escolar no Estado de Minas Gerais a partir da década de 1960, marcada pela vigência do Código de Ensino Primário, estabelecido pela Lei nº 2.610 de 08 de janeiro do ano de 1962, o qual previa o caráter efetivo e habilitação em Administração Escolar do candidato interessado. Entretanto, os dispositivos norteadores para a direção dos estabelecimentos de ensino médio eram insuficientes. Todavia, a partir do ano de 1963, com a Lei nº 2.939, de 07 de janeiro de 1963, previa-se no art. 5º, para o cargo em comissão de diretor de estabelecimento de ensino médio estadual, membro do corpo docente, habilitado para o exercício do referido cargo e mediante escolha em lista tríplice pela congregação (Aguiar, 2008, p. 5).

Esse último dispositivo fora alterado no ano de 1964, tendo sido o cargo de recrutamento limitado e provimento de livre escolha do governador do Estado. Já no ano

²⁰ Um dos fundadores da União Democrática Nacional (UDN). Elegeu-se para a Assembleia Legislativa de São Paulo (1951) exercendo ainda mais dois mandatos consecutivos. Eleito governador do Estado pela Assembleia Legislativa (1966), ficou no cargo até 1971. Em 1986, foi convidado pelo presidente José Sarney para a pasta das Relações Exteriores (1986). Como chanceler, participou do processo de restabelecimento das relações diplomáticas com Cuba e aprofundou o processo de aproximação com a Argentina. Em novembro de 1988, assinou o Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento entre Brasil e Argentina. Disponível em <https://www.gov.br/funag/pt-br/chdd/historia-diplomatica/ministros-de-estado-das-relacoes-exteriores/roberto-costa-de-abreu-sodre>

²¹ Carreira Política: Em 1922 eleito Vereador e Presidente da Câmara Municipal de Caeté. Em 1933, nomeado pelo Governador Benedito Valadares Ribeiro, tomou-se Secretário da Agricultura, Viação e Obras Públicas de Minas Gerais, mais tarde também do Comércio e Trabalho. Em julho de 1942, Presidente da Companhia Vale do Rio Doce, o primeiro. Em 1945, participou ativamente da fundação do Partido Social Democrático (PSD), eleito Deputado Federal e Constituinte de 1946, reeleito em 1950 e 1954. Integrou a campanha do Presidente Eurico Gaspar Dutra, como valoroso correligionário. Juscelino Kubitschek nomeou-o Presidente da NOVACAP, encarregado da construção da nova Capital. Em 1965, foi eleito Governador de Minas Gerais. Disponível em <https://ihgmg.org.br/sme/conteudoinstitucional/menuesquerdo/SandBoxItemMenuPaginaConteudo.ew?idPaginaItemMenuConteudo=7579>

de 1965, o provimento do cargo em comissão torna-se de recrutamento amplo. Ou seja, o cargo de diretor de estabelecimento de ensino regredira a critérios políticos, sem exigência de habilitação ou qualificação profissional (Aguiar, 2008, p. 5).

A partir do ano de 1973, com o estabelecimento do Estatuto do Magistério, Lei nº 6.277/1973, em conformidade com a nova Lei de Diretrizes e Bases para o Ensino de 1º e 2º graus, Lei nº 5.692/1971, deixando de existir os grupos escolares (ensino primário), cursos ginásial e colegial. Contudo, algumas proposições para o cargo de diretor, ao longo das décadas de 1970 e 1980, fracassaram, permanecendo passíveis, em caso de vacância, dos mecanismos transitórios de designação e aprovação de exercício, até a década de 1990 (Aguiar, 2008, p. 5-6).

Essa condição, de vigência de dispositivos legais, permeou todo o período de direção escolar do Professor José Thomaz, desde o seu processo de nomeação, em maio de 1970, como sua exoneração do cargo de diretor, em maio de 1983.

2.3 – A Escola Estadual Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco: um novo contexto (1970 – 1983)

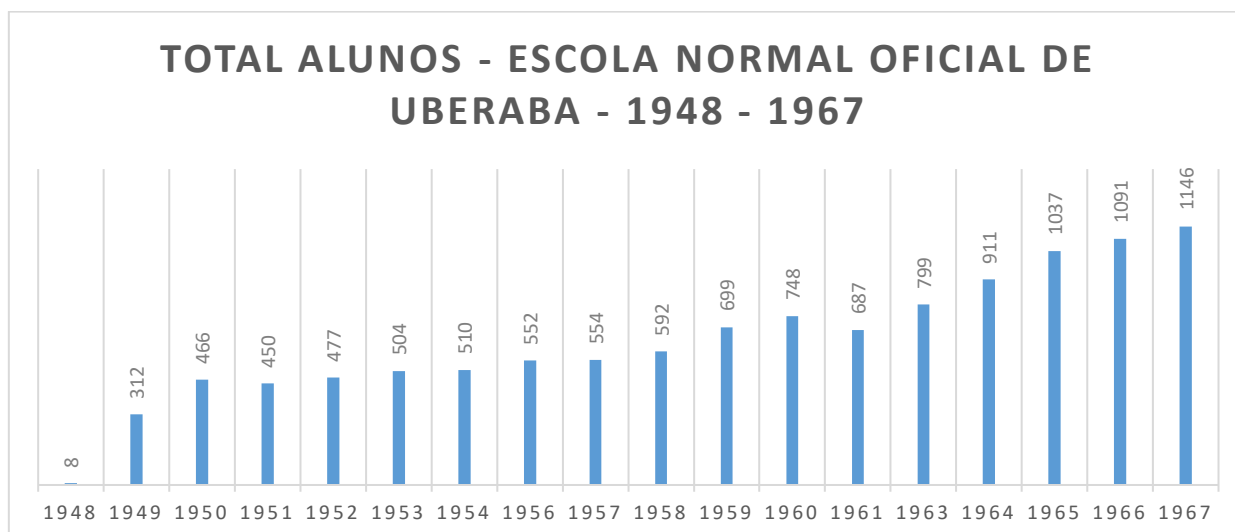
Ao tratarmos de um novo contexto para a escola, estamos abordando um outro momento daquela instituição escolar que teve na sua trajetória, as raízes da primeira escola normal, criada no ano de 1881, com configuração distinta, com uma sede própria, e com um projeto arquitetônico arrojado de um profissional de prestígio, o renomado arquiteto Oscar Niemeyer²².

Ressaltamos que as raízes da referida instituição, voltadas para a formação de professores, permaneceram no novo endereço, mas também houve a ampliação de espaço físico, na oferta de modalidades de ensino e no número de vagas ofertadas.

De acordo com Guimarães (2012, p. 194-197), a quantidade de estudantes matriculados cresceu no período de 1948 a 1969, neste novo espaço escolar, fato atribuído a elevação da população urbana de Uberaba. A seguir apresentamos um gráfico que demonstra o crescimento no número de matrículas da instituição, a partir de 1948, data de reabertura da Terceira Escola Normal:

²² Oscar Niemeyer (1907-2012) foi um arquiteto brasileiro, responsável pelo planejamento arquitetônico de vários edifícios públicos de Brasília, a capital do Brasil. Foi um dos maiores representantes da arquitetura moderna mundial, com mais de 600 obras pelo mundo. Sua principal característica era o uso do concreto, vidro, curvas e vãos livres, com seu estilo inconfundível. Disponível em https://www.ebiografia.com/oscar_niemeyer/

Gráfico 1: Números total de alunos da Escola Normal Oficial de Uberaba de 1948 a 1967.



Fonte: Elaborado pelo autor, baseado nos dados de Guimarães (2012, p. 195).

O Gráfico 1, baseado nos dados levantados por Guimarães (2012, p. 195), de modo geral, possibilitam apontar um crescimento no número de alunos na escola. Cabe ressaltar que tais dados coletados pela autora, teve como referência o mês de março de cada ano letivo. Diante da disponibilidade de quadros quantitativos de número de alunos, a autora, identificou os gêneros masculino e feminino, sendo importante ressaltar que a partir de 1948, as modalidades de ensino abrangeram o curso primário e ginasial, curso normal e curso científico que foi implantado em 1964.

Em relação a gênero, a autora destaca o predomínio de mulheres como elemento “determinante para o desenvolvimento e consolidação de certa identidade histórica da instituição” (Guimarães, 2012, p. 195), uma vez que “foram encontrados, entre os anos de 1948 a 1959, apenas três alunos do sexo masculino, o que comprova a feminização do magistério no contexto das décadas de 1940 e 1950” (Sousa, 2017, p. 117).

A busca por documentos que apontasse dados, acerca do quantitativos de alunos ao longo do período em recorte, apontou para a existência de poucos documentos dessa natureza nos arquivos escolares. Entretanto, alguns registros de matrícula foram encontrados no acervo da escola, demonstrando que a procura por vagas, continuava expandindo.

Os dados da Figura 19, que expressam o quantitativo de alunos matriculados nos anos de 1971 e 1972, apontam, primeiramente, o aumento do número de turmas do ano de 1971 para o ano de 1972, passando de 50 para 57 turmas, refletindo num aumento no número de alunos, de 2.198 no ano de 1971 para 2.720 no ano de 1972.

Pelos dados apresentados, é possível perceber a expansão no número de alunos da escola. Corroborando com está informação, dona Maria Perciliana Teixeira, que trabalhou mais ou menos uns 13 anos na época do professor José Thomaz, como secretária, sinaliza que havia muita procura por vagas na escola, segundo ela:

[...] era uma disputa imensa. Aí, para o aluno conseguir tinha que entrar em seleção. O colégio era muito disputado, muito concorrido. Vinham alunos da cidade toda, de bicicletas, dos bairros mais longe. Muitas vezes, as famílias tinham carro e vinham com o carro, era muito disputada a escola (Pereira, 2024, p. 3).

Figura 19: Alunos matriculados nos anos de 1971 e 1972.

Alunos matriculados no ano de 1971	Alunos matriculados no ano de 1972																																																																																																																						
<p>Colégio Estadual "Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco UBERABA - MINAS GERAIS</p> <p>ALUNOS MATRICULADOS EM 1971 NO CURSO GINASIAL: MATUTINO E NOTURNO</p> <table> <tr><td>1a. série:</td><td>467</td></tr> <tr><td>2a. "</td><td>290</td></tr> <tr><td>3a. "</td><td>237</td></tr> <tr><td>4a. "</td><td>237</td></tr> <tr><td>Total:</td><td>1.231</td></tr> </table> <p>Nº de Diretores: 1 Auxiliares de Diretores: 1 Orientadores ou Supervisores: 1 Prof. Registrados: 49 Prof. outras situações: 19 Prédio próprio: Sim.</p> <p><u>Salas de Aulas</u> Existentes em 1971: 16</p> <p><u>Utilizadas</u> 1º Turno: Matutino: 16, sendo: 15 C/Gin. e 1 C/Cient. 2º " Vespertino: 16, sendo: 10 C/Normal e 6 C/Primário 3º " Noturno: 16, sendo: 11 C/Gin., 1 C/Normal e 4 C/Cient.</p> <p>Uberaba, 5 de maio de 1972.</p> <p>JOSÉ THOMAZ DA SILVA CORRÊA DIRETOR - REG. Nº 8.438</p> <p>NIOLA RIFPOSATI SECRETÁRIO REG. Nº 8.438</p>	1a. série:	467	2a. "	290	3a. "	237	4a. "	237	Total:	1.231	<p>Colégio Estadual "Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco UBERABA - MINAS GERAIS</p> <p>Nº DE CURSOS:</p> <table> <tr><td>1971</td><td>1972</td></tr> <tr><td>Primário</td><td>Primário</td></tr> <tr><td>Ginásial</td><td>Ginásial</td></tr> <tr><td>Científico</td><td>Científico</td></tr> <tr><td>Normal</td><td>Normal</td></tr> <tr><td>-</td><td>Colegial</td></tr> </table> <p><u>MATRÍCULA POR SÉRIE DE CADA CURSO</u></p> <table> <thead> <tr><th></th><th>1971</th><th>1972</th></tr> </thead> <tbody> <tr><td>PRIMÁRIO: 1º Ano:</td><td>43</td><td>70</td></tr> <tr><td>2º Ano:</td><td>43</td><td>40</td></tr> <tr><td>3º Ano:</td><td>36</td><td>40</td></tr> <tr><td>4º Ano:</td><td>95</td><td>89</td></tr> <tr><td>GINASIAL: 1a. Série:</td><td>493</td><td>465</td></tr> <tr><td>2a. Série:</td><td>261</td><td>375</td></tr> <tr><td>3a. Série:</td><td>249</td><td>296</td></tr> <tr><td>4a. Série:</td><td>216</td><td>292</td></tr> <tr><td>CIENTÍFICO 1º Ano:</td><td>136</td><td>-</td></tr> <tr><td>2º Ano:</td><td>48</td><td>40</td></tr> <tr><td>3º Ano:</td><td>32</td><td>46</td></tr> <tr><td>NORMAL 1º Ano:</td><td>229</td><td>-</td></tr> <tr><td>2º Ano:</td><td>137</td><td>232</td></tr> <tr><td>3º Ano:</td><td>137</td><td>125</td></tr> <tr><td>COLEGIAL 1º Ano:</td><td>-</td><td>409</td></tr> </tbody> </table> <p><u>Nº DE TURMAS POR SÉRIE</u></p> <table> <thead> <tr><th></th><th>1971</th><th>1972</th></tr> </thead> <tbody> <tr><td>PRIMÁRIO: 1º Ano:</td><td>1</td><td>2</td></tr> <tr><td>2º Ano:</td><td>1</td><td>2</td></tr> <tr><td>3º Ano:</td><td>2</td><td>2</td></tr> <tr><td>4º Ano:</td><td>2</td><td>2</td></tr> <tr><td>GINASIAL: 1a. Série:</td><td>10</td><td>9</td></tr> <tr><td>2a. Série:</td><td>6</td><td>1</td></tr> <tr><td>3a. Série:</td><td>5</td><td>1</td></tr> <tr><td>4a. Série:</td><td>5</td><td>6</td></tr> <tr><td>CIENTÍFICO 1º Ano:</td><td>3</td><td>-</td></tr> <tr><td>2º Ano:</td><td>1</td><td>3</td></tr> <tr><td>3º Ano:</td><td>1</td><td>1</td></tr> <tr><td>NORMAL: 1º Ano:</td><td>5</td><td>-</td></tr> <tr><td>2º Ano:</td><td>3</td><td>5</td></tr> <tr><td>3º Ano:</td><td>3</td><td>3</td></tr> <tr><td>COLEGIAL: 1º Ano:</td><td>-</td><td>8</td></tr> </tbody> </table> <p>Uberaba, 2 de agosto de 1972.</p> <p>JOSÉ THOMAZ DA SILVA CORRÊA DIRETOR - REG. Nº 8.438</p> <p>NIOLA RIFPOSATI SECRETÁRIO REG. Nº 8.438</p>	1971	1972	Primário	Primário	Ginásial	Ginásial	Científico	Científico	Normal	Normal	-	Colegial		1971	1972	PRIMÁRIO: 1º Ano:	43	70	2º Ano:	43	40	3º Ano:	36	40	4º Ano:	95	89	GINASIAL: 1a. Série:	493	465	2a. Série:	261	375	3a. Série:	249	296	4a. Série:	216	292	CIENTÍFICO 1º Ano:	136	-	2º Ano:	48	40	3º Ano:	32	46	NORMAL 1º Ano:	229	-	2º Ano:	137	232	3º Ano:	137	125	COLEGIAL 1º Ano:	-	409		1971	1972	PRIMÁRIO: 1º Ano:	1	2	2º Ano:	1	2	3º Ano:	2	2	4º Ano:	2	2	GINASIAL: 1a. Série:	10	9	2a. Série:	6	1	3a. Série:	5	1	4a. Série:	5	6	CIENTÍFICO 1º Ano:	3	-	2º Ano:	1	3	3º Ano:	1	1	NORMAL: 1º Ano:	5	-	2º Ano:	3	5	3º Ano:	3	3	COLEGIAL: 1º Ano:	-	8
1a. série:	467																																																																																																																						
2a. "	290																																																																																																																						
3a. "	237																																																																																																																						
4a. "	237																																																																																																																						
Total:	1.231																																																																																																																						
1971	1972																																																																																																																						
Primário	Primário																																																																																																																						
Ginásial	Ginásial																																																																																																																						
Científico	Científico																																																																																																																						
Normal	Normal																																																																																																																						
-	Colegial																																																																																																																						
	1971	1972																																																																																																																					
PRIMÁRIO: 1º Ano:	43	70																																																																																																																					
2º Ano:	43	40																																																																																																																					
3º Ano:	36	40																																																																																																																					
4º Ano:	95	89																																																																																																																					
GINASIAL: 1a. Série:	493	465																																																																																																																					
2a. Série:	261	375																																																																																																																					
3a. Série:	249	296																																																																																																																					
4a. Série:	216	292																																																																																																																					
CIENTÍFICO 1º Ano:	136	-																																																																																																																					
2º Ano:	48	40																																																																																																																					
3º Ano:	32	46																																																																																																																					
NORMAL 1º Ano:	229	-																																																																																																																					
2º Ano:	137	232																																																																																																																					
3º Ano:	137	125																																																																																																																					
COLEGIAL 1º Ano:	-	409																																																																																																																					
	1971	1972																																																																																																																					
PRIMÁRIO: 1º Ano:	1	2																																																																																																																					
2º Ano:	1	2																																																																																																																					
3º Ano:	2	2																																																																																																																					
4º Ano:	2	2																																																																																																																					
GINASIAL: 1a. Série:	10	9																																																																																																																					
2a. Série:	6	1																																																																																																																					
3a. Série:	5	1																																																																																																																					
4a. Série:	5	6																																																																																																																					
CIENTÍFICO 1º Ano:	3	-																																																																																																																					
2º Ano:	1	3																																																																																																																					
3º Ano:	1	1																																																																																																																					
NORMAL: 1º Ano:	5	-																																																																																																																					
2º Ano:	3	5																																																																																																																					
3º Ano:	3	3																																																																																																																					
COLEGIAL: 1º Ano:	-	8																																																																																																																					

Fonte: Acervo Escola Estadual Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco.

Em função do aumento no número de matrículas, houve necessidade de se pensar no espaço escolar para abrigar mais alunos. Um ofício produzido pela escola datado de 23 de agosto de 1972, direcionado à Chefe de Seção do Ensino de 2º Grau, percebemos uma alteração em relação a dimensão da escola, que passou a ser composta por dezenove

turmas em cada turno, totalizando cinquenta e sete turmas, para tanto houve necessidade de ampliar o número de funcionários a fim de atender a nova demanda, conforme disposto na figura a seguir:

Figura 20: Quadro com número de salas por turno e número de funcionários – Agosto/1972.

Atendendo ao seu of. circular nº 283/72 de 16/8/72, informamos-lhe que o nosso Educandário possui no corrente a no letivo:

Nº de Classes por turno:	Matutino:	19
	Vespertino:....	19
	Noturno:.....	19
Nº de serventes nomeados:	6
Nº de serventes contratados:...	2 (sendo 1 substituto)	
Nº de zeladores nomeados:.....	Nenhum	
Nº de zeladores contratados:...	Nenhum	
Nº de Inspetor de Alunos nomeados:	4	
Nº de Inspetor de Alunos contratados:	Nenhum.	

Fonte: Acervo Escola Estadual Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco.

Ainda em relação ao quantitativo de alunos, tem-se um levantamento datado de 10 de novembro de 1972, demonstrando o número de alunos nos cursos ofertados naquele ano, como podemos observar:

Figura 21: Levantamento de Dados dos Estabelecimentos de Ensino de 2º Grau.

CURSOS	MATRÍCULAS				TOTALS		MATRÍCULAS		
	1ª	2ª	3ª	4ª	H	M	Manhã	Tarde	Noite
Gin. Matutino	260	211	184	145	266	534	800	-	-
" Noturno	204	160	153	144	295	366	-	-	661
Colegial Matut.	106	-	-	-	65	41	106	-	-
" Vesp.	200	-	-	-	-	200	-	200	-
" Not.	110	-	-	-	56	54	-	-	110
Científico Mat.	-	51	-	-	34	17	51	-	-
" Not.	-	92	47	-	113	26	-	-	139
Normal Vesp.	-	182	127	-	-	309	-	309	-
" Not.	-	54	-	-	1	53	-	-	54
-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

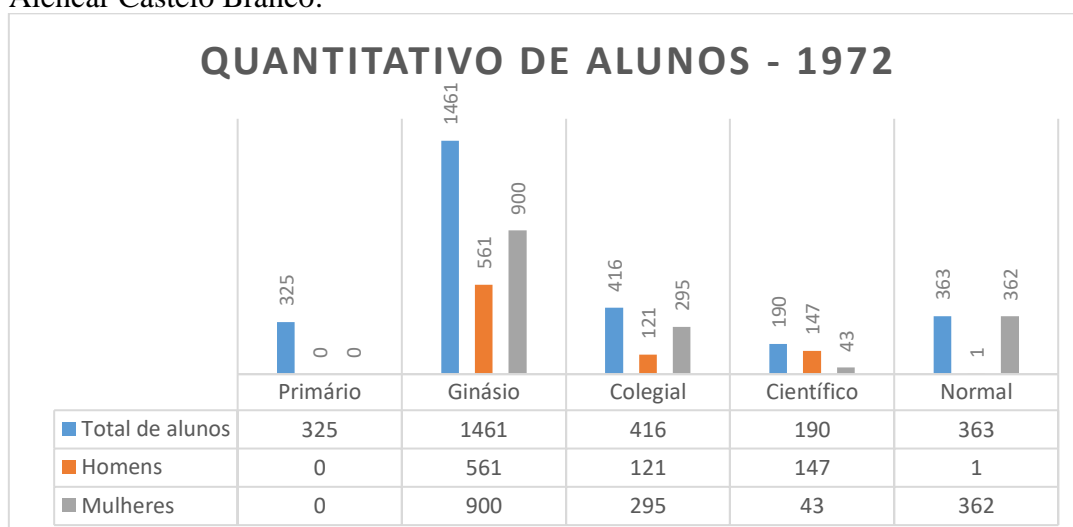
Fonte: Acervo da Escola Estadual Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco.

Desse quadro podemos observar uma somatória de 1.461 alunos na ginásial matutino e noturno, 416 alunos no colegial matutino, vespertino e noturno, 190 no

científico matutino e noturno, 363 alunos no normal vespertino e noturno, totalizando 2.430 alunos nos três turnos escolares.

Nesse quadro pode ser observado o quantitativo por gênero nos cursos, em que do total de 2.430 alunos, 830 homens e 1600 mulheres, sendo nítido que a composição do quadro de alunas mulheres era praticamente o dobro do número de alunos homens. Podemos inferir, assim, que nos quatro anos finais do Ginásio, 1º grau, somavam-se os 1.461 e nas séries do 2 grau (colegial, científico e normal) somavam-se 969 alunos, sendo 269 homens e 700 mulheres. Outro fato desses números é presença de somente um homem no Normal noturno, dentre o total de 363 alunos. Esses dados são apresentados em percentuais no gráfico a seguir:

Gráfico 2: Quantitativo de alunos – 1972 – Colégio Estadual Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco.



Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Encontramos ainda no acervo o número de alunos matriculados no curso primário, entretanto como apresentado no gráfico acima, os dados são em número absoluto, não registros do quantitativo de meninas e meninos que frequentaram esse curso.

O documento também faz referência as questões pedagógicas (subentende-se que esteja ligado a metodologia de ensino, material didático, pois o documento não traz esse detalhamento), as condições do aparelhamento pedagógico eram consideradas boas, isto é, entre os quesitos ótimo, bom, regular e deficiente. Sobre a prática de educação física, a qualidade das sessões eram tidas como ótimas e com a realização de exames biométricos. Sobre as atividades cívicas, são mencionadas que somente no primeiro semestre de 1972 foram realizadas 10 sessões cívicas, as quais tinham por objetivos

“Incrementar o civismo entre os alunos”, com sessões avaliadas na condição de ótimas, essa questão muito provavelmente, está relacionada ao contexto político da época, sendo a escola um instrumento importante para a disseminação das ideias nacionalistas, e que neste caso, o professor José Thomaz, seguia as diretrizes do governo do período.

O referido documento também registra os dados sobre o espaço escolar, onde são apresentadas as quantidades de salas de aulas e as suas dimensões, sendo assim descritas: 3 salas de 47m², 6 salas de 49 m², 1 sala de 51 m², 8 salas de 55 m² e 1 sala de 57 m². A diretoria com 22 m², a secretaria com 67 m², a sala dos professores com 49 m², a biblioteca com 60 m², sendo inexistente salas de desenho e laboratórios.

O documento também registra o mobiliário das salas de aulas, indicando a existência de 19 mesas e 850 carteiras. Podemos notar que o número máximo de alunos indicados por turno era de 800 alunos, como vimos recentemente.

Dentre outros mobiliários das demais dependências do prédio escolar, são citados: na Secretária: 13 arquivos de aço, 2 mesas de aço, 2 mesas de cadeiras, 5 cadeiras, 2 ventiladores, 1 relógio de parede e 1 máquina de escrever; na Biblioteca: 6 estantes de metal, 24 estantes de madeiras, 3 mesas de madeira, 30 cadeiras, 1 escrivaninha de madeira, 1 escada e 1 ventilador; na Diretoria: 2 mesas de aço, 1 arquivo, 1 armário, 2 poltronas, 2 cadeiras e 2 ventiladores; na Sala dos Professores: 2 mesas de aço, 3 sofás, 3 poltronas e 8 cadeiras.

Sobre o levantamento dos materiais de laboratório, foi apontado a existência de reagentes químicos, os quais descritos e separados por ácidos, fases, sais, óxidos, metais e elementos livres, indicadores, corantes, reagentes e química orgânica, e as vidrarias. Tais itens apontam para uma escola que possuía um laboratório e, por conseguinte, as aulas práticas das disciplinas de ciências da natureza (química, física e biologia).

O documento que trata do levantamento, também aborda a questão da disciplina de educação física, indicando que a prática esportiva, era realizada no pátio e a quadra de esportes. Acreditamos que a educação física tenha constituído em um dos diferenciais da prática escolar, como podemos notar em diversos momentos do nosso estudo, estendendo desde as aulas às competições esportivas. Acreditamos, ainda, que o gosto pessoal pelos esportes, por parte do então diretor José Thomáz e que está registrado em sua biografia, tenha sido um grande impulsionador dessas atividades escolares, aliado ao corpo docente empenhado nessas ações pedagógicas, mas sem perder de vista o contexto político da época que valorizava essas práticas.

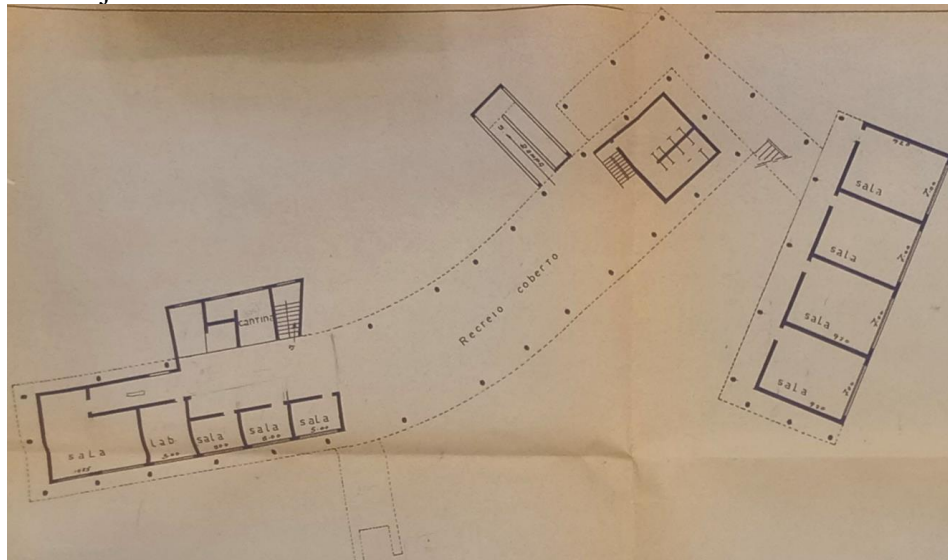
O levantamento fala também sobre corpo docente, indicando um número de 40 professores registrados e 31 professores autorizados, ou seja, que ainda não possuíam registro do Ministério da Educação (MEC), mas que estavam no aguardo desse documento que era expedido pelo órgão responsável. Entre os professores cursando o nível superior, temos o seguinte registro: 8 professores cursando Matemática, 2 cursando Física, 2 cursando Biologia, 7 cursando Letras, 3 cursando Química, 3 cursando Ciências e 2 cursando Geografia. Ao listar os graus de instrução e as especialidades profissionais dos professores, são mencionados o quantitativo de 36 professores, sendo 7 de Filosofia referente a Letras, 1 de História Natural, 1 de Filosofia, 4 de Educação Física, 1 de Sociologia, 2 de Geografia, 1 de Psicologia, 3 de Pedagogia, 2 de História, 2 de Engenharia, 1 de Odontologia, 1 de Medicina, 2 de Educação Musical e 8 de Direito. Podemos inferir que essas informações, indicam a excelência do corpo docente na época do professor José Thomaz e talvez por isso mesmo, a disputa por vagas nesse estabelecimento de ensino era grande.

Encontramos também no acervo da escola, uma pasta na qual estava arquivada vários documentos referentes ao prédio escolar. Nesta pasta havia um projeto denominado Levantamento do Prédio, datado de janeiro de 1978, onde encontramos a planta baixa do edifício com as divisões da parte térrea e do pavimento superior. Podemos notar a ampliação de oito salas, sendo quatro salas no piso térreo e quatro no pavimento superior, construídos como um anexo, descaracterizando a obra de Oscar Niemeyer²³. Essa expansão na escola também ajuda a confirmar que a procura por vagas na instituição e por isso a necessidade de ampliação.

Na planta do pavimento térreo, podemos observar a entrada da escola, com o arco do projeto inicial do Oscar Niemeyer, salas de aulas, laboratório, cantina, corredores, rampa banheiros, pátio coberto e quatro salas de aulas do anexo de ampliação.

²³ Oscar Niemeyer (1907-2012) foi um arquiteto brasileiro, responsável pelo planejamento arquitetônico de vários edifícios públicos de Brasília, a capital do Brasil. Foi um dos maiores representantes da arquitetura moderna mundial, com mais de 600 obras pelo mundo. Sua principal característica era o uso do concreto, vidro, curvas e vãos livres, com seu estilo inconfundível. Disponível em https://www.ebiografia.com/oscar_niemeyer/

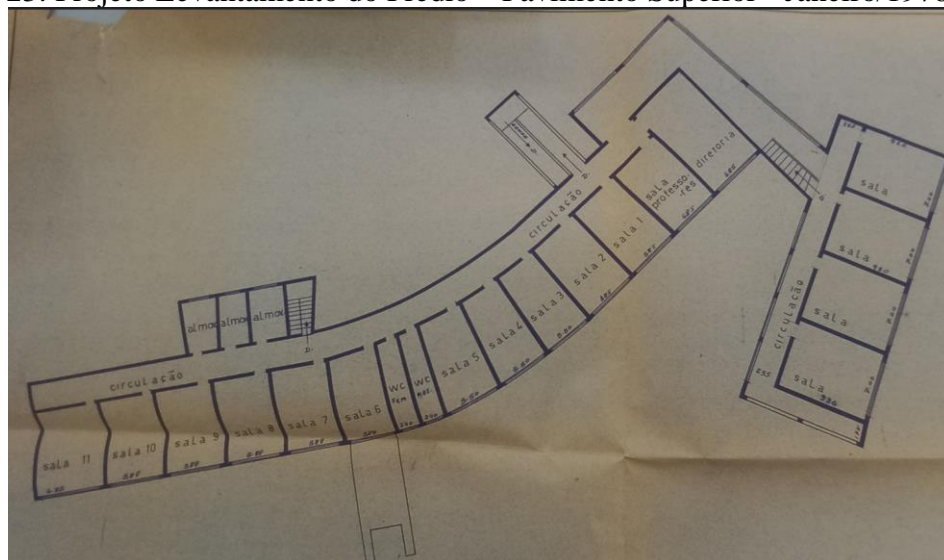
Figura 22: Projeto Levantamento do Prédio – Pavimento Térreo – Janeiro/1978.



Fonte: Arquivo Escola Estadual Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco.

No pavimento superior, conforme a planta baixa, na circulação/corredor principal, encontram-se onze salas de aulas, banheiros, almoxarifados, escadas de acesso, rampa e sala dos professores e diretoria, bem como as quatro salas de aulas do anexo de ampliação.

Figura 23: Projeto Levantamento do Prédio – Pavimento Superior - Janeiro/1978.



Fonte: Arquivo Escola Estadual Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco.

Outro dado interessante encontrado no acervo da escola datado de 1978, trata do nível socioeconômico dos pais dos alunos da escola e que resultaram em duas tabelas, uma do nível econômico e outra do nível cultural, nas Figuras 24 e 25, a seguir:

Figura 24 – Tabela I – Nível econômico dos pais da Escola Estadual Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco – em 1978 – Uberaba.

T A B E L A I

NÍVEL ECONÔMICO DOS PAIS DOS ALUNOS DA ESCOLA ESTADUAL "MARECHAL
HUMBERTO DE ALENCAR CASTELO BRANCO" - EM 1978 - UBERABA'

(EM MILHARES R \$)

Turnos	Renda Familiar	0 a 3,0	3,1 a 6,0	6,1 a 9,0	9,1 a 12,0	12,1 a 15,0	acima de 15,0
M A T U T I N O		241	218	82	52	24	51
V E S P E R T I N O		256	177	66	34	20	18
N O T U R N O		322	124	38	14	01	02
T O T A L		819	519	186	100	45	71

Fonte: Acervo Escola Estadual Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco

Figura 25 – Tabela II – Nível cultural dos pais da Escola Estadual Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco – em 1978 – Uberaba.

T A B E L A II

NÍVEL CULTURAL DOS PAIS DOS ALUNOS DA ESCOLA ESTADUAL "MARECHAL
HUMBERTO DE ALENCAR CASTELO BRANCO" - EM 1978 - UBERABA -

(EM MILHARES)

Turnos	1ª à 4ª s.		5ª à 8ª s.		2ª Grau		3ª Grau	
	Pai	Mãe	Pai	Mãe	Pai	Mãe	Pai	Mãe
M A T U T I N O	308	383	100	108	126	151	103	34
V E S P E R T I N O	284	322	139	149	65	94	71	94
N O T U R N O	221	360	67	74	30	17	07	04
T O T A L	813	1065	306	331	221	262	181	132

F O N T E :
Questionário distribuído aos alunos.

Fonte: Acervo Escola Estadual Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco

Na Tabela I, Figura 24, o total de respostas foi de 1.740 e a na Tabela II o total de respostas foi 3.311, uma vez que nessa última, somaram as respostas dos pais e mães, 1.521 e 1.790, respectivamente. Pelas tabelas, o levantamento fora realizado por turnos, matutino, vespertino e noturno, sem distinção de séries ou turmas, mas, de uma caracterização geral.

Na interpretação da Escola, sobre a Tabela 1, a maior frequência dos pais na variação salarial de até Cr\$ 3.001,00 significaria baixa rentabilidade e, conseqüentemente, condições de carestia para sobrevivência e 402 estariam entre as rendas de no mínimo Cr\$ 6.001,00, ultrapassando os Cr\$ 15.000,00. Sendo destacado discrepância das condições econômicas entre os turnos matutino e vespertino juntos em detrimento do noturno, apontando condições salariais mais baixas, mesmo com o acréscimo da renda dos filhos.

Na interpretação da Escola, sobre a Tabela II, Figura 25, o nível cultural dos pais predominava a escolaridade de 1ª à 4ª série, e para os demais níveis haveria correlação.

Assim, na conclusão da escola, a situação socioeconômica dos pais reflete, de forma decisiva, na população da escola, a qual fora caracteriza nos níveis econômicos e cultura de médio para baixo. Sobre as profissões dos pais, são apontadas como diversificadas, com presença de lavradores, pecuaristas, comerciários, professores, industriais, profissionais liberais e operários de setores variados. Em relação aos pais do turno noturno, o registro aponta que a maioria trabalhava, indicando uma média de 85% a 90% tanto para a própria sobrevivência quanto para auxílio familiar, sendo constatado baixa rentabilidade profissional dos pais, com dificuldade no mercado de trabalho, embora o nível cultural fosse razoável.

Outrossim, a renda familiar de 0 a Cr\$ 3.000,00 abrangia 47% dos pais (819 respostas), de Cr\$ 3.001,00 a Cr\$ 6.000,00 abrangia 30% (519 respostas), de Cr\$ 6.001,00 a Cr\$ 9.000,00 abrangia 11% (186 respostas), de Cr\$ 9.001,00 a Cr\$ 12.000,00 abrangia 6% (100 respostas), de Cr\$ 12.001,00 a Cr\$ 15.000,00 abrangia 2% (45 respostas), e acima de Cr\$ 15.000,00 abrangia 4% (71 respostas). Em relação à escolaridade, a 1ª à 4ª série abrangeram 53% dos pais (813) e 60% das mães (1065), a 5ª à 8ª série abrangeram 20% dos pais (306) e 18% das mães (331), o 2º grau, 15% dos pais (221) e 15% das mães (262) e no 3º grau 12% dos pais (181) e 7% das mães (132). Assim, esse recorte, do ano de 1978, mostra, que até o 2º grau, as mães de alunos da Escola Estadual Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco possuíam mais escolaridade, sendo os pais detentores de escolaridade de 3º grau em detrimento das mães.

Os dados socioeconômicos referente a década de 1970, corroboram com estudo realizado anteriormente que sinalizou que “a escola também conseguiu garantir a educação dos filhos e filhas das famílias menos abastadas, elevando o seu *status* social e seu prestígio” (Sousa, 2017, p. 136).

A investigação sinaliza uma participação importante do Professor José Thomaz, na melhoria desse espaço escolar, pois embora em sua biografia, sinalizasse a falta de recursos por parte do Estado, tendo a colaboração voluntária da comunidade escolar e também por meio de campanhas, desenvolvidas a partir de festividades escolares, como, comercialização de lanche na escola entre outros. Havia ainda uma colaboração anual, que, segundo alguns entrevistados, também ajudava na manutenção da escola.

A respeito dessa questão, em buscas feitas no acervo da escola, encontramos em algumas pastas de discentes, registros de pagamento de taxa anual anexadas a requerimento de matrícula, indicando para a seguinte referência de valores: no ano de 1975 o valor de Cr\$ 30,00 (trinta cruzeiros); no ano de 1976 o valor de Cr\$ 40,00 (quarenta cruzeiros); no ano de 1977 o valor de Cr\$ 40,00 (quarenta cruzeiros); e no ano de 1978 o valor de Cr\$ 50,00 (cinquenta cruzeiros). Pagamentos efetuados no banco BEMGE – Banco do Estado de Minas Gerais – para crédito da Caixa Escolar da Escola Estadual Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, conforme podemos observar a seguir:

Figura 26 – Comprovantes mensalidade Caixa Escolar Colégio Estadual Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco

The figure displays four bank deposit receipts (Comprovante de Depósito) from BEMGE (Banco do Estado de Minas Gerais) for the Caixa Escolar da Escola Estadual Marechal Humberto A. C. Branco. The receipts are for the years 1975, 1976, 1977, and 1978, with values of Cr\$ 30,00, Cr\$ 40,00, Cr\$ 40,00, and Cr\$ 50,00 respectively. Each receipt is signed by Roseli de Oliveira.

Ano	Valor do Depósito (Cr\$)
1975	30,00
1976	40,00
1977	40,00
1978	50,00

Fonte: Acervo Escola Estadual Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco

Sem sombras de dúvidas, pressupomos que as melhorias foram realizadas com a colaboração financeira da comunidade escolar, alcançando aplicações em todos os segmentos da escola, como uniformes, instrumentos musicais, pagamentos de colaboradores, sejam professores ou instrutores de fanfarra, materiais esportivos, materiais escolares, enfim, todo aparato de necessidade de uma unidade escolar.

A fala de uma das entrevistadas também corrobora com essa questão, de que a escola não cobrava taxas ou mensalidade, conforme explicito na fala da egressa Sheila Maria Ottaiano, professora de canto até 1972, “Nem um tostão. Não. A Escola Normal nunca cobrou. [...] o povo contribuía sem problema”.

O depoimento do ex-aluno André Luiz Amuí Brasil, que estudou na escola em 1973, corrobora com essa questão, informando que:

Não, nada. Escola de graça mesmo, pública, e entrar não era fácil não, viu. Eu porque já estudava em escola pública em Conquista e também tinha estudado em escola pública em Belo Horizonte, eu estudei no Pandiá Calógeras [Escola Estadual Pandiá Calógeras] e no Doutor Lindolfo em Conquista. Então, naquela época, o meu pai entrou com pedido de vaga e eu consegui estudar lá no Castelo Branco. (Brasil, 2024, p. 6)

O que podemos perceber, a partir da documentação encontrada e de alguns depoimentos colhidos para esta investigação, é que, o professor José Thomáz, ao assumir o cargo de diretor do referido estabelecimento de ensino, buscou empreender melhorias, a fim de atender da melhor maneira possível, os alunos que ali chegavam. O fato do professor José Thomaz ter boas relações em vários setores da sociedade uberabense, inspirava confiança na condução do cargo assumido, depois de tantos problemas pela quais a escola passou. Nesse movimento de uma nova direção, percebe-se o compromisso do professor em relação a educação, a cultura e também nos esportes escolares, o qual era um grande incentivador. No próximo capítulo, vamos conhecer um pouco mais sobre o diretor e como alunos e professores entendiam o seu papel a frente da escola.

CAPÍTULO 3

Na época do Zé Thomaz...

Como professor, José Thomaz buscou novos caminhos, novas estratégias de ação na educação, valorizando muito a presença do aluno na escola, na sala de aula. Para êle uma escola sem fanfarra, se alunos, sem equipes esportivas, é com um jardim sem flores. O aluno precisa vibrar, ter entusiasmo de ir a aula, defender coisas de sua escola. O aluno que ama a escola é um aluno feliz, que vai para sala de aula satisfeito e absorve muito mais o aprendizado, porque ele gosta de ser aluno. A obra do educador é obra de amor. José Thomaz é um professor com muito orgulho, é apaixonado pelo magistério e adora ser professor. Muitos alunos que passaram por suas lições, hoje são excelentes profissionais. Somente na Faculdade de Odontologia lecionou durante 08 anos, sendo responsável pela formação de mais de 500 alunos. No Colégio Castelo Branco, antiga Escola Normal, iniciou quando tinha apenas 800 alunos...E entregou o cargo de diretor com a escola possuindo mais de 2500 alunos. Durante o período do Castelo Branco redefiniu aquela escola pública, que estava desacreditada, levando-a para o caminho do esporte, desfiles, campo científico, pesquisas, enfim, incentivando uma maior participação do aluno.

(Livreto Vida e Obra de José Thomaz, s/d)

Considerações Iniciais

O trecho citado, integrante de material biográfico, com a finalidade de discorrer sobre a vida e a obra do Professor José Thomaz, de autoria desconhecida, apresenta-se sem data de publicação, disponibilizada em contato com seu acervo pessoal teve a intencionalidade clara de apresentar a biografia, a trajetória e as realizações acadêmicas e profissionais do referido professor para as eleições municipais do ano de 1988. Material esse, em formato de história em quadrinhos, colorido e em formato realista aliado a minibiografia *Pedagogia Familiar*, de autoria própria, do ano de 2006, serviram de embasamento para nossa escrita desse capítulo. Somaram-se as essas publicações, as

fontes documentais presentes no arquivo da escola, com as fontes da imprensa escrita, os jornais Lavoura e Comércio, Correio Católico e o Jornal da Manhã. Como também, a pesquisa nos prontuários funcionais arquivados na própria escola e na Prefeitura Municipal de Uberaba.

Desse modo, adentrando no último capítulo, e visando a contemplação dos objetivos da pesquisa e da questão problematizadora, no presente capítulo seguirão os seguintes tópicos: biografia do Professor José Thomaz da Silva Sobrinho, trajetória do Professor José Thomaz da Silva Sobrinho e a Escola Estadual Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco no cenário uberabense na direção do Professor José Thomaz.

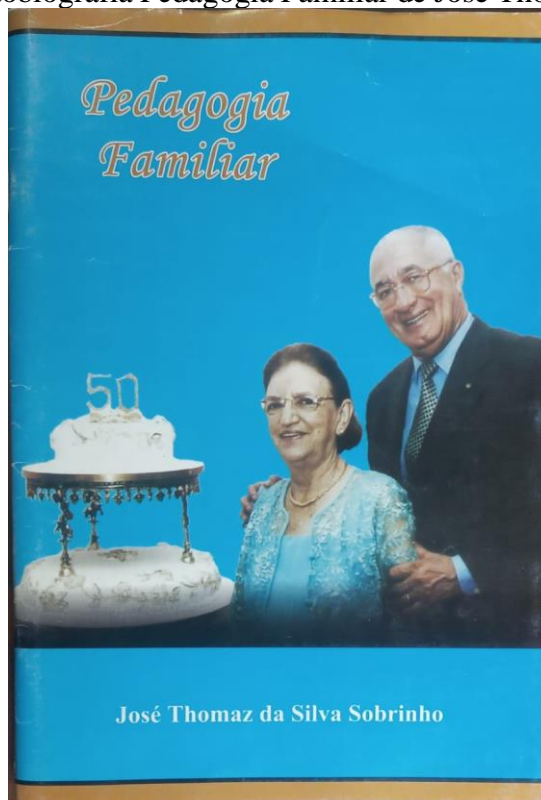
Seguindo essa divisão, na biografia priorizamos a âmbito familiar, pessoal e religioso, na trajetória, focamos o âmbito acadêmico, profissional e político e, no último tópico, a estreita relação entre a Escola Castelo Branco e o Professor José Thomaz, pelas vozes dos entrevistados, sendo ambos correlacionados com as fontes pesquisadas.

3.1. Biografia do Professor José Thomaz da Silva Sobrinho

Nessa seção, priorizaremos o âmbito da origem familiar, trajetória pessoal e religiosa.

No transcorrer da pesquisa, deparamos com uma pequena autobiografia, escrita pelo próprio Professor José Thomaz da Silva Sobrinho, sobre sua trajetória pessoal e profissional, intitulada *Pedagogia Familiar*, editada no ano de 2006, conforme podemos acompanhar a capa na imagem a seguir, a qual serviu de um norte para uma maior compreensão acerca da biografia e da trajetória do Professor.

Figura 27: Capa da autobiografia *Pedagogia Familiar* de José Thomaz da Silva Sobrinho.



Fonte: Arquivo pessoal de José Thomaz da Silva Sobrinho.

José Thomaz da Silva Sobrinho, nasceu no município de Uberaba, Minas Gerais em 20 de agosto do ano de 1932, filho de Joaquim Thomaz da Silva e Maria Pia da Silva. Em seus próprios dizeres, “nasci no dia 20 de agosto, do ano de 1932, numa pequena propriedade rural dos meus pais e de minha avó, às margens do ribeirão de Santo Inácio, município de Uberaba” (Silva Sobrinho, 2006, p. 7).

Sobre a vivência familiar, a sua autobiografia indica em um primeiro momento que estavam fixados na zona rural, vivendo em sítio com a avó Maria Pia da Silveira e que, posteriormente, mudaram-se para a cidade, quando seu irmão mais velho estava com oito anos e ele seis, a fim de dar continuidade aos seus estudos, uma preocupação dos pais, instalando-se no bairro São Benedito, na rua Capitão Manoel Prata. Pelos dizeres do próprio José Thomaz,

Quando o meu único irmão Elcy completou 8 anos, e eu chegava aos 6, meus pais pensando nos nossos estudos, transferiram-se para Uberaba. O sítio ficou sendo administrado pela vovó Carumba, pessoa importante na formação dos netos, pois ela e meus pais, com muito sacrifício, compraram uma residência na rua Capitão Manoel Prata, por onze contos de réis (Silva Sobrinho, 2006, p. 7).

Sobre o ensino primário, José Thomaz e seu irmão, frequentaram a extinta escola municipal Alaor Prata²⁴, tendo concluído a quarta série no Grupo Escolar Minas Gerais²⁵ no ano de 1944.

José Thomaz, destaca que concluiu seus estudos em nível médio no Colégio Triângulo Mineiro²⁶, de propriedade do Sr. Mário Palmério²⁷, sendo apadrinhado pelo Sr. Afrânio de Azevedo²⁸, concluindo o ginásio no de ano de 1948 e o científico no ano de 1951, nesse estabelecimento de ensino.

A autobiografia, indica que fazia parte da Maçonaria e que concluiu a primeira graduação pela Faculdade de Odontologia no de 1954. Durante o curso de Odontologia, casou-se com Teresinha Queiroz Silva, em 17 de janeiro de 1953. Do casamento, tiveram três filhas, Márcia Queiroz Silva, Lídia Queiroz Silva e Nice Queiroz Silva. Do casamento das filhas, tiveram 8 netos: Juliana, Thiago, Fabiano, José Nelson, Marcela, Marina, Marco Augusto e Mariana.

As três filhas cursaram o ensino fundamental na Escola Estadual Minas Gerais e os ensinos fundamental e médio na Escola Estadual Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco. E, “ao lado do ensino formal, eis que paralelamente no especial aprenderam o piano no Conservatório Estadual de Música Renato Frateschi. E curiosamente, tornaram-se professoras, mais tarde, dessas duas escolas estaduais” (Silva Sobrinho, 2006, p. 25).

A prática esportiva constitui-se em importante pauta na vida do Professor José Thomaz. De acordo com seus próprios dizeres, afirmara que

²⁴ Não há registros de quando a referida escola foi implantada e nem o ano de seu fechamento. Alguns poucos registros, sinalizam que nos anos de 1931 e 1932, a escola estava em funcionamento.

²⁵ O Grupo Escolar Minas Gerais, hoje Escola Estadual Minas Gerais, foi o 2º grupo escolar de Uberaba/MG. Entende-se por grupo escolar o modelo de organização do ensino primário criado a partir do final do século XIX e que passou a ser símbolo da educação republicana. O Grupo Escolar Minas Gerais foi criado em 4/10/1927, mas só começou a funcionar em 1944. Disponível em <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/13903>

²⁶ O Colégio nasce, a princípio, com a denominação de Liceu do Triângulo Mineiro, permanecendo com essa denominação até 1942, quando requereu inspeção prévia para oferecer o 1º ciclo do ensino secundário – o Ginásial. Após a publicação do Decreto nº 22.523, de 27 de janeiro de 1947, o Ginásio Triângulo Mineiro recebeu autorização para funcionar como Colégio Triângulo Mineiro. Disponível em <https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/view/11812/8291>

²⁷ Mário Palmério começou a vida de educador como professor de Matemática. Formou-se na Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo. Fundou o Liceu do Triângulo Mineiro em Uberaba, ofertando o curso de madureza, um cursinho preparatório para carreira bancária e um curso para exames de admissão. Em 1940, obteve autorização federal para a criação de um curso secundário. Nascia aí o *Ginásio Triângulo Mineiro*. Disponível em https://uniube.br/mariopalmerio/quem_foi/bio01.php

²⁸ Afrânio de Azevedo: agricultor e pecuarista Disponível em <https://diariodeuberlandia.com.br/coluna/3710/afranio-azevedo-2#:~:text=Afr%C3%A2nio%20Azevedo%20nasceu%20em%20Uberaba,que%20executava%20com%20qualquer%20m%C3%A3o.>

Desde criança fiz opção pelo futebol de campo, prática desenvolvida pelas classes menos privilegiadas. Jovem ainda já dirigia o Corinthians, time varzeano do Parque Bom Retiro. Eu, como o dono do time e das camisas, era o primeiro a pegar a de número 9, para depois distribuir as demais, estratégia de quem não é bom de bola. Elaborei com os demais atletas muitos campeonatos varzeano, e o nosso time infantil obteve muito sucesso contra os principais rivais Ipiranga (Vila Maria Helena), América (Abadia). Joguei futebol, a minha grande paixão, no time dos Bancários, no Aspirante do Uberaba Sport e no esquadrão veterano dos Dentistas. Por fim, encerrei a minha trajetória futebolística, no futsal do Estadual, colégio onde eu era o Diretor. Fui Presidente do Nacional Futebol Clube, Diretor de Esportes e Vice-Presidente do Uberaba Sport Clube. Vale a pena!... (Silva Sobrinho, 2006, p. 51-52).

Percebe-se por parte do Professor José Thomaz, de uma forma, o seu gosto e encantamento pelo esporte, indicando a sua participação em diversas modalidades esportivas.

A autobiografia do professor José Thomaz, também registra a sua participação no movimento espírita ainda adolescente, influenciado por seu pai, o Sr. Joaquim Cassiano, que foi integrante da primeira diretoria do Centro Espírita Vicente de Paulo, fundado em 1942. De acordo com sua autobiografia, já mais velho, passou a dar suporte ao médium Chico Xavier, quando da sua transferência de Pedro Leopoldo-MG para Uberaba-MG, no ano de 1959, bem como, cumprido atividades assistenciais com idosos e crianças.

Ainda no começo do ano de 1959, fora inaugurado, em 11 de janeiro de 1959, o Lar dos Velhinhos “Bezerra de Menezes” e a Escola Primária “Vicente de Paulo”, pela diretoria do referido centro espírita, sob a presidência de José Thomaz da Silva Sobrinho (Baccelli, 1998, p. 38-46).

Cabe destacar o seu envolvimento no processo de sistematização da Aliança Municipal Espírita, fundada em 9 de outubro de 1960, e nas publicações do periódico *A Flama Espírita*, em fins da década de 1950, do qual fora diretor e articulista (Baccelli, 1987, p. 44-55).

O Professor José Thomaz permaneceu desempenhando suas atividades religiosas e estudos sistematizados da doutrina espírita, ao longo da vida, constituindo-se em nome de importância nas atividades do movimento espírita da cidade.

Quando do seu falecimento e sepultamento, em 01 de dezembro de 2023, seu corpo fora velado na sede do Centro Espírita Vicente de Paulo. Além disso, pela sua trajetória e legado à cidade de Uberaba, foi decretado luto oficial no município por três dias, conforme decreto a seguir:

DECRETO Nº 4.914, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2023.

Decreta Luto Oficial no Município de Uberaba.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE UBERABA, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o falecimento de José Thomaz da Silva Sobrinho, e

CONSIDERANDO que José Thomaz da Silva Sobrinho, nasceu na cidade Uberaba/MG e formou-se em odontologia, pela Faculdade de Odontologia do Triângulo Mineiro;

CONSIDERANDO que José Thomaz da Silva Sobrinho, exerceu a odontologia na Secretaria Estadual de Saúde de Uberaba;

CONSIDERANDO que José Thomaz da Silva Sobrinho, foi presidente fundador da Associação Brasileira de Odontologia em 1961;

CONSIDERANDO que José Thomaz da Silva Sobrinho atuou como professor na faculdade de Odontologia do Triângulo Mineiro e na Escola Estadual Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, a qual também dirigiu;

CONSIDERANDO que José Thomaz da Silva Sobrinho foi Delegado na Superintendência Regional de Ensino;

CONSIDERANDO que José Thomaz da Silva Sobrinho presidiu a Fundação Cultural de Uberaba de 1997 a 2003;

CONSIDERANDO que José Thomaz da Silva Sobrinho foi Secretário de Educação, Saúde e Assistência da Prefeitura Municipal de Uberaba;

CONSIDERANDO que José Thomaz da Silva Sobrinho articulou a criação de relevantes serviços para a comunidade uberabense;

CONSIDERANDO que o passamento de José Thomaz da Silva Sobrinho trouxe comoção e enluta a comunidade uberabense;

CONSIDERANDO que cumpre ao Poder Público homenagear a memória de pessoas que contribuem para a sociedade,

DECRETA:

Art. 1º É decretado Luto Oficial no Município de Uberaba nos dias 01, 02 e 03 de dezembro de 2023.

Art. 2º O Pavilhão Nacional será hasteado no Paço Municipal.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Uberaba (MG), 01 de dezembro de 2023.

ELISA GONÇALVES DE ARAÚJO

Prefeita (Porta-Voz, 01/12/2023, p. 2)

Ao ser decretado o luto oficial, isso reforça o reconhecimento de sua atuação em várias frentes na cidade de Uberaba. O seu legado acadêmico e profissional será abordado na próxima seção.

3.2. Trajetória do Professor José Thomaz da Silva Sobrinho

Nessa seção, discorreremos sobre a trajetória do Professor José Thomaz, tanto no âmbito acadêmico, quanto no campo político.

A trajetória profissional do Professor José Thomaz, inicia, conforme ele mesmo escreve, ainda na infância, discorrendo que,

Comecei a trabalhar aos 10 anos de idade como catador de esterco de cavalo (estrume de gado ou de cavalo) nas áreas verdes da cidade.

Já naquela época, meu irmão e eu, intercalávamos aquele serviço com o de vendedor ambulante de rosas (o nosso quintal tinha quatro lindas roseiras), com o vendedor de frangos e de ovos. Tudo isso batendo de porta em porta. Aos 12 anos, ainda sem carteira assinada, trabalhei na Tinturaria Rossi da rua Tristão de Castro; na venda de Trida, o “seo Neca”, onde funciona hoje o bar do Lázaro (esquina da rua Capitão Manoel Prata com a José de Alencar) e no açougue do senhor Iderlino, hoje do seu filho Bulau (Silva Sobrinho, 2006, p. 48).

A partir dessa condição de informalidade, discorre, com satisfação e alegria, sobre a conquista do primeiro emprego formal, com carteira assinada,

experimentei trabalhar de contínuo no Banco de Minas Gerais [BEMGE – Banco do Estado de Minas Gerais]. Devo o meu emprego à uma recomendação do senhor José Barata de Oliveira que tinha uma pequena fábrica de calçados na esquina da Floriano Peixoto com a praça Frei Eugênio [...]. No Banco, exercia com dedicação, a faxina da agência, colocar o lixo na rua e a entrega das correspondências. [...]. Trabalhei no Banco de Minas Gerais durante mais de 5 anos. Quando estava prestes a ser nomeado Contador da agência – um cargo abaixo da Gerência, pedi demissão, pois em 1954, conclui o Curso Superior de Odontologia (Silva Sobrinho, 2006, p. 49-50).

Com conclusão do curso de Odontologia, juntamente com o irmão Elcy, “de imediato [...] começamos a trabalhar em consultório instalado em nossa residência da rua Capitão Manoel Prata” (Silva Sobrinho, 2006, p. 53).

Iniciou a docência na área da saúde, como Professor Assistente da Policlínica Getúlio Vargas, no período de 1955 a 1960, “e em seguida, como professor de Higiene e Saúde Pública [...], graças à uma indicação do CAMP (Centro Acadêmico Mário Palmério) à sociedade mantenedora da Faculdade de Odontologia, lecionando por um período de oito anos e meio” (Silva Sobrinho, 2006, p. 53).

Nesse período de docência, participou do *Curso de Orientação em Odontologia Sanitária*, que fora ofertado pela Faculdade de Higiene e Saúde Pública da Universidade de São Paulo. De acordo com José Thomaz, com essa formação, foi possível a ampliação dos

nossos conhecimentos sobre saúde sanitária e sobre a fluoração das águas de abastecimento público. Retornando a Uberaba e com a colaboração de 85 alunos do 2º ano de Odontologia, realizamos um levantamento sobre a cárie dental em 7.424 crianças, entre 7 e 14 anos de idade, nas 32 escolas primárias existentes em Uberaba. Para tanto, utilizamos o índice CPO (dentes cariados, perdidos e obturados), com o objetivo de alcançar três principais objetivos:

- 1º - conseguir fluoração das águas;
- 2º - favorecer uma nova orientação na assistência escolar, evidenciando o valor do trabalho incremental “tipo Aimorés” que era feito pelo SESP (Serviço Especial de Saúde Pública);

3º - educação sanitária da comunidade, através de entrevistas e palestras nas escolas, na imprensa falada e escrita (Silva Sobrinho, 2006, p. 54).

Ainda sobre a sua formação no ensino superior, sua autobiografia registra a graduação em Direito, pela Faculdade de Direito do Triângulo Mineiro, no ano de 1970, e Pedagogia, pela Faculdade de Filosofia Santo Tomas de Aquino, no ano de 1976. Dentre as habilitações, com registro no MEC, possuía em Administração Escolar e Supervisão Escolar ambos em 1º e 2º graus e Estrutura e Funcionamento do Ensino, Psicologia da Educação e Didática.

Na trajetória profissional, o próprio professor José Thomaz discorrera que “a minha primeira opção foi a de me formar em Odontologia, em que trabalhei e me aposentei; para em seguida, concluir o bacharelado em Direito, que nunca exerci e, finalmente, me formar no que mais gosto: Pedagogia” (Silva Sobrinho, 2006, p. 57).

Destaca-se ainda que foi eleito Presidente da Associação Brasileira de Odontologia - ABO²⁹, subsecção Uberaba, por três gestões, de 1961 a 1967.

Ainda sobre a sua atuação como odontólogo, discorreu que

É preciso ressaltar que fui dentista do Estado, trabalhando no Centro de Saúde e atuando, mais tarde, como Supervisor do Serviço Dentário da Secretaria de Estado de Saúde, onde instalamos o serviço de atendimento escolar, dotando várias escolas estaduais de seus próprios consultórios (Silva Sobrinho, 2006, p. 55).

Na função de dentista do Estado, atuou de 01 de janeiro de 1961 a 29 de fevereiro de 1976, na então denominada Unidade Sanitária de Uberaba. Dessa graduação e atuação na área carregara a designação de “Doutor”, teve participação em implementação de entidade de classe desses profissionais, indicando que

Exerci, também, o honroso cargo de Presidente da ABO – Sub-Secção de Uberaba, durante 8 anos consecutivos, quando ao lado de valorosos colegas, conseguimos construir e entregar para os dentistas, a sua majestosa sede própria da rua Padre Jerônimo (Silva Sobrinho, 2006, p. 55).

Dentre as suas realizações, contribuiu para a legalizar o exercício da profissão de odontologia na cidade, diante dos dentistas práticos sem diploma de curso superior, quando assumiu “a direção da ABO, juntamente com os Drs. Israel José da Silva, Waldir

²⁹ A Associação Brasileira de Odontologia, regional Uberaba, foi fundada em 17 de novembro de 1961, originada do Sindicato Odontológico do Triângulo Mineiro, teve como primeira diretoria, em processo eletivo de 25 de setembro de 1961 e posse em 17 de novembro de 1961, o presidente Dr. José Thomaz da Silva Sobrinho.

Vilela, Romeu Rodrigues da Silva e outros companheiros” (Silva Sobrinho, 2000, *Apud* Casanova, 2012, p. 119).

Cabe destacar que entre as realizações do odontólogo José Thomaz na presidência da Associação, estava o estabelecimento de estratégias para a sistematização do quadro de associados e da sede social da ABO, bem como campanhas para captação de recursos financeiros para a aquisição do terreno para construção dessa sede, promovendo a venda de rifas, galinhadas, bingos entre outros. Além do contato com figuras importantes do segmento político, como Juscelino Kubitschek, o então governador mineiro Magalhães Pinto e o prefeito municipal Jorge Furtado, contribuindo para que esse objetivo fosse alcançado (Casanova, 2012, p. 120-135).

A trajetória do Professor José Thomaz na Prefeitura Municipal de Uberaba, iniciou-se no ano de 1963 e encerrando-se no ano de 2003, onde ocupou cargos comissionados por quinze anos em três momentos, o primeiro, dos anos de 1963 a 1965, o segundo, de 1983 a 1988 e, por fim, o terceiro, de 1997 a 2003.

Conforme o próprio Professor José Thomaz discorre, inicialmente, no primeiro momento, fora

Indicado pelo saudoso jornalista Raul Jardim fui nomeado pelo Prefeito Arthur de Melo Teixeira como primeiro Secretário Municipal de Educação do município de Uberaba. Naquela época aconteceu a criação de Secretarias da Prefeitura, pois antes o organograma indicava a existência de apenas Departamentos. Como a estrutura organizacional era pequena a Secretaria que ocupei era de Educação, Saúde e Assistência Social. Quero registrar que recebi do Prefeito Arthur Teixeira, inicialmente, todo o prestígio necessário para desenvolver um bom trabalho, pois ele até me nomeou, acumulando cargos, como Diretor do Departamento de Águas, hoje CODAU (Silva Sobrinho, 2006, p. 63).

Entre as realizações durante a sua permanência na Secretaria Municipal de Educação, Saúde e Assistência Social, entre os anos de 1963 a 1965, foram elencadas as seguintes realizações:

- 1 – Estadualização de 7 escolas primárias, originando a criação de 3 grupos escolares: Hildebrando Pontes, Fidélis Reis (Boa Vista) e Alceu Novais (Estados Unidos);
- 2 – Inauguração, instalação ou recuperação de 22 escolas rurais (uma por mês) [...];
- 3 – Cursos de Alfabetização de Adultos;
- 4 – Posto de Puericultura e Pronto Socorro nº 1 (Abadia);
- 5 – Posto de Puericultura e Pronto Socorro nº 2 (Fabrício);
- 6 – Levantamento Sanitário da cidade;
- 7 – Campanhas Educativas;
- 8 – Cadastro tuberculino da população;

- 9 – Vacinações contra paralisia infantil;
- 10 – Assistência dentária e cabeleireira às crianças carentes (Silva Sobrinho, 2006, p. 64-65).

Sobre as medidas sanitárias, estando à frente da secretaria municipal, tornaram-se relevantes pois,

Em apenas seis meses, o Dr. José Thomaz não só deu a Uberaba a primazia em todo o Estado de Minas Gerais, de contar com a água fluorada, como tinha a seu crédito mais as seguintes realizações: eliminação da maior parte das pocilgas, reforma do matadouro, instalação de comandos sanitários, criação do Serviço de Saneamento dos Córregos e instalação do Posto de Puericultura e Pronto Socorro (Bilharinho, 1982, p. 735).

Nessa perspectiva, cronologicamente, o Professor José Thomaz ingressa no serviço público municipal de Uberaba para os cargos em comissão em 05 de fevereiro do ano de 1963, por meio do Decreto nº 182, em que é nomeado para o cargo de Auxiliar Técnico, com funções na Inspetoria de Ensino da prefeitura. Subsequente, por meio do Decreto nº 190, de 13 de março do ano de 1963, é nomeado para o cargo de Secretário da Educação, Saúde e Assistência. No ano posterior, por meio da Portaria nº 84, de 14 de julho de 1964, é designado, enquanto Secretário para Supervisionar o Serviço de Águas da Prefeitura Municipal de Uberaba. Já pelo Decreto nº 302, de 15 de janeiro de 1965, é exonerado, a pedido dele próprio, do cargo de Secretário de Educação, Saúde e Assistência e das atribuições de Diretor Superintendente dos Serviços de Águas e Esgotos, ambos os atos na gestão do prefeito Arthur de Mello Teixeira³⁰.

Sobre esse desligamento, discorre que em decorrência de

vítima de inveja, ciúme e maledicência de colegas de Secretariado (como por exemplo a implantação interna da notícia de que a população me chamava de Prefeito e não o Sr. Arthur Teixeira) eis que fui obrigado a pedir demissão para não ser demitido. Foi a primeira derrota colhida na política, impedindo-me de completar o mandato de Secretário (Silva Sobrinho, 2006, p. 63-64).

O próprio autor ainda evidencia, em relação às eleições de 1966 que,

com 22 meses de atividade pública, ingressei na política e por indicação do PSD, meu partido (depois ARENA) fui derrotado nas urnas como candidato à Prefeito, com a diferença de 1.632 votos:
 1º - João Guido (Arena) – 6.830
 2º - Francisco Lopes Veludo (MDB) – 7.854 (p. 65)

³⁰ Arthur de Mello Teixeira foi prefeito de Uberaba por dois mandatos, o primeiro de 1955 a 1959 e o segundo de 1963 a 1967. Ele foi o responsável pela transformação do departamento municipal de água e esgotos da cidade em uma empresa de economia mista, o CODAU em 1966. Disponível em https://www.uberabaemfotos.com.br/2017/01/arthur-de-mello-teixeira.html#google_vignette

3º - José Thomaz da Silva Sobrinho (Arena) – 5.198

4º - Helvécio Moreira de Almeida (Arena) – 4.282

OBS: Conforme o Tribunal Superior Eleitoral, o candidato João Guido alcançou o maior número de legendas: soma dos votos da Arena 1, 2 e 3) (Silva Sobrinho, 2006, p. 66).

O segundo momento de cargos comissionados na Prefeitura Municipal de Uberaba, iniciaria com a nomeação para Secretário Municipal de Educação e Cultural em 01 de fevereiro de 1983, por meio do Decreto nº 07 de 01/02/1983, pelo prefeito recém-eleito Wagner do Nascimento (1983-1988).

Do pleito eleitoral de 1966 ao de 1982, Silva Sobrinho arguiu que

Quando perdi as eleições para Prefeito, o nosso partido conseguiu eleger 4 vereadores: João Fatureto, Israel José da Silva, João Meccheri e Wagner do Nascimento. O destino reservou para o dr. Wagner a realização dos seus sonhos: tornar-se o primeiro Prefeito negro da história de Uberaba. Ele me convidou para ocupar pela segunda vez, o cargo de Secretário de Educação e Cultura. Do pré ao 2º grau, abrimos 191 novas salas de aula, de 04 alcançamos 16 prédios próprios, de 2.070 alunos chegamos a 9.024 (Silva Sobrinho, 2006, p. 67).

Ainda, dentre as realizações do período na rede municipal de ensino, são elencadas a abertura de 15 novas pré-escolas, a construção de 16 prédios escolares próprios e de 191 novas salas de aula, a abrangência de 9.024 novos alunos, a criação de 10 novas escolas urbanas de 1ª a 4ª séries e de 12 novas escolas rurais, ampliação de espaços físicos de escolas, abertura de cursos de 2º grau, assistência aos estudantes em relação a alimentação escolar, uniformes, livros e projetos variados nas escolas, com ampliações abrangendo o 3º grau com a criação da Fundação Municipal de Ensino Superior de Uberaba - FUMESU e na cultura, a implementação da Fundação Cultural de Uberaba e a criação do Circo do Povo, Arquivo Público de Uberaba, o Museu Sacro, o Museu de História e o Museu Paleontológico, além de projetos educacionais (Silva Sobrinho, 2006, p. 67-74).

Por fim, encerra esse período com sua exoneração, solicitado por ele mesmo, em 14 de julho do ano de 1988, do cargo de Secretário de Municipal da Educação e Cultural (Decreto nº 1.046), como membro do Conselho Consultivo Municipal do Patrimônio Histórico e Artístico de Uberaba (Decreto nº 1.047), da Presidência da Fundação Cultural de Uberaba (Decreto nº 1.048), da Presidência da Fundação Municipal de Ensino Médio (Decreto nº 1.049) e como membro do Conselho Superior do Arquivo Público de Uberaba (Decreto nº 1.051).

Diante das últimas realizações desse período, as exonerações, a seu pedido, foram voltadas à participação do pleito eleitoral do ano de 1988, asseverando que a

performance foi tão positiva, que fui escolhido para ser candidato à sucessão do dr. Wagner, colhendo a minha 2ª e última tentativa eleitoral que teve a seguinte apuração final:

1988

1º - Hugo Rodrigues da Cunha – 29.038

2º - Silvério Cartafina – 20.038

3º - João Batista Rodrigues – 19.775

4º - José Thomaz da Silva Sobrinho – 15.760

5º - Adelmo Carneiro Leão – 8.417

6º - Anderson Aauto – 3.093

7º - Samir Cecílio – 1.075

8º - Bittencourt Bertolucci – 375

9º - Germano Gultzgolf – 369 (Silva Sobrinho, 2006, p. 74-75).

Já o terceiro momento dos cargos comissionados, que se estendeu de 1º de janeiro de 1997 a 28 de maio de 2003, conforme Decreto nº 3.001, de 28/05/2003, publicado no jornal oficial de Uberaba *Porta Voz* nº 474, de 30 de maio de 2003, registra que:

O meu último cargo de confiança governamental foi o de Presidente da Fundação Cultural implementada por mim na gestão Wagner do Nascimento, e por mais incrível que pareça, também fui obrigado a deixar o cargo antes do término do governo que me nomeou em 1997: Marcos Montes Cordeiro. [...]. Portanto, após ajudar a reeleição do Prefeito Marcos Montes, pedi demissão em 31 de maio de 2003, logo após a inauguração do TEU [Teatro Experimental de Uberaba] Augusto César Vanucci (Silva Sobrinho, 2006, p. 76).

Dentre as realizações do período, são elencadas ampliação de sucursal de biblioteca municipal e inauguração de Museu de Arte, ações de preservação e novos projetos culturais abrangendo o Mercado Municipal, Circo do Povo e restauro de patrimônio histórico-culturais da cidade (Silva Sobrinho, 2006, p. 76-77).

No âmbito da docência, discorrera que “depois de lecionar na Faculdade de Odontologia e no Colégio Cristo Rei (magistério), escrevi parte da minha história no Castelo Branco do Bairro dos Estados Unidos” (Silva Sobrinho, 2006, p. 58).

O ingresso na Escola Normal de Uberaba, conforme os registros funcionais, ocorrera no ano de 1964, atuando como professor, até o ano de 1966, como veremos adiante, afastando-se apenas para participar do pleito eleitoral municipal nos meses de outubro e novembro.

Na referida autobiografia, no item “Castelo Branco: 13 anos (1970-1983)”, descreve o processo de ingresso para atuação profissional na Escola Normal de Uberaba, relatando que,

trabalhava no Centro de Saúde, como dentista, e um dia fui convidado pelo meu ex-Diretor, dr. Paulo Pontes, a substituí-lo por motivo de doença, na sua cátedra de Higiene e Puericultura da Escola Normal de

Uberaba, hoje Escola Estadual “Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco”. Meses depois o dr. Paulo Pontes veio a falecer e a Secretaria Estadual de Educação abriu o concurso público para preenchimento daquela vaga. Não é preciso adiantar muito o aconteceu: fiz o concurso de Provas, Títulos, Aula Expositiva para uma banca de cinco eméritos catedráticos, tendo sido aprovado em primeiro lugar (Silva Sobrinho, 2006, p. 58).

O enquadramento como professor efetivo aconteceu em 11 de fevereiro de 1966, para a cadeira de Biologia educacional e Higiene, a qual sendo extinta, teve o cargo direcionado para a disciplina de Biologia e Ciências Naturais, no ano de 1975 e aposentou-se na rede estadual em 16 de janeiro de 1988.

Em sua trajetória, o Professor José Thomaz participou de formação ligada à Escola Superior de Guerra, o Ciclo de Estudos de Política e Estratégia, denominada de CEPE, da Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra, a ADESG no ano de 1986.

Da atuação profissional, a partir da segunda metade da década de 1950 e, sobretudo, na década de 1960, acreditamos que o Professor José Thomaz tenha construído uma teia de relações políticas, que corroboraram para sua trajetória de liderança e representatividade. Podemos aqui entender que, o fato de ter ocupado o cargo de Secretário Municipal de Educação, Saúde e Assistência Social, de 1963 a 1965, antes de ser diretor escolar, reforça o entendimento de que essa teia de relações interpessoais e ligações com sujeitos ocupantes de cargos políticos, colaborou para o processo de indicação ao cargo de diretor, distanciando-se daqueles apontados na lista tríplice, a qual foi desconsiderada. Podemos assinalar ainda, que os êxitos e as ações assertivas na condução das atribuições diversas na administração pública, favoreceram o destaque do referido professor.

Sobre a ligação no campo político, isso é evidenciado nos depoimentos daqueles que conviveram com o professor José Thomaz no período em que foi diretor da escola. De acordo com Maria Perciliana Pereira, “ele foi político também né, candidatou a prefeito e não ganhou” (Pereira, 2024, p. 5). Segundo André Luiz Amuí Brasil “a gente sabe que ele tinha muitas amizades no meio político” (Brasil, 2024, p. 10). Maria Perciliana Pereira ainda destaca que, sobre filiação partidária, “ele era político, mas eu não sei que partido político ele era não” (Pereira, 2024, p. 10). Ressaltamos que no período em questão, a movimentação político-partidária, predominava o bipartidarismo, marcado pela ARENA e MDB.

O título de eleitor do professor José Thomaz, também assinala a sua filiação e desfiliação de partidos políticos na cidade de Uberaba, acompanhando a dinâmica do grupo, o que denota a sua busca por projeção nesse meio.

Figura 28: Título eleitor de José Thomaz da Silva Sobrinho.

Fonte: Fórum Melo Viana – Cartório Eleitoral – Superintendência Arquivo Público de Uberaba

Posto essa trajetória, podemos observar o campo político em que o Professor José Thomaz estava inserido, como também a presença de oposição e o campo de disputas dos grupos políticos na cidade de Uberaba.

Nessa dimensão do sujeito político, o depoente André Luiz Amuí Brasil, assevera que,

Ele era um político, tinha bons amigos políticos, isso eu posso te mencionar que um grande amigo político dele, que eu tenho lembrança, foi o Deputado Leão Borges, que era aqui da cidade também. E eu acho que ele era um político ativo, mas a política que ele levava pra escola não representava, ele não era um cara que saía fazendo política [política partidária] dentro da escola (Brasil, 2024, p. 10).

Já em fins da década de 1980, o Professor José Thomaz torna-se diretor da 25ª Delegacia Regional de Ensino de Uberaba, sendo nomeado em 04 de outubro do ano de 1989, no mandato do governador Newton Cardoso, permanecendo até o ano de 1995. Durante o seu mandato, as antigas Delegacias Regionais de Ensino tornam-se Superintendência Regional de Ensino, mantendo a linha de diversas realizações como

liberação de novos veículos, construção de almoxarifado, informação da sede, pintura geral do prédio, entre outras (Silva Sobrinho, 2006, p. 61-62).

A análise da minibiografia, demonstram uma dinâmica sistematizada e de movimentação nos setores em que passou, com uma linha de atuação de vertente apontada pelos entrevistados que serão demonstradas na próxima seção.

3.3. A Escola Estadual Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco no cenário uberabense na direção do Professor José Thomaz

Nessa seção, discorreremos sobre a EEEMHACB no cenário uberabense na gestão do professor José Thomaz, isto é, de maio de 1970 a maio de 1983. Para tanto, sustentamos nossa pesquisa no acervo da família e da própria escola, fontes da imprensa, acesso às pastas de discentes e pastas funcionais disponíveis no acervo da escola, bem como no registro de alguns depoimentos colhidos durante a pesquisa.

Diante da nomeação do Professor José Thomaz da Silva Sobrinho, para o cargo de diretor escolar, em 05 de maio de 1970, conforme o jornal *Minas Gerais*, a então Escola Normal Oficial “Professor Leôncio Ferreira do Amaral”, passou por alteração na denominação até a Escola Estadual Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco. O período de direção escolar do Professor vigorará até que o dia 20 de maio do ano de 1983.

Desse período, o próprio Professor José Thomaz mencionara as principais realizações do seu mandato nos treze anos à frente da escola, descrevendo em sua autobiografia que,

Permaneci no Castelo Branco por 13 anos consecutivos, tempo necessário para executar o meu plano de ação:

- 1 – Construção de 266 m² de passeio e muro em toda a extensão da Escola;
- 2 – Asfaltamento do pátio interno e estacionamento;
- 3 – Construção de um novo pavilhão (sem nenhum centavo do Estado), com oito salas de aulas, numa área de 786 m²;
- 4 – Desapropriação de uma área de 1.707.57 m², anexa à Escola (Rua Padre Zeferino) conforme decreto governamental 15.434;
- 5 – Construção de duas quadras esportivas (sem nenhum centavo do Estado);
- 6 – Construção de 50% do Ginásio coberto (760 m²), sem a participação financeira do Estado;
- 7 – Instalação da Secretaria do Supletivo, 1º e 2º graus;
- 8 – Pintura do prédio (04 vezes);
- 9 – 100 instrumentos para fanfarra e 100 uniformes de gala;
- 10 – Aquisição de 117 peças diversas: arquivos, armários, mesas, freezer, estufa, fogões, projetores, bebedouros, geladeiras;

- 11 – Valorização constante dos professores e das famílias (Escola de Pais, Baile Anual da Rainha, das Debutantes da escola, etc);
 12 – Participação efetiva em competições esportivas (Silva Sobrinho, 2006, p. 59-60).

Os feitos registrados na autobiografia do professor José Thomaz, de fato foram realizados. Um relatório de atividades realizadas pelo Professor José Thomaz, de maio de 1970 à maio de 1983, encontrado no acervo da escola assinalava um plano estruturado em quatro linhas: recuperação do prédio, ampliação (do prédio escolar), desapropriação (de área) e aquisição de material permanente para a escola, indicando as ações realizadas ao longo de seu mandato como diretor.

Ao assumir o cargo de diretor escolar, o Professor José Thomaz teria iniciado a composição da equipe administrativa da escola. A depoente Maria Perciliana Pereira, registra que quando, do início da gestão do professor José Thomaz, ela foi,

[...] convidada para trabalhar aí [na Escola Castelo Branco], eu trabalhava no Colégio Santa Terezinha, aí me convidaram para trabalhar, aí eu fui transferida. Eu fui aluna dele [Professor José Thomaz] no Cristo Rei [Colégio Cristo Rei], [...] vim trabalhar aqui, ele me convidou para trabalhar na Secretaria, auxiliar de Secretaria (Pereira, 2024, p. 2).

Ainda sobre a composição da nova equipe escolar, conforme a professora Sheila Ottaiano Andrade Rodrigues,

Ele [o Professor José Thomaz] chegou, já chamou o [Professor] Ademar Agrelli para ser o vice dele, que era um professor que tinha ficado no lugar do Zé Mendonça [Professor Mendonça], que tinha morrido. O José Mendonça morreu em 67 [1967], no meio do ano. Então, e quem que foi lá pra poder pegar, o Professor Leoncio ainda era diretor, né, em 1967, o Agrelli [Professor Ademar Agrelli], ele era muito respeitado dentro de Uberaba, era uma pessoa de uma seriedade, ele sabia muito português (Rodrigues, 2024, p. 24).

Sobre a nomeação do Professor Ademar Agrelli para o cargo de Auxiliar de Diretoria, o Jornal *Correio Católico*, publicara na coluna *Painel - Fatos, fotos e notícias da sociedade*, assinado por Paulo Silva, noticiava que o “Professor Ademar Agrelli nomeado para auxiliar da Diretoria do Colégio Estadual de Uberaba, onde já se encontra no exercício de suas funções” (Jornal *Correio Católico*, 04/06/1970, nº 6.028).

Assim, ao ser indagada sobre o auxiliar de diretoria da escola, no período de direção do Professor José Thomaz, a afirmação da depoente Maria Perciliana Pereira, fora de que “na época do doutor José Thomaz, era o professor Agrelli [Ademar Agrelli], sempre foi ele” (Pereira, 2024, p. 10), ainda de acordo coma depoente a respeito do

secretário escolar, o Sr. Nicola Ripposati, este ingressou em sua função em 01 de agosto de 1970.

Em entrevista para as comemorações do jubileu de ouro, ou seja, dos 50 anos da escola no ano de 1998, em alusão a terceira escola de 1948, o José Perez Vasquez, o Professor Peppe, o qual estava com o nome na lista tríplice na década de 1970, concedeu entrevista escrita às sete perguntas realizadas, discorrendo sobre o período de direção do Professor José Thomaz, afirmou que

[...] em 1970, em maio, passou a direção de nosso Colégio para o Prof^o José Thomaz da Silva Sobrinho que foi um excelente diretor, caracterizando-se por seu entusiasmo e idealismo. O Professor José Thomaz, conseguiu desapropriar alguns prédios da Rua Padre Zeferino, para a construção da praça de esportes, ampliando ainda a área física da Escola, com aumento de salas de aulas. O Prof^o José Thomaz foi um diretor arrojado, mas dotado de senso de justiça deixando neste Colégio boas lembranças e saudades. (Vasquez, 1998, p. 3).

Sobre a Escola conduzida pelo Professor José Thomaz, em seu período de direção escolar, nas palavras da depoente Sheila Ottaiano Andrade Rodrigues,

A história, a escola, eu vou te falar, quando o Zé Thomaz entrou, para ser diretor, olha justiça seja feita, porque ele era vaidoso, ele gostava, ele era empreendedor ali naquela escola. Então, ele fez com que a escola se tornasse, assim, diferenciada dentro de Uberaba, a começar pelo uniforme, porque as meninas tinham um uniforme, era saia pregadinha azul e blusinha branca, ele não teve dúvida, botou uma saia vermelha, naquela época. Saia vermelha e a blusa branca e tinha muita aluna bonita, era uma escola que tinha aluna bonita que você precisa de ver o tanto. Quer dizer, diferente, e de repente a escola ficou totalmente diferenciada, era uma escola atraente. Ele fazia tudo, realmente, para a escola aparecer. Olha que eu lembro que as Festas Juninas que ele promovia, Uberaba inteiro ia, a moçada toda ia, tudo lá na escola mesmo, lá naquele prédio, lá embaixo [no pátio]. Nossa senhora, você não acredita o que a festa era bonita, era uma festa boa, porque foi ele que começou a fazer isso, porque o Professor Leôncio era muito idoso, ele era uma pessoa muito competente, sabe, ele lia muito, ele era assim, uma pessoa que ele xingava todo mundo dentro da sala. Hoje em dia, se ele fizesse aquelas coisas, mas todo mundo gostava dele, todo mundo gostava dele. Eu tinha medo dele, honestamente, eu não sentiria bem se ele me xingasse, eu não ia sentir bem, então eu ficava quietinha. Ele embocava dentro da sala de aula assim, e xingava todo mundo, tinha esse temperamento, né, mas todo mundo respeitava, não teve nenhum problema, nunca teve, ninguém ficou neurótico, nem nada com isso. O Zé Thomáz já era o oposto. Que que ele fez? Uma escola aberta, que recebia as pessoas da comunidade, ele trabalhou pra tornar aquela escola atraente, e conseguiu. Ele conseguiu, ele fez muita coisa boa naquela escola, mas muito mesmo. Ela tinha vida, sabe aquela escola que tem vida, que tava sempre planejando fazer alguma coisa, e aí o que que ele fez, ele valorizou o meu trabalho tendo aquele Orfeão e aonde que ia até, vai inaugurar o Fórum Melo Viana na descida [da rua Lauro

Borges], tava eu lá, tinha uma foto também, saia nos jornais da época (Rodrigues, 2024, p. 12).

O trecho acima traz uma interpretação dessa transição de diretores escolares, com seus perfis de condução da escola, apontando para uma escola de grande movimentação em suas atividades escolares.

Nessa condução da escola, com o Professor José Thomaz, a participação da escola nas festividades da Semana da Pátria em Uberaba do ano de 1970, demonstram um destaque considerável no contingente de alunos desfilando como as congratulações ao recém nomeado diretor. Bem como a participação da escola, na edição X Jogos Ginásio-Colegiais de Uberaba, que reuniria as escolas de ensino secundário em diversas modalidades esportivas.

Assim, anterior ao Dia da Pátria, pela imprensa acompanhamos a publicação da programação, com a previsão de contingente de participantes de cada escola e posterior ao Dia da Pátria, a exposição e repercussão do evento, como abordado a seguir.

Para contextualizarmos essa questão, apresentamos a programação publicada na primeira página do Jornal *Lavoura e Comércio*, de 03 de setembro de 1970, anterior ao Dia da Pátria.

Pode-se observar, conforme a Figura 29, que a Semana da Pátria era marcada por palestras, hasteamento de bandeiras, execução do hino nacional, apresentações, desfiles, pelos jogos escolares – denominados de jogos Ginásio-Colegiais, entre outros.

É interesse observar que nesse contexto de atividades cívicas, o então recém denominado Colégio Estadual Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, com sua participação, colaborou para fortalecer o nome da instituição e do seu diretor escolar, reforçando a seriedade da nova direção, procurando trazer destaque para a Escola Estadual Marechal Humberto Castelo Branco. Assim, veremos a seguir, uma sequência que publicações na imprensa que referendam essa questão.

Figura 29: Matéria *Semana da Pátria em Uberaba*.

Semana da Pátria, em Uberaba

A partir do dia 1.º deste mês, estão sendo feitas palestras sobre a jornada autonomista que culminou, no dia 7 de Setembro, com a proclamação da independência do Brasil, em São Paulo, às margens do Ipiranga, por Dom Pedro, que seria depois o nosso primeiro imperador.

PROGRAMA GERAL
DIA 5 — Hasteamento da Bandeira, no 4.º B. P., às 8 horas; Vigília Cívica, na praça Rui Barbosa, a partir das 20 horas, com participação de representantes do povo, militares, diretores de entidades de classe, colégios. Haverá números folclóricos, artísticos e musicais.
DIA 6 — Hasteamento da Bandeira no Quartel do 4.º B. P.; Preparação para o desfile — últimos retoques.
7 DE SETEMBRO
08,00 horas — Hasteamento do Pavilhão Nacional, na Praça Rui Barbosa, com a presença de autoridades e representações de todas as camadas da comunidade. Simultaneamente será executado o Hino Nacional Brasileiro pela Banda de Música do 4.º B. P.
08,05 horas — Palestra do Chefe do Executivo Municipal, Dr. Raulino Borges Jr.
08,10 horas — Revista dos diversos grupamentos formados para o desfile, nos locais apontados no "croquis" anexo, pela maior autoridade militar presente.
08,30 horas — Início do Desfile.

10,00 horas — Reunião na Praça de Esportes do U. T. C. — Juramento do Atleta — Acendimento da Pira Olímpica, inaugurando os Jogos GINÁSIO-COLEGIAIS — Encerramento.
17,00 horas — Repique de Sinos, Soar de Sirenas e buzinas.
17,05 horas — Culto Religioso de todas as crenças, pela grandeza do Brasil.
18,00 horas — Arriamento do Pavilhão Nacional.
19,00 horas — Através da Televisão, Via EMBRATEL, a "Fala Presidencial".
23,00 horas — Nos Salões do UTC, baile da Independência.

GRUPAMENTOS PARA O DESFILE

I — MILITAR
a — 4.º B. P. — Uma Cia. de Polícia
b) — Destacamento do Corpo de Bombeiros da PMMG. e — TG-9.
II — ESCOLAS PRIMARIAS
3.º e 4.ºs anos primários das diversas Escolas Municipais e Grupos Escolares. * Coordenação da Delegacia Regional de Ensino Primário.
III — TRABALHADORES
Sindicatos dos trabalhadores de Uberaba em número de nove sob a coordenação do Ministério do Trabalho — Secção de Uberaba.
IV — GINÁSIO-COLEGIAIS
Estabelecimentos de Ensino do 2.º ciclo em uniforme desportivo ou tradicional do Colégio. — Coordenação das Inspetorias.

Ordem	Nomes	Efetivo
1	Brasil	100
2	Boulangier Pucci	70
3	Cristo Rei	250
4	Diocesano	200
5	Escola de Economia Doméstica	50
6	Dr. José Ferreira	150
7	Frei Eugênio	230
8	Marcelino Champagnat	50
9	Mal. Humberto de Alencar C. Branco	1.200
10	N. Sra. das Graças	250
11	N. Sra. da Abadia	100
12	N. Sra. das Dores	50
13	Oswaldo Cruz	50
14	Ricardo Misson	150
15	São Benedito	250
16	São Tarcísio	50
17	São Judas Tadeu	250
18	Tiradentes	200
19	Triângulo	50
20	Uberaba	30

OBSERVAÇÕES:
1 — Recomenda-se que todos os Estabelecimentos de Ensino estejam no local pré-estabelecido (croquis anexo) às 08,00 horas.
2 — A testa do Grupamento não pode estar distante do outro Estabelecimento de Ensino mais que 20 metros e o retardamento do Colégio implicará na colocação do outro Estabelecimento de Ensino à frente.
3 — De esquina em esquina, graduados do 4.º B. P. munidos de esclarecimentos e instruções necessárias poderão resolver qualquer dúvida dos participantes.
4 — Este Serviço de Relações Públicas se coloca à disposição dos participantes para toda e qualquer explicação a respeito da presente programação pelo telefone 1882, de segunda a sexta-feiras, no horário de 12,00 às 18,00 horas.

Fonte: Jornal *Lavoura e Comércio*, 03/09/1970, p. 1, nº 17.479.

Em relação a edição do X Jogos Ginásio-Colegiais, do ano de 1970, o jornal *Lavoura e Comércio*, noticiara

Será realmente sensacional os X JOGOS GINÁSIO COLEGIAIS DE UBERABA, feliz promoção da União Estudantil Uberabense, Divisão de Educação Física do MEC e Secretaria de Educação, Saúde e Assistência Social da Prefeitura Municipal de Uberaba. Os jogos serão realizados de 7 a 19 deste mês, nas sedes e quadras do UEU, Uberaba Tennis, Jockey Club e Sirio Libanesa. Teremos três categorias em disputa: infantil, juvenil e adulto. Os ingressos serão cobrados a razão de 50 centavos. Futebol de salão, voleibol, basquetebol, natação, atletismo, tenis de mesa, tenis de campo, queimada, polo aquático, dama, xadrez e futebol de grama serão as modalidades em disputa. Eis os colégios inscritos: São Judas, Nossa Senhora das Graças, Nossa Senhora da Abadia, Cristo Rei, São Tarcísio, Boulangier Pucci, Marcelino Champagnat, Diocesano, SENAI, José Ferreira, Química Industrial, Tiradentes, Triângulo, Oswaldo Cruz, Uberaba, Colégio Estadual de Uberaba e Externato São José. O desfile de abertura será

no dia 7. Varios carros alegóricas foram construídos pelos nossos educandários. O desfile será qualquer coisa de sensacional. Depois irão até a Praça de Esportes do Uberaba Tennis, quando haverá varias solenidades: Juramento do Atleta, Acendimento da Pira Olimpica, hasteamento das bandeiras e discursos de varias autoridades esportistas. Os jogos começarão no dia 8, às 19 horas, na sede da UEC. Teremos tenis de mesa adulto masculino. As partidas: São Benedito x Boulanger Pucci, Triangulo x José Ferreira, Colegio Estadual ficou no “chapéu” e jopará com o vencedor do jogo 1. Tenis de mesa feminino adulto, três equipe jogarão entre si: Colegio Estadual, José Ferreira e São Benedito. Estes serão os primeiros jogos do dia 8. Reina grande entusiasmo por parte dos estudantes de nossa metrópole pelos X Jogos Ginasio Colegiais, parada Poli-Esportiva que reúne mais de 900 atletas estudantis. Uberaba como o maior centro estudantil do Brasil Central irá vibrar com estes jogos. A nossa mocidade estará durante 12 dias em grandes atividades esportivas. LAVOURA estará cobrindo este acontecimento social-esportivo, contanto para isto com a colaboração indispensável do diretor de redações publicas da União Estudantil de nossa metrópole, o repórter Domingos Lopes (Jornal *Lavoura e Comércio*, 05/09/1970, p. 2, nº 17.480).

Essa edição esportiva do ano de 1970, que arrastaria ao longo do mês de setembro, oportunizara ao Colégio Estadual, o título de campeão geral, entre as escolas participantes da cidade de Uberaba, públicas e privadas. Dentre os títulos, temos conquistas nas modalidades de tênis de mesa adulto feminino, dama adulto masculino, xadrez juvenil feminino, xadrez adulto masculino, xadrez adulto feminino, natação infantil e natação juvenil masculino. O jornal *Lavoura e Comércio* ainda dava destaque ao Estadual, referendando o título de campeão, conforme excerto do jornal,

Estadual, campeão, Ginasio-Colegiais
Campeão (estadual) 283 pontos; Vice (Triângulo) 253; 3º lugar São Benedito, 225; 4º São Judas, 184; 5º José Ferreira, 116; 6º Diocesano, 81; 7º São Tarcísio, 77; 8º N. S. [Nossa Senhora] das Graças, 64; 9º Osvaldo Cruz, 45; 10º Cristo Rei, 38; 11º Boulanger Pucci, 30; 12º N. S. [Nossas Senhoras] da Abadia, 21; 12º Tiradentes, 21; 13º SENAI, 9; 14º Marcelino Champagnat, 7; 15º lugar, Química e Externato São José, 2 pontos (Jornal *Lavoura e Comércio*, 02/10/1970, p. 2, nº 17.502).

Em relação aos grupamentos escolares para o desfile, chamou-nos a atenção a expressividade do contingente de alunos da escola de quase cinco vezes mais que o número maior das outras escolas, com previsão de 1.200 participantes. Esse desfile trouxe menções positivas à escola publicada na imprensa escrita da cidade, ao noticiar as comemorações do Sete de Setembro de 1970. Como também, pode ser entendida, como um fato importante para o novo momento da escola, com seu novo diretor, o Professor José Thomaz da Silva Sobrinho.

Desse modo, no contexto da realização do desfile e das repercussões mencionadas na primeira página do Jornal *Lavoura e Comércio*, da edição de 08 de setembro, conforme a Figura 30, fora explorada a festividade cívica, em textos e fotos em duas páginas, destacando o entusiasmo cívico da população uberabense. Nessa edição, uma das três fotos de colégios publicadas, na primeira página, era de parte do contingente de desfile do então Colégio Estadual, em que a legenda descrevia que

“O MAIOR DESFILE JÁ REALIZADO EM UBERABA – Durante três horas e 15 minutos desfilaram ontem contingentes militares, colégios e entidades de classe e assistencial de Uberaba, na maior parada de 7 de Setembro já realizada em nossa cidade. Da esquerda para a direita, garotas do Colégio Cristo Rei; no centro, representantes do Colégio Marechal Castelo Branco (antiga Escola Normal), e à direita, porta-estandartes do Colégio São Benedito” (Jornal *Lavoura e Comércio*, 08/09/1970, p. 1, nº 17.481).

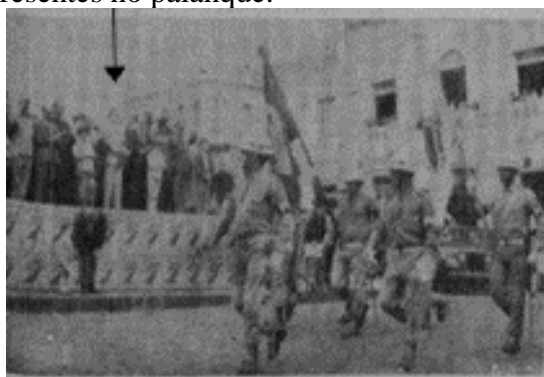
Figura 30: Excerto Jornal *Lavoura e Comércio* da edição de 08/09/1970.



Fonte: Jornal *Lavoura e Comércio*, de 08 de setembro de 1970, nº 17.481.

Na mesma edição, observa-se no palanque, a presença do diretor José Thomaz ao lado das demais autoridades, na Figura 31. Como também é retratado a solenidade de abertura dos X Jogos Ginásio-Colegiais, na Figura 32.

Figura 31: Excerto da primeira página do Jornal *Lavoura e Comércio*, de 08 de setembro de 1970, autoridades presentes no palanque.



Fonte: Jornal *Lavoura e Comércio*, de 08 de setembro de 1970, nº 17.481.

Figura 32: Excerto da primeira página do Jornal *Lavoura e Comércio*, de 08 de setembro de 1970, solenidade de abertura dos X Jogos Ginásio-Colegiais.



Fonte: Jornal *Lavoura e Comércio*, de 08 de setembro de 1970, nº 17.481.

Ainda nessa edição, na Coluna “Escutando e Divulgando”, fora publicado texto rendendo elogios, engrandecendo e mencionando a beleza do uniforme e do público entusiasmado com a capacidade de organização do diretor José Thomaz, assim descrito na Figura 33, a seguir.

Figura 33: Excerto da Coluna Escutando e Divulgando, jornal *Lavoura e Comércio*, 08/09/1970.

A nova Escola Normal (agora Colégio Estadual Marechal Castelo Branco) surgiu espetacularmente. Desfilando em pelotões compactos, com garbo e ostentando lindo uniforme, entusiasmou o público. Diretor José Tomaz da Silva Sobrinho sabe organizar as coisas. Parabéns pela apresentação soberba de ontem.

Fonte: Jornal *Lavoura e Comércio*, 08/09/1970.

Um fato interessante, ainda nesse contexto de festividades cívicas, está registrado no jornal *Correio Católico*, que noticiara a visita do prefeito municipal Randolfo Borges Junior (1970-1971), ao Colégio Estadual, onde anunciou a promessa de asfaltamento do pátio interno, conforme o excerto a seguir:

O Prefeito Municipal, Dr. Randolfo Borges Júnior, esteve, na manhã de ontem, visitando o Colégio Estadual “Marechal Castelo Branco”, percorrendo todas as salas de aulas e tomando inclusive o cafezinho do estabelecimento. Na oportunidade, por solicitação do diretor dr. José Thomas da Silva Sobrinho, o Prefeito prometeu asfaltar o Pátio interno daquele Colégio (Jornal *Correio Católico*, 03/09/1970, p. 3, nº 6.093).

O fato do prefeito ir ao colégio, sinaliza as boas relações que José Thomaz tinha com a classe política e por isso mesmo, em função desse trânsito que tinha, sempre buscava trazer melhoramentos para a instituição.

Uma questão interessante que nos chama a atenção, é sobre a distinção do colégio sobre os demais estabelecimentos de ensino. O jornal *Correio Católico*, de 09 de setembro de 1970, após festejos do 07 de setembro, expressava admiração pela organização da escola e sobre o garbo de seu uniforme,

O Colégio Estadual “Marechal Castelo Branco” antiga Escola Normal, foi também ponto alto, talvez o melhor em organização e uniforme (vermelho e branco) e com um maior número de alunos, mostrando a transformações completa daquele estabelecimento através da sua atual direção (Jornal *Correio Católico*, 09/09/1970, p. 3, nº 6096).

Ainda na mesma coluna, ao mencionar a Vigília Cívica, ocorrida no sábado, dia 05/09/1970, destaca na programação o “[...] jogral do Colégio Estadual “Marechal Castelo Branco”. O mesmo jornal ainda destaca a imponência do Colégio Estadual nas comemorações da semana da pátria:

Por aqui, segundo os nossos companheiros, as comemorações da Pátria também ultrapassaram a expectativa. De há muito Uberaba não presenciava um desfile tão garboso e bonito como o de ontem. A Escola Normal, por exemplo, foi um dos pontos altos da jornada cívica pelas principais ruas da cidade. Cerca de 1.200 alunos da Escola dirigida por José Thomaz desfilaram em homenagem à Pátria (Jornal *Correio Católico*, 09/09/1970, p. 4, nº 6096).

Sobre o uniforme escolar anteriormente mencionado, a Maria Perciliana Pereira, afirma que “era saia vermelha e blusa branca, depois passou a ser azul marinho e o sapato preto. Saia comum, reta, lisa” (Pereira, 2024, p. 5).

Outra depoente a ex-aluna normalista, Vera Lúcia Dias, assevera que,

Eu me lembro que quando eu estava na escola houve uma mudança de uniforme, se eu não me engano, já na época do Professor José Thomáz. Nós saímos da tradicional saia de normalista, pregadinha, escura azul-marinho, nós tínhamos, se não me engano, duas alças e três botõezinhos brancos. Aí passamos para a saia vermelha, o que hoje seria um tecido tipo oxford, e a blusa branca (Dias, 2024, p. 2-3).

Ainda sobre o uniforme a ex-aluna Sheila Ottaiano Andrade Rodrigues, destaca que,

Tinha uniforme, deixe eu pensar como que era gente, o uniforme, ele era bem simples, era branco, a própria blusa da escola. Ó, era sainha branca, bonitinha, usava meia três quarto, sapato preto e essa blusa aqui, era a blusa de gala da escola, era uma blusa de gala, esse era o uniforme

nosso. Pela foto, vai ver direitinho como é que ela era. Todo mundo ia com uma saínda evazê e a blusa de gala da escola, com detalhes vermelho e branco (Rodrigues, 2024, p. 12).

Dessa maneira, acreditamos que a notícias veiculadas em jornal, bem como os depoimentos das alunas egressas, referendam o papel do novo diretor, em face das atividades cívicas, mas também mostram a sociedade uberabense, o zelo do professor José Thomaz com a instituição, pois essas festividades, tornavam-se vitrine, mostrando ideias e valores importantes para a formação da juventude da época. A esse respeito Vânia Cristina Silva, sinaliza que,

As festas entre outras coisas, acabam constituindo um modo de construir e difundir referências e símbolos nacionais não só entre os estudantes e professores, como também a sociedade de modo geral, integrando, assim, a memória coletiva. Hinos, hasteamento da bandeira e pavilhão escolar constituíam atividades decisivas na constituição da memória coletiva (Silva, 2009, p.3).

Outro diferencial desse estabelecimento de ensino, criada pelas mãos de seu diretor, era a fanfarra da escola. No acervo pessoal do professor José Thomáz, encontramos um registro de alunos paramentados e com seus instrumentos em desfile pela cidade. Ressalta-se que a imagem da fanfarra retrata a abertura da edição dos X Jogos Ginasio Colegiais do ano de 1970, no Uberaba Tennis Clube.

Figura 34: Fanfarra do Colégio Estadual Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco na abertura dos X Jogos Ginásio-Colegiais, de 07/07/1970.



Fonte: Acervo pessoal Professor José Thomaz da Silva Sobrinho.

De acordo com um dos entrevistados, André Luiz Amuí Brasil (2024), ex-aluno da escola,

E eu participava de fanfarra também. Nunca fui um cara muito agarrado nos estudos não, mas também nunca precisei, fui direto sem nenhuma bomba, sem nenhum percalço, e era muito gostoso estudar no Castelo Branco, a gente defendia aquela escola com unhas e dentes. Para mim, era a melhor fanfarra aqui do Triângulo Mineiro, na época, era a fanfarra do Castelo Branco (Brasil, 2024, p. 2-3).

A ex-aluna Vera Lúcia Dias (2024), também referenda que “os desfiles do sete de setembro, se não me engano, havia uma fanfarra, né, a rivalidade entre os colégios, na época dos jogos, né, o [Colégio] Estadual estava sempre na frente” (Dias, 2024, p. 10).

Ainda nesse contexto de transição e primeiros anos da direção do Professor José Thomaz, a escola contava com o Coral Orfeão, funcionando integralmente entres os anos de 1968 e 1972. Destacamos ainda a partir do depoimento da professora Sheila Ottaiano Andrade Rodrigues (2024), que conduzira o referido Coral, aponta em que o consistiu,

Mas, havia aquela história de ter que fazer um Orfeão dentro da escola. Orfeão é um coral, é um canto, com [...] pessoas normais que nunca estudaram música, nunca estudaram canto, e aprendem a cantar e a gente forma um coral, o Orfeão. Aí, eu pensei, eu dou conta disso, porque eu sabia cantar, cantava bem, tinha uma voz muito bonita naquela época, muito bonita minha voz, toda vida cantei, desde pequena na escola sempre eu me sobressaí por conta de gostar de cantar (Rodrigues, 2024, p. 3).

A ex-aluna normalista Vera Lúcia Dias, aponta que o

Orfeão era um grupo pra quem gostava de cantar, para quem tinha disciplina e perseverança, porque não era fácil, uma música até chegar no ponto de uma apresentação, você canta, torna cantar, torna cantar, enquanto não fica perfeito, você não vai para uma apresentação. Eu sempre tinha muito prazer em participar, sabe. Era uma atividade que me agradava muito (Dias, 2024, p. 4-5).

Assim, a presença do canto na escola, era parte das atividades da escola, mas também compunha o hall de várias festividades da escola. De acordo com o relato de Sheila Ottaiano Andrade Rodrigues,

E esse Orfeão que eu fiz, tudo quanto era inauguração, do fórum, é, esses dias cívicos que se fazia muito na cidade, o Orfeão da escola estava presente, cantando, tantos hinos, todos aqueles hinos, cívicos, e até que nós começamos a cantar junto com a banda do quarto batalhão. Então, aonde havia alguma festividade cívica, chamavam o Orfeão pra cantar, a gente ia no quartel, eles mandavam buscar, o ônibus do quartel buscava, a gente ia lá e ensaiava com eles. Depois, a gente cantava, feliz e contente. Nós éramos muito tranquilas mesmo, as meninas eram muito [tranquilas]. Eram mais gente [fazendo referência à capa assinada

pelas integrantes do Orfeão], certamente, na hora aqui não deu para todo mundo ir (Rodrigues, 2024, p. 3).

Interessante destacar que a prática do canto orfeônico e a presença das fanfarras em desfiles cívicos, era algo muito comum no período do Estado Novo³¹, tendo por objetivo envolver as pessoas com o espírito nacionalista e as escolas eram instrumentos importantes para disseminação dessa ideia. Os desfiles traziam as escolas, fanfarras e canto como estratégia de envolver o público nesse movimento de valorização da pátria. Não muito diferente do que acontecia no período do professor José Thomáz, tendo em vista que o regime político vigente era o da ditadura civil militar.

De acordo com Caio Vinicius Silva Teixeira,

Durante a Ditadura Militar o governo fez uso de várias ferramentas para alcançar a pretendida legitimidade perante a sociedade brasileira e demonstrar que os militares estavam representando e assegurando a democracia. Uma dessas ferramentas foram as festas cívicas, nas quais eram feitas grandes comemorações em homenagem aos grandes feitos e heróis da História do Brasil, como a Independência e D. Pedro I, e através destas festividades o Estado objetivava inculcar na população um sentimento de patriotismo e de civismo. Essas comemorações se espalharam por todo o país pretendendo cultuar a Pátria, mas também buscar um reconhecimento e valorização do regime militar em vigor (Teixeira, 2019, p. 157).

Como se vê, essas atividades, não tinham apenas por objetivo projetar as escolas, mas torná-las um instrumento de divulgação de um ideal nacionalista, estimulando o sentimento patriótico. Conforme depoimento de Vera Lúcia Dias (2024), “naquele tempo nós tínhamos as horas cívicas, né, nas datas históricas e tal, porque o orfeão a função dele é isso, né, de abrilhantar com música os eventos da escola, eu me lembro que a gente ensaiava para as festas cívicas” (Dias, 2024, p. 8).

³¹ Estado Novo: o período ditatorial que, sob a égide de Getúlio Vargas, teve início com o golpe de estado de 10 de novembro de 1937 e se estendeu até a deposição de Vargas, em 29 de outubro de 1945. Duas linhas básicas de interpretação têm prevalecido na maneira de situar essa fase abertamente ditatorial no curso do processo político inaugurado pela Revolução de 1930. Uma primeira interpretação tende a situar o Estado Novo como um parêntese ditatorial, provocado por causas conjunturais internas e externas, no processo de democratização das instituições políticas brasileiras iniciado em 1930 e retomado em 1945. A outra interpretação, ao contrário, vê o Estado Novo como resultante do prevalecimento da vertente autoritária contida na própria Revolução de 1930, vertente essa que expressaria uma tendência estrutural nos países de capitalismo retardatário e dependente. Não serão discutidos aqui os argumentos que fundamentam cada uma dessas interpretações, mas convém tê-las em mente quando da leitura dos tópicos seguintes e através dos quais será examinado o Estado Novo. Disponível em <https://atlas.fgv.br/verbete/5863>

Nesse sentido, a própria professora do Coral, elencara no ano de 1998, algumas participações em eventos,

Trabalhei de 1969 a 1973. Prof^a de Educação Musical no Curso Normal. Regia o Orfeão da escola, participando ativamente em várias atividades e promoções na comunidade. (Inauguração da Concha Acústica, do Fórum Melo Viana, recepcionando o governador da época (Rondon Pacheco), festas cívicas, promoções da Delegacia de Ensino e da Prefeitura Municipal, etc. (Rodrigues, 2024, p. 1).

Sobre a recepção ao governador Rondon Pacheco, quando da concessão de título de cidadania uberabense pela Câmara Municipal de Uberaba, fora noticiado pelo jornal *Lavoura e Comércio*, que

o governador rumou para a Escola Normal onde foi alvo da maior manifestação durante toda sua estada nesta cidade. Foram executados dois números pelo Côro Orfeonico da Escola, dirigido pela profa Scheila Otaiano. Depois o governador e sua ilustre comitiva foram apresentados a todos os professores, tendo na ocasião usado da palavra o prof. José Thomaz da Silva Sobrinho, diretor do estabelecimento. Profundamente emocionado, respondeu o governador, dizendo que uma das principais metas do seu governo será a completa assistencia aos estabelecimentos de ensino oficiais, aparelhando-os de maneira ao bom desempenho da função de cada um (Jornal *Lavoura e Comércio*, 12/10/1970, p. 1, nº 17.510).

Nesse breve espaço de tempo de nomeação do Professor José Thomaz para o cargo de diretor da escola, a presença do governador recém-eleito Rondon Pacheco fora estampada no mesmo periódico, conforme a imagem a seguir:

Figura 35: Excerto Jornal *Lavoura e Comércio*, visita do governador Rondon Pacheco ao Colégio Estadual Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, de 12/10/1970.



Fonte: Jornal *Lavoura e Comércio*, 12/10/1970, p. 1, nº 17.510.

No início do ano de 1971, uma solenidade no Colégio Estadual estampara a capa do jornal *Lavoura e Comércio*: a inauguração do Altar da Pátria, ocorrida em 01 de março de 1971. Conforme o periódico,

SOLENIIDADES NO COLÉGIO ESTADUAL — Flagrantes das solenidades de ontem no “Colégio Estadual Presidente Humberto de Alencar Castelo Branco”, quando da inauguração do novo Altar da Pátria em Uberaba, vendo-se, da esquerda para a direita: dr. José Thomaz da Silva Sobrinho, diretor do Colégio, e prefeito Arnaldo Rosa Prata; grupo de autoridades presentes: Alexander da Fonseca Barbosa, representante do Comandante do 4º BP, hasteando o pavilhão de Minas Gerais; prefeito Arnaldo, hasteando o pavilhão nacional; dr. Israel José da Silva, presidente da Camara Municipal, hasteando o pavilhão do Colégio Estadual, e Dom José Costa, arcebispo administrador apostólico de Uberaba, dando a benção no Altar da Patria (Jornal *Lavoura e Comércio*, 02/03/1971, p. 1, nº 17.625).

Figura 36: Fotos da Inauguração do Altar da Pátria no Colégio Estadual Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco no mês de março de 1971.



Fonte: Jornal *Lavoura e Comércio*, 02/03/1971, p. 1, nº 17.625.

Figura 37: Autoridades na Inauguração do Alta da Pátria do Colégio Estadual Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco.



Da esquerda para a direita: Tenente-Coronel Newton Oliveira, Comandante do 4º Batalha da Polícia de Minas Gerais de Uberaba, Geni Chaves, Delegada Regional de Ensino de Uberaba, Professor José Thomaz da Silva Sobrinho, diretor do Colégio Estadual Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, Prefeito Municipal de Uberaba Arnaldo Rosa Prata. Fonte: Acervo pessoal Professor José Thomaz da Silva Sobrinho.

Percebemos também que ao assumir a direção da escola, o professor José Thomaz, procurou fazer do espaço escolar, um local de realização de atividades sociais. Corroborando com este fato, o depoimento de Vera Lúcia Dias, reforça que o Professor José Thomaz,

Era um professor diferenciado, sem dúvida, sabe, ele sempre foi muito visionário, ele sempre procurava inovar, então, eu me lembro, assim, que essas coisas que eu comento aqui no jornal, no Orfeão, se havia antes, eu não tinha conhecimento, né, se haviam foram revitalizadas, foram mais viabilizadas, ele gostava muito da parte social, então, se fazia baile de debutantes das meninas na escola, os times eram muito bons, eu não sei qual era o investimento nisso, mas os times do colégio eram bons (Dias, 2024, p. 10).

Ainda nas palavras Sheila Ottaiano Andrade Rodrigues, o Professor José Thomaz “ele foi muito dinâmico, foi muito dinâmico, ele realmente fez um trabalho muito bom lá, muito mesmo” (Rodrigues, 2024, p. 18).

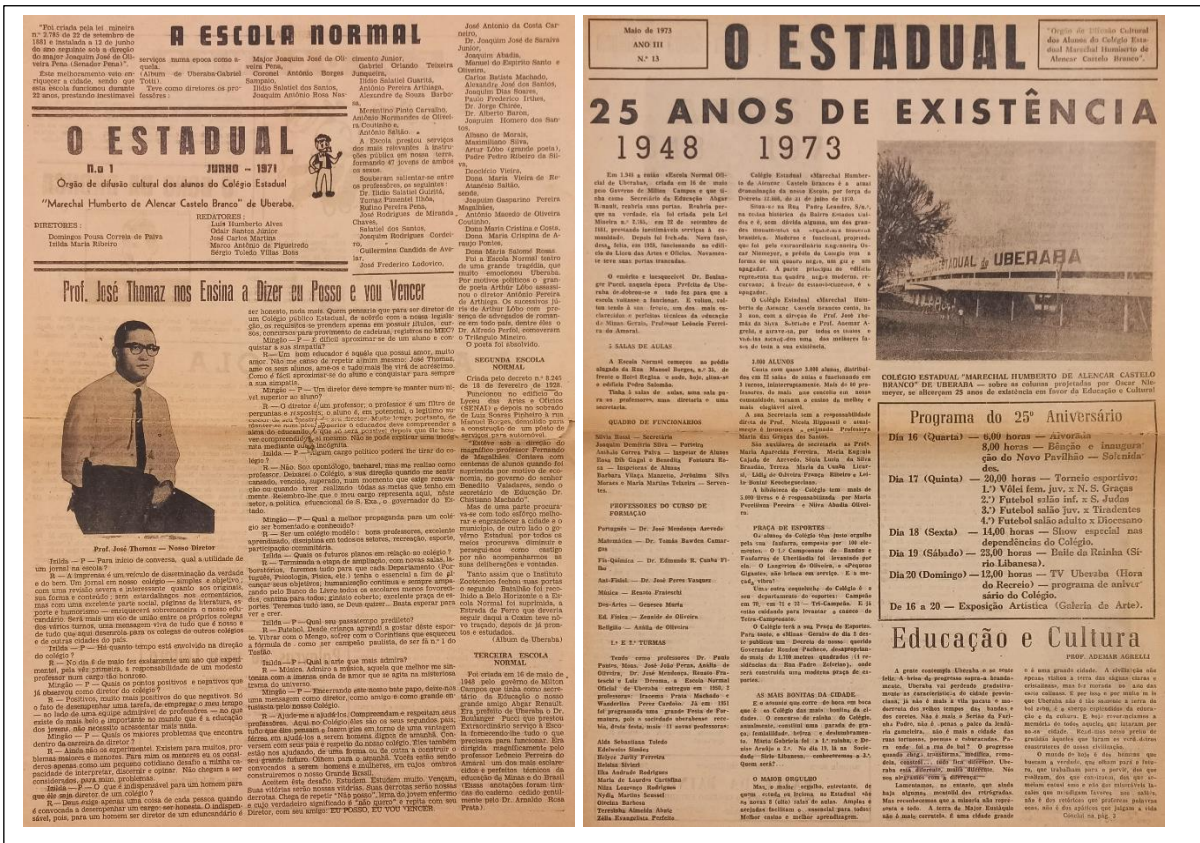
O período de direção do Professor José Thomaz ainda fora marcado pela criação do jornal escolar *O Estadual*. Esse periódico, lançado no mês de junho do ano de 1971 circulou até o ano de 1977. Conforme a própria edição mencionaria que tratava-se de um órgão de difusão dos próprios alunos do Colégio Estadual, no último ano passaria a ser

atribuição do Centro Cívico Escolar. Das edições disponíveis no acervo da escola, nota-se valorização da comunidade escolar, com o diretor escolar Professor José Thomaz, textos do auxiliar de diretoria Ademar Agreli, e produções dos alunos. Essa valorização, passa pela publicação de entrevistas e fotos do diretor escolar, bem como das atividades escolares exitosas, como conquistas esportivas e o aniversário de 25 anos da escola no ano de 1973. Essa comemoração tem referência o ano de 1948, a abertura/restabelecimento da terceira escola.

Os textos veiculados nesses impressos são interessantes, pois registram um cotidiano escolar, diz sobre os professores, sobre as atividades internas da escola, ao mesmo tempo que envolvem os alunos, promovendo um trabalho coletivo, mas que também expressa a visão do aluno sobre a escola.

De acordo com Maria Helena Camara Bastos, “os impressos escolares ou impressos estudantis são documentos preciosos para olhar a escola e, especialmente, os escritos autobiográficos e as escritas de si, reproduzidas nesses impressos” (Bastos, 2013, p.09).

Figura 38: Primeiras páginas do Jornal *O Estadual*, edições de Junho/1971 e de Maio/1973.



Fonte: Acervo da Escola Estadual Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco.

Ressaltamos ainda que, as entrevistas apontam para as habilidades pessoais do Professor José Thomaz que corroboram para a sua prática. De acordo Sheila Ottaiano Andrade Rodrigues, “ele era bom orador, isso ele era. Ele prendia a plateia, quando ele ia falar, ele prendia a plateia, tanto que a aula dele era tranquila, porque uma pessoa que tem uma boa oratória ele dá uma aula e todos prestam atenção” (Rodrigues, 2024, p. 22).

Nesse contexto, a depoente Sheila Ottaiano Andrade Rodrigues, ao ser questionada sobre a condição de intelectual, político e diretor do Professor José Thomaz, Rodrigues afirmou que,

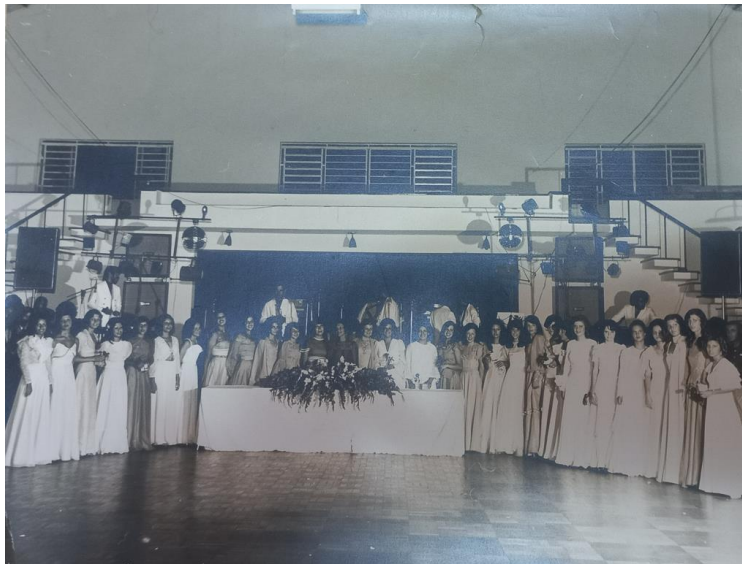
como diretor ele foi muito bom diretor, ele deu vida à escola, ele valorizava muito o trabalho que se fazia lá. Político, ele sempre foi um bom político, querendo levar coisas para escola, isso aí ele fez também, valorizava muito o trabalho. Intelectual, ele era uma pessoa que lia, ele sempre teve informações, ele gostava de ler, sabia aquilo que ele estava fazendo (Rodrigues, 2024, p. 21).

Ainda de acordo com o relato de Maria Perciliana Pereira, outros eventos que ocorriam no período, foram as “festa de formatura, baile, entrega de diploma e debutante” (Pereira, 2024, p. 4). Contudo, a depoente Vera Lúcia Dias, assevera que, “a parte de bailes, por exemplo, baile de debutante, era pra quem tinha condição financeira, de fazer vestido de baile, de comparecer, e eu era uma menina pobre, né, e as meninas pobres não participavam desses eventos” (Dias, 2024, p. 10). Ainda sobre os eventos sociais na escola e sobre a participação do Coral Orfeão, Sheila Ottaiano Andrade Rodrigues destacou que,

As formaturas, eu toquei para as meninas do [Curso] Normal cantarem o hino lá no [Cine] Metrópole. O Curso Normal fazia formatura lá, então, eu lembro do curso normal. Lembro que ele [O Professor José Thomaz] fazia a festa da rainha da escola, inclusive, eu fui do júri pra avaliar, eu participei do júri, lá mesmo na escola, lá no pátio. A menina que ganhou era uma menina bonita mesmo, sabe, que ganhou para ser a rainha da escola, estava usando, o Conservatório também fez, sabe, tem essas coisas tudo. Estava usando as escolas elegerem a rainha, vendia voto, tinha esses trem tudo. Então, ele [Professor José Thomaz] fez isso lá também. Os jogos [escolares] também, ele valoriza, saía, aparecia. O Castelo Branco ganhava bem, tinha bons professores lá, sabe (Rodrigues, 2024, p. 23).

A imagem a seguir, exemplifica a dimensão dos bailes de debutantes.

Figura 39: Baile de debutantes de alunas da Escola Estadual Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco no clube Sírio Libanês.



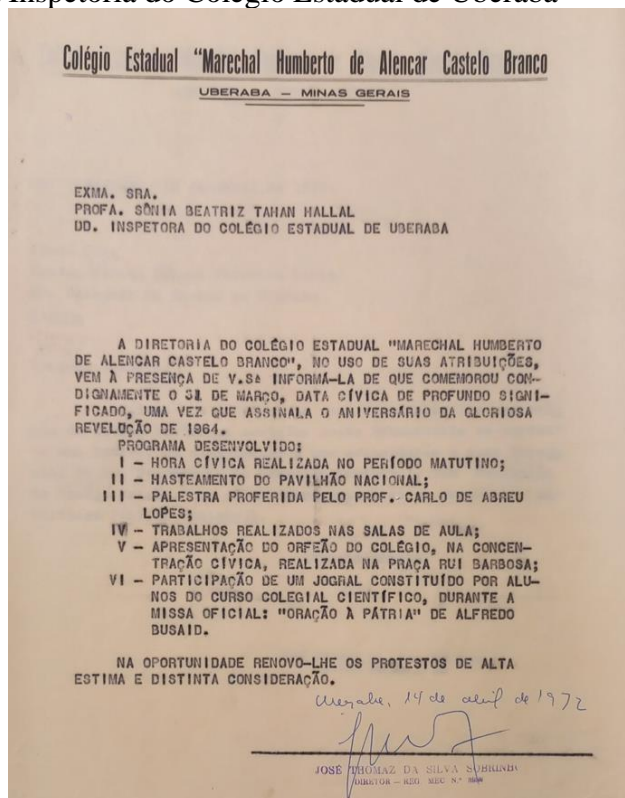
Fonte: Acervo pessoal Professor José Thomaz da Silva Sobrinho.

Interessante destacar que em relação aos festejos escolares, encontramos um ofício no acervo da escola, informando à comemoração do dito aniversário da Revolução de 1964, do ano de 1972, no Colégio Estadual Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco. Este ofício estava endereçada à Delegada Regional de Ensino de Uberaba, o que nos faz inferir, que era uma festividade que era obrigatória para as escolas e que tinha por objetivo de fortalecer o regime.

A esse respeito, Marconey de Jesus Oliveira (2021) destaca que

o projeto cívico-escolar comandado pela ditadura civil-militar visou uma “nova educação” para a juventude. Embasada em valores como disciplina, hierarquia, obediência, exaltação a pátria e nacionalismo. Era imprescindível a realização das comemorações cívicas nos ginásios, escolas, colégios e em todas as repartições populares na qual os valores conservadores pudessem penetrar. (Oliveira, 2021, p.1)

Figura 40: Ofício à Inspeção do Colégio Estadual de Uberaba



Fonte: Acervo Escola Estadual Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco

A programação do desfile do Sete de Setembro de 1974, fora marcado por restrições da participação das escolas, decorrente da epidemia de meningite³² registrada no país. Diante dos tipos da doença e sobre as epidemias, o

Brasil, até hoje, teve três epidemias de meningite bacteriana. Uma, entre 1920, ano do primeiro censo industrial, e 1925. Outra, entre 1945, nos estertores finais da Segunda Guerra Mundial, e 1951. A terceira, que parece ter sido a pior, foi identificada primeiramente como um surto no distrito operário de Santo Amaro, São Paulo, em abril de 1971, e duraria até 1976 (Souza, 2020, p. 268).

De acordo com a edição de 05 de setembro de 1974, o jornal *Lavoura e Comércio*, na seção *Escutando e Divulgando*, registrou restrições no tradicional desfile, em que

Ao contrário dos anos anteriores, não existe, neste período que antecede o Dia da Pátria, o barulho das fanfarras e o rufar dos tambores por parte dos estabelecimentos de ensino. A medida tomada pelo governo do Estado, restringindo aos militares a participação na parada, fez com que emudecessem as fanfarras. Mesmo assim, o Dia da Pátria será condignamente comemorado em nossa cidade (Jornal *Lavoura e Comércio*, 05/09/1974, p. 6, nº 18.798).

³² A partir de 1974, houve uma explosão da infecção, motivada pela circulação da meningite meningocócica, gerando uma sobreposição de surtos. Disponível em <https://portal.fiocruz.br/noticia/maior-surto-de-meningite-do-pais-na-decada-de-1970-foi-marcado-pela-desinformacao#:~:text=A%20partir%20de%201974%2C%20houve.e%20estima%2Dse%202500%20mortes.>

Ainda assim, uma segunda nota da referida seção, discorria sobre a realização de atividades comemorativas da Semana da Pátria dentro da escola, divulgando que

A Escola Normal Estadual (Colégio Estadual Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco) vem se destacando nas comemorações da Semana da Pátria, ali realizando palestras a cargo de figuras de prole de nossos setores sociais e culturais. Um dos últimos conferencistas foi D. José Pedro Costa, arcebispo administrador da Arquidiocese (*Jornal Lavoura e Comércio*, 05/09/1974, p. 6, nº 18.798).

Destacamos que mesmo diante das restrições sanitárias, as atividades cívicas, ocorreram no ambiente escolar, sem o tradicional desfile cívico, mas com presenças importantes de personalidades da cidade como Dom José Pedro Costa, o arcebispo administrador da Arquidiocese na Escola, aquele mesmo que produziu e enviou ofício ao deputado estadual Joaquim Roberto Leão Borges sobre a cadeira de diretor da escola.

Desse modo, as atividades elencadas, apontam para uma intensa gama de atividades escolares, no contexto do período de ditadura civil-militar sob a condução do diretor escolar Professor José Thomaz da Silva Sobrinho, permeados por elementos da política educacional vigente.

Percebe-se ainda um envolvimento de vários setores sociais, desde agremiação estudantil à órgãos públicos, como os clubes da cidade. Com um número considerável de escolas participantes da cidade, e diversas modalidades esportivas e com programação ampla de solenidades constituía-se em importante evento, de simbolismo, como um embasamento didático pedagógico no contexto do plano de curso e da prática escolar.

Pelo exposto até aqui, percebe-se um envolvimento grande por parte do professor José Thomaz à frente da escola, buscando coloca-la em primeiro plano. As notícias veiculadas em jornal e mesmo os depoimentos coletados durante a investigação, corroboram para este fato.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo da atual EEMHACB vai além do esperado, diante da quantidade de fontes disponíveis e caminhos possíveis de estudos a serem realizados, conforme cada condução das três escolas que constituem a sua trajetória, considerando as particularidades de cada período da escola, iniciada nos últimos anos do período imperial.

A pesquisa no acervo da escola nos remeteu a organização dos arquivos, referentes aos documentos consultados, tendo em vista que a documentação estava arquivada em vários setores da escola, como na secretaria, biblioteca e na sala da diretoria, sem as condições recomendadas para sua guarda. Esta foi uma das dificuldades encontradas durante o percurso da pesquisa, como localizar, organizar e depois catalogar as fontes, constituindo uma ação deveras mais desafiadora, tendo em vista a ausência de uma sistematização do acervo.

A própria instituição e sua mantenedora ainda pode ampliar as atenções direcionadas a importância da preservação daquilo que é pertinente à memória da escola. Por vezes, encontramos documentos guardados em caixas inapropriadas, sem identificação, documentos se esfacelando ao ser manuseado, indicando a necessidade de maiores cuidados, mas também de sensibilização por parte da unidade escolar, que desconhece os documentos antigos, como vestígios de sua história.

Isto posto, por meio da pesquisa foi possível compreender a trajetória da instituição, que em muitos estudos, seja por memorialista, seja por historiadores e mesmo por outros pesquisadores que se debruçaram em entender a constituição da Escola Normal de Uberaba, indicam que a referida instituição passou por fases, até se consolidar novamente, como uma instituição de referência na cidade. Esta pesquisa indica que isso ocorreu pelas mãos do professor José Thomaz, que ao assumir a direção da escola, buscar trazer melhoramentos não só em relação a infraestrutura, mas também em relação a qualidade do ensino. Além disso, incentivou a prática esportiva, também estimulou a participação da escola em festividades cívicas, claro que isso estava alinhado a um contexto político da época.

Diante do contexto de estudo analisado podemos afirmar que o Professor José Thomaz da Silva Sobrinho, esteve entre os civis que ocuparam cargos importantes e desempenharam ações estratégicas, para o regime vigente, que respaldaram a política educacional do período. Não saberemos mencionar se intencional ou isenta, contudo, não há registros de quaisquer ações persecutórias ou de retaliações no ambiente escolar

advindos do contexto de ditadura civil-militar. Aliás, nem mesmo quaisquer registros do Professor José Thomaz foram encontrados no acervo do Serviço Nacional de Informações (SNI) ou menção a integrante da comunidade escolar, sejam professores ou estudantes, integrantes de movimentos estudantis ou similares contrários aos governos militares.

O estudo da trajetória da Escola Normal, bem como do Professor José Thomaz demonstram na prática que a instituição escolar é também palco de disputas político-partidárias, de tensões sociais, e dos interesses das elites ou grupos hegemônicos e, sobretudo, das políticas públicas e “ideologias” dos grupos ocupantes do poder.

O Professor José Thomaz com seu perfil multifacetado, e com forte viés político, soube articular entre o grupo político, até grupo político-partidário, ao qual fazia parte e a política educacional vigente, propondo e executando ações que agradavam a comunidade uberabense, ofertando um ensino de qualidade, que estimulou uma alta procura por vagas, como foi possível observar a partir dos depoimentos colhidos, mas também em notícias veiculadas em jornais. A escola também era referência quando se trata de valores como civismo, patriotismo, nacionalismo e símbolos nacionais, tão em voga no período.

O legado do Professor José Thomaz na comunidade escolar, entre alunos, pais, funcionários e professores é dimensão ampla, de referencial de positivo, perpassando pela memória coletiva decorrentes das atividades pedagógicas escolares diante de uma escola com quantitativo de 2.700 a 3.000 alunos anuais, nos três turnos de funcionamento da escola, abrange as modalidades de ensino primário, ginásio, colegial, científico e curso normal.

Além disso, suas ações frente à escola, como diretor escolar, marcaram um novo contexto para a Escola, com envolvimento da comunidade, senso de pertencimento e grandiosidade da instituição escolar que remetem a memória coletiva a recordações positivas do período em que o Professor José Thomaz esteve à frente da Escola.

Assim, a chegada do Professor José Thomaz na direção no início de maio de 1970 foi resultante de uma trajetória pessoal, religiosa, profissional – nas duas áreas: saúde e educação – e de engajamento na rede de contatos políticos.

Diante disso, apontamos que o papel do Professor José Thomaz foi fundamental nesse momento da escola, com ações estratégicas articuladas com o sistema político vigente e a comunidade escolar.

A escola foi inserida em posição de destaque diante da comunidade uberabense, desde as festas cívicas, às festas escolares como um ensino de referência. A gama de

eventos e atividades escolares, aliado a uma equipe de funcionários colaborativos e empenhados sob a liderança do orador e participante ativo no cotidiano escolar são pontos que corroboraram para o quantitativo de alunos, que ultrapassava, periodicamente, a média de 40 alunos por turma.

O perfil de empreendedorismo, inovação, diplomacia, articulação política foram elementos que somaram à participação da comunidade, desde os atendimentos aos pais, estudantes e funcionários.

Dessa maneira, os elementos arguidos na autobiografia se entrelaçaram ao seu papel enquanto diretor escolar em um período em que o contexto educacional estava sob vigência no período de ditadura civil-militar, marcado pelos valores sustentados na doutrina de segurança nacional.

Destacamos que a pesquisa não se esgota aqui, tendo em vista que há outras possibilidades de temas abertos por essa investigação, possibilitando novos estudos que podem contribuir para a história da educação, mas principalmente para a história local.

REFERÊNCIAS

Aguiar, José Márcio. Manual do Diretor de Escola Estadual de Educação Básica. Belo Horizonte: Editora Lâncer. 2008.

ARANHA, Maria Lucia de Arruda. História da educação e da pedagogia. 3 ed. São Paulo: Moderna. 2006.

ARAÚJO, J. C. S.; FREITAS, A. G. B.; LOPES, A. P. C. (Orgs.). As Escolas Normais no Brasil: do Império à República. 2. ed. Campinas, SP: Editora Alínea. 2017.

ARDUINI, Guilherme Ramalho. Em busca da Idade Nova: Alceu Amoroso Lima e seu projeto de organização social (1928-1937). In: Simpósio Nacional de História, 25., 2009, Fortaleza. Anais do XXV Simpósio Nacional de História – História e Ética. Fortaleza: ANPUH, 2009. CD-ROM.

BASTOS, M. H. C. Escritas estudantis em periódicos escolares - Student's writings in school journals. Revista História da Educação, [S. l.], v. 17, n. 40, p. 7–10, 2013. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/asphe/article/view/38763> Acesso em: 19 maio 2024.

BESSA, Kelly Cristine Fernandes de Oliveira. Convergências e Divergências da Urbanização em Áreas de Cerrado: a dinâmica urbano-regional de Uberaba e Uberlândia. Rio de Janeiro, 2007. 314 f. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal de Rio de Janeiro, 2007.

BESSA, Kelly Cristine Fernandes de Oliveira; SOARES, Beatriz Ribeiro. Considerações sobre a dinâmica demográfica na região do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba. Caminhos de Geografia, Uberlândia, v. 3, n. 6, p. 22–45, 2002. DOI: 10.14393/RCG3615293. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/15293> . Acesso em: 20 mar. 2024.

BILHARINHO, Guido. Uberaba: dois séculos de história (dos antecedentes a 1929). Uberaba: Instituto Triangulino de Cultura, 2010. Vol. 01.

BILHARINHO, Guido. Informações sobre Uberaba. Uberaba: CNEC Edigraf, 2016.

BILHARINHO, Guido. Uberaba: dois séculos de história (de janeiro 1930 a dezembro 2007). 2ª ed. Uberaba: Instituto Triangulino de Cultura, 2009. Vol 2.

BILHARINHO, José Soares. *História da Medicina em Uberaba*. Vol. II. Uberaba: Academia de Letras do Triângulo Mineiro, 1982.

CAMBI, Franco. História da pedagogia. Trad. Álvaro Lorencini. São Paulo: EdUNESP, 1999.

CARVALHO; C.H; ARAÚJO; J.C; NETO, W.G. Discutindo a história da educação; a imprensa enquanto objeto de análise histórica (Uberlândia-MG, 1930-1950). In: Novos temas em história da educação brasileira: instituições escolares e educação na

imprensa. / José Carlos Araújo e Décio Gatti Júnior (orgs.)- Campinas, SP: Autores Associados, 2002

CASANOVA, Marta Zednik. ABO – Associação Brasileira de Odontologia / Regional Uberaba - pioneirismo e liderança. Uberaba, MG: ABO, 2012.

CASTANHA, André Paulo. O ato adicional de 1834 na história da educação brasileira. Revista Brasileira de História da Educação. Campinas, n. 11, 2006, p. 169-195.

CLARK, Jorge Uilson; NASCIMENTO, Manoel Nelito Matheus; SILVA, Romeu Adriano. A Administração Escolar no Período do Governo Militar (1964 – 1984). In. LOMBARDI, José Claudinei; ANDREOTTI, Azilde L.; MINTO, Lalo Watanabe. História da Administração Escolar no Brasil: do diretor ao gestor. Campinas, SP: Alínea, 2012. p. 148-172.

COUTINHO, Pedro dos Reis. História dos irmãos maristas em Uberaba. Uberaba, MG: Arquivo Público de Uberaba, 2000.

FARIA FILHO, Luciano Mendes; LACERDA, Nelma Marçal; BAHIENSE, Priscilla Nogueira. Da Faculdade de Filosofia à Faculdade de Educação da UFMG: a invenção de uma instituição. Recife: Revista Tópicos Educacionais, vol. 28, núm. 2, 2022, p. 01-19.

FÁVERO, Osmar (Org.). A Educação nas Constituições Brasileiras. São Paulo: Cortez, 1996.

GERMANO, José Willington. Estado militar e educação no Brasil (1964-1985). São Paulo: Cortez, 1993.

GUIMARÃES, Eduardo Nunes. Formação e desenvolvimento econômico do Triângulo Mineiro: integração nacional e consolidação regional. Uberlândia: EdUFU, 2010.

GUIMARÃES, Rosângela Maria Castro. O Ensino da História da Educação na Escola Normal: entre o prescrito e a realidade escolar (Uberaba, Minas Gerias, 1928-1970). Uberlândia: EdUFU, 2016.

_____, Rosângela Maria Castro. O percurso institucional da disciplina História da Educação em Minas Gerais e o seu ensino na Escola Normal Oficial de Uberaba (1928 1970). 2012. 326 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2012.

HORTA, José Silvério Baía. A Educação no Congresso Constituinte 1966-67. In: FÁVERO, Osmar (Org.). A Educação nas Constituintes Brasileiras 1823-1988. 2.ed. Campinas: Autores Associados. 2001. p. 201-240.

IBGE (1980). Censo Demográfico de 1980. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Rio de Janeiro. Microdados. Disponível em <https://biblioteca.ibge.gov.br/?id=772&view=detalhes> Acesso em 16 ago de 2023

IBGE (1991). Censo Demográfico de 1991. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Rio de Janeiro. Microdados. Disponível em <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?id=782&view=detalhes> Acesso em 16 ago de 2023

LACERDA FILHO, Mozart. Os caminhos, as pessoas, as ideias: a trajetória política de Gildo Macedo Lacerda, sua rede de sociabilidades e sua geração. 2006. 166 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de História, Direito e Serviço Social, 2006.

MACEDO, Danilo Matoso. Da matéria à invenção: as obras de Oscar Niemeyer em Minas Gerais, 1938-1955 / Danilo Matoso Macedo. – Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2008. Disponível em <https://danilo.arq.br/2020/04/22/da-materia-a-invencao-as-obras-de-oscar-niemeyer-em-minas-gerais-1938-1955/> Acesso em 1 de março de 2024.

MARQUES, Cláudia Martins Carvalho. Documentário memórias históricas do curso normal: Brasil, Minas Gerais e Uberaba. Orientação de Geraldo Gonçalves de Lima. Avaliação de Vicente Batista dos Santos Neto, Marisa Borges. Uberaba, MG: [s.n.], 2023. 12 f, il., 33 cm. Inclui bibliografia. Disponível em: <http://biblioteca.iftm.edu.br/acervo/detalhe/39777> . Acesso em: 1 mar. 2024.

MENDONÇA, José. História de Uberaba. Uberaba: Academia de Letras do Triângulo Mineiro: Bolsa de publicações do Município de Uberaba, 1974.

MOURÃO, Paulo Krüger Corrêa. O ensino em Minas Gerais no tempo do Império. Belo Horizonte: Centro Regional de Pesquisas Educacionais de Minas Gerais, 1959.

_____, Paulo Krüger Corrêa. O ensino em Minas Gerais no tempo da República. Belo Horizonte: Centro Regional de Pesquisas Educacionais de Minas Gerais, 1962.

NAGLE, Jorge. A Reforma e o ensino. São Paulo: EDART, 1973.

_____. Educação e sociedade na Primeira República. São Paulo: EPU. Rio de Janeiro: Fundação Nacional de Material Escolar, 1974.

NASCIMENTO, Manoel Nelito Matheus. Ensino Médio no Brasil: determinações históricas. Publicatio UEPG Ciências Humanas, Linguística, Letras e Artes. Ponta Grossa, v.15, n.1, p. 77-87, 2007.

OLIVEIRA, André Luís, A escola normal de Uberaba (1881-1905): memória e cotidiano. 2018. 249 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2018. Disponível em <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/27217> .

OLIVEIRA, Antonio de Almeida. O Ensino Público. Brasília (DF): Senado Federal, 2003. 373 p. (Edições do Senado Federal, v.4). Disponível em <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/1072>

OLIVEIRA, Eliane. O Processo de Produção da Profissão Docente: profissionalização, prática pedagógica e associativismo dos professores públicos primários em Minas Gerais (1871-1911). 2011. 159 p. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011. Disponível em <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/BUOS-8NEGDD>

OLIVEIRA, Marconey de Jesus. As comemorações inventadas: celebrações da 'revolução de 1964' e do Sesquicentenário da Independência da República realizadas pelo Ginásio Municipal de Serrolândia/BA (1971-1973). Disponível em: https://www.snh2021.anpuh.org/resources/anais/8/snh2021/1627647978_ARQUIVO_3b6429f2d744f9a38f6b42fafcf3add.pdf . Acesso em: 19 maio 2024.

ORTIZ, Fernanda Ros. A escola normal de moças das elites: um estudo das práticas escolares, culturais e sociais do colégio Nossa Senhora Auxiliadora (1946 – 1961). 2014. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufms.br/handle/123456789/2541> . Acesso em 15 de dez. 2023.

PRADO, Douglas Silva do. Escolas Normais no Brasil no Período Imperial (1835-1889). Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2020.

PONTES, Hildebrando. História de Uberaba e a civilização no Brasil Central. Uberaba: Academia de Letras do Triângulo Mineiro, 1970.

REIS, Daniel Aarão. Ditadura, anistia e reconciliação. Revista Estudos Históricos, v. 23, n. 45, p. 171-186, 2010.

RICCIOPPO FILHO, Plauto. Ensino Superior e formação de professores em Uberaba, MG (1881-1938): uma trajetória de avanços e retrocessos. Dissertação de Mestrado defendida em 2007, no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Uberaba (UNIUBE). Uberaba, 2007. Disponível em <https://www.uniube.br/biblioteca/novo/base/teses/BU000113090.pdf>

ROMANELLI, Otaiza de Oliveira. História da Educação no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1991.

SAMPAIO, Antônio Borges. Uberaba: história, fatos e homens. Uberaba: Academia de Letras do Triângulo Mineiro, 1971.

SANTOS, Mariana Silva. A Escola Normal de Uberaba, Minas Gerais: modernidade, civilidade e progresso (1881-1905). 2019. 263 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2019.

SAVIANI, Demerval. Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro. Revista Brasileira de Educação v. 14 n. 40, p. 143-155, jan./abr. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v14n40/v14n40a12.pdf> . Acesso em 14 seto de 2023.

SAVIANI, Demerval. Prefácio. In: ARAÚJO, J. C. S.; FREITAS, A. G. B.; LOPES, A. P. C. (Orgs.). *As Escolas Normais no Brasil: do Império à República*. 2. ed. Campinas, SP: Editora Alínea. 2017.

SEVERINO, A. J. *Metodologia do Trabalho Científico*. 23ª. Edição. São Paulo, SP: Cortez, 2007.

SILVA, Geraldo Ângelo de A., Dos SANTOS, Roberto Eustaáquio. Um capítulo na história da arquitetura e da construção escolar pública no Brasil: A experiência da CARPE. In: 2º Congresso Internacional de construção Luso-Brasileira. Anais. Porto, Portugal, 14 a 16 de setembro de 2016.

SILVA, Vânia Cristina. As comemorações cívicas como instituidoras da unidade nacional no Estado Novo. In: I Semana de História da UERN- Desafios e Possibilidades do Ensino de História : Diálogos sobre a Formação do Professor-Historiador, 2009, Mossoró. *Ensino de História- Tendências - Caderno de Ciências Sociais*, 2009. v. 1.

SOUSA, Gabriela Marques de. *Formação docente em Minas Gerais: Escola Normal Oficial de Uberaba, 1948 a 1959*. 2017. 203 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2017.

SOUSA, Gabriela Marques de. *Entre diamantes e cascalhos: a Escola Normal de Diamantina*. 2021. 387 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2021.

SOUZA, Luiz Eduardo Simões de. A epidemia de meningite da Ditadura Militar. In: ALMICO, Rita de Cássia da Silva; GOODWIN JÚNIOR, James William; SARAIVA, Luiz Fernando. (orgs). *Na saúde e na doença: história, crises e epidemias: reflexões da história econômica na época da covid-19*. São Paulo: Hucitec, 2020, p. 265-275. Disponível em: http://www.huciteceditora.com.br/_imagens/_downloads/na_saude_e_na_doenca.pdf

SUCUPIRA, Newton. O Ato Adicional de 1834 e a Descentralização da Educação. In: FÁVERO, Osmar (org.). *A Educação nas constituições brasileiras 1823-1988*. Campinas: Autores Associados, 1996, p. 55-67.

TANURI, Leonor Maria. História da formação de professores. In: *Revista Brasileira de Educação*, Nº 14, mai./ago., 2000, p. 61-193. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n14/n14a05> . Acesso em 16 ago de 2023.

TEIXEIRA, Caio Vinicius Silva. História e Memória das Festas Cívicas Em Campo Maior-PI na Ditadura Militar. *Revista Humana Res*, v. 1, n. 1, 2019, p. 156 – 166. Disponível em: <https://revistahumanares.uespi.br/index.php/HumanaRes/article/view/18/13> . Acesso em: 19 maio 2024.

DEPOIMENTOS:

Maria Perciliana Pereira – Entrevista em 01/04/2024

Sheila Ottaiano Andrade Rodrigues – Entrevista em 03/04/2024

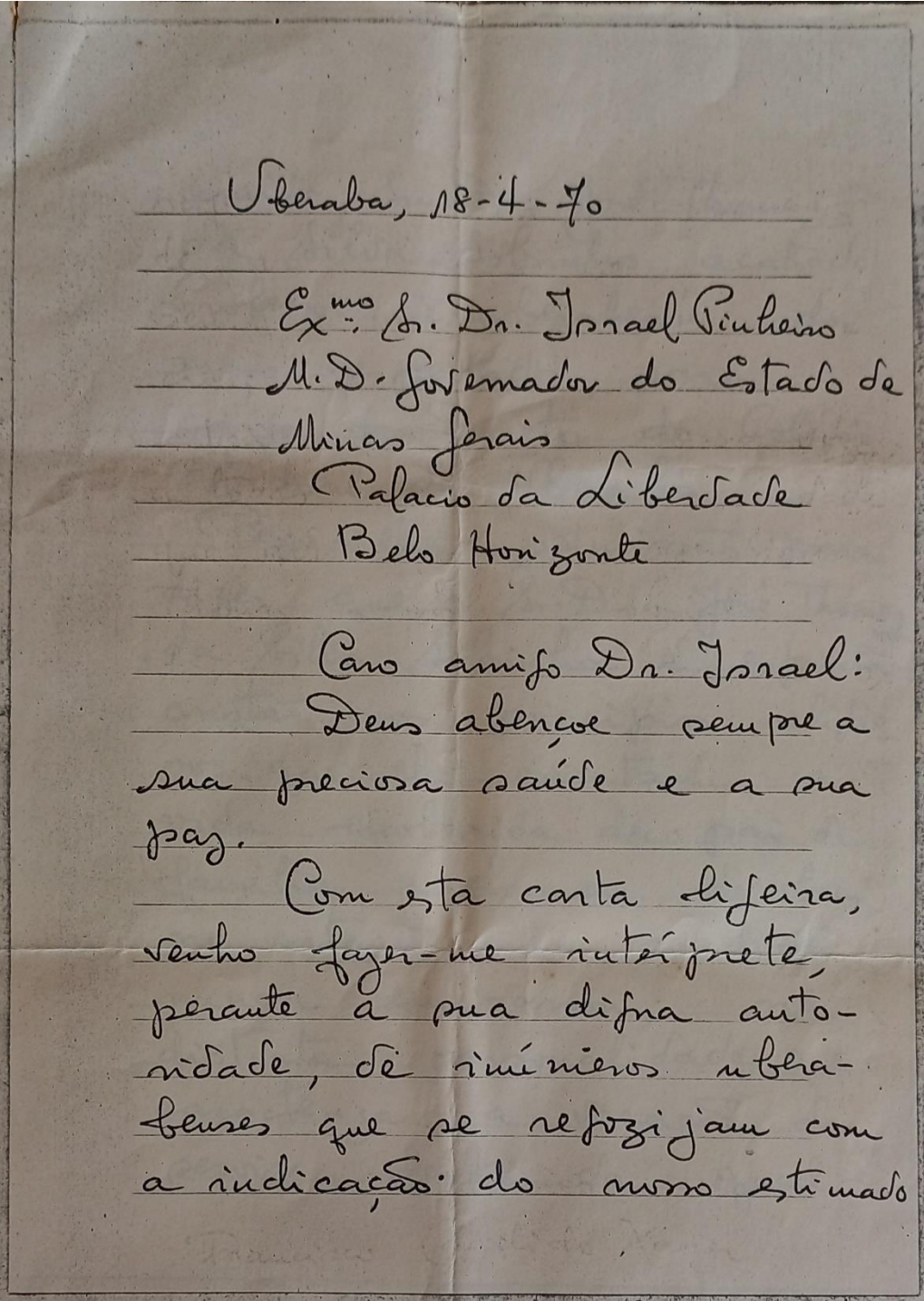
Vera Lúcia Dias – Entrevista em 04/04/2024

André Luiz Amuí Brasil – Entrevista em 15/04/2024

Anexos:

Anexo I – Carta de Francisco Candido Xavier ao Governador Israel Pinheiro

Fonte: Acervo pessoal Professor José Thomaz da Silva Sobrinho.

A photograph of a handwritten letter on lined paper. The text is written in cursive and matches the transcription provided in the other blocks. The paper shows signs of age and wear, with some creases and discoloration. The handwriting is clear and legible.

Uberaba, 18-4-70

Ex^{mo} Sr. Dr. Israel Pinheiro
M. D. Governador do Estado de
Minas Gerais
Palacio da Liberdade
Belo Horizonte

Caro amigo Dr. Israel:
Deus abençoe sempre a
sua preciosa saúde e a sua
paiz.

Com esta carta ligeira,
venho fazer-me intérprete,
perante a sua digna auto-
ridade, de inúmeros ubera-
benses que se rejiziam com
a indicação do nome estimado

amigo Sr. Dr. José Thomaz
da Silva Sobrinho, acatado
Professor e uberabense dos
mais respeitados, para o
cargo de Diretor do Colégio
Estadual de Uberaba.

Pego-lhe permissão para
dizer que o Sr. Dr. José Thomaz
da Silva Sobrinho é espiritua-
lista nos princípios religio-
sos que lhe orientam a
vida enobrecida de pai de
família e homem de bem,
no entanto, essa condição
nunca empanou, na
distinta personalidade que o
caracteriza, a vocação de
servir, dentro da qual é

êle, afóra como sempre,
uma coluna respeitada
da estrutura social de
Uberaba, a todos auxi-
liando, sem qualquer sen-
tido de reparação nas
atividades de cidadã bene-
mérito e educador abneja-
do, nas quais o conhecemos,
desde muitos anos.

Com esta carta, dê-se modo,
vimos felicitar o nosso
distinto fôremador pelo
amparo ao nome do
companheiro mencionado,
credor de nossa veneração
e carinho, pela imensa
bajagem de realizações

nobres que toda a comunidade
de Uberabense lhe dese
sem distincão de classes ou
crenças.

Vindo, pois, a nossa voz
a todas as vozes desta Cidade
que admiram no Dr. José
Thomaz da Silva Sobrinho um
dos seus mais difusos filhos,
com o respeito e o
reconhecimento de sempre
pede a Deus abençoar e
inspirar sempre o nosso
caro Dr. Israel, em sua
grande e luminosa missão,
o seu menor servidor
muito farto de todos os dias.

Cláudio Xavier

Francisco Cândido Xavier

Anexo II – Carta do Arcebispo Coadjutor de Uberaba para o Deputado Leão Borges

Uberaba, 24 de Abril de 1970

Caríssimo Dr. LEÃO BORGES,

Louvado seja Nosso Senhor Jesus Cristo.

Com visitas e bênçãos ao Snr. e aos seus, venho lhe trazer a resposta a que me comprometi, com relação ao caso da Escola Normal Oficial de Uberaba.

Se o nosso caríssimo Governador Dr. Israel Pinheiro da Silva e o Snr. me houvessem solicitado parecer prévio sobre a escolha do novo Diretor, ter-lhes-ia sugerido a ponderação dos seguintes itens:

1. É de toda conveniência que o novo Diretor, além das qualidades técnicas exigidas pelo exercício do cargo, seja uma pessoa que goze de crédito moral perante os professores e alunos do estabelecimento e perante a opinião pública local.
2. Devido aos escândalos recentes que envolveram a Escola, é imprescindível que o novo Diretor tenha as condições pessoais de chefia que o tornem capaz de restabelecer a ordem e a normalidade pedagógica naquele estabelecimento de ensino, bem como de ampliar a natureza e as dimensões dos benefícios pedagógicos que ele pode e deve prestar a Uberaba.
3. A nomeação do novo Diretor não pode ser procrastinada, uma vez que manter o estabelecimento em regime de interventoria seria adiar a solução de problemas lá existentes.
4. O ideal seria que esse provimento urgente do cargo de Diretor se fizesse fora e acima de um critério meramente político, a fim de que a escolha fosse acertada, sob o prisma dos superiores interesses da Escola e da comunidade uberabense.

Se consultado previamente, teria eu, como amigo e em caráter exclusivamente particular, me manifestado como deixo exposto.

Uma vez, porém, que não fui consultado - nem havia para o Dr. Israel e para o Snr. obrigação de fazê-lo - e a solução do caso está sendo encarada sob aspecto predominantemente político, não me fica bem interferir no assunto, a esta altura dos fatos.

Acho do meu dever, no momento, abster-me de opinar sobre este ou aquele candidato ao cargo, pois essa opção, nas circunstâncias concretas a que foi levada a questão, equivaleria, da minha parte, a uma atitude política - que tenho o propósito de, enquanto possível, evitar, no exercício da minha missão de Arcebispo Coadjutor de Uberaba.

Reservo-me, no entanto, o direito de, seja qual for o novo Diretor nomeado, observar-lhe a atuação e oportunamente me manifestar, em particular ou de público, dentro das normas conciliares do "diálogo" e do "ecumenismo", mas dentro dos imperativos pastorais das minhas funções aqui, na defesa dos postulados morais e educacionais de Uberaba.

Solicito ao prezado amigo transmitir ao Excmo. Snr. Governador do Estado o conteúdo desta minha carta.

Seu amigo e servo gratíssimo pelo favor

Dom José Pedro Costa
Dom José Pedro Costa, Arcebispo Coadjutor

Rua Olegário Maçiel, 5 - Tel. 4220
UBERABA-M.G.